

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia**

JOÃO HALLAK NETO

**A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada
no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**

**Rio de Janeiro
2013**

João Hallak Neto

**A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada
no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador:
Prof. Dr. João Saboia

Coorientador:
Prof. Dr. Roberto Luis Olinto Ramos

Rio de Janeiro
2013

João Hallak Neto

**A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada
no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Dr. João Saboia (orientador), UFRJ

Dr. Roberto Luis Olinto Ramos (coorientador), IBGE

Dra. Denise Lobato Gentil, UFRJ

Dra. Valéria Lúcia Pero, UFRJ

Dra. Carmem Feijó, UFF

Dra. Danielle Machado, UFF

Dra. Esther Dweck (suplente), UFRJ

DEDICATÓRIA

Com muito carinho à minha mãe, Antonina, e
ao meu pai, João (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que me acompanharam e me apoiaram desde o meu ingresso até a conclusão no programa de doutorado que se encerra com a apresentação desta tese e a quem devo dirigir meus agradecimentos.

Ao meu orientador João Saboia, pelo incentivo e dedicação desde a preparação para o meu reingresso no Instituto de Economia. Sua sabedoria e seu comprometimento foram fundamentais para seguir em frente.

Ao Roberto Olinto, atual coordenador das Contas Nacionais do IBGE. Durante os anos em que me dediquei à pesquisa e à elaboração da tese contei também com sua valiosa orientação. Seu compromisso com o trabalho e seu inegável conhecimento na área foram cruciais para o alcance dos objetivos traçados.

À Pós-Graduação do IE/UFRJ pelo apoio e qualidade de seus professores e funcionários. É com orgulho que me lembro das disciplinas que tive a felicidade de cursar. Registro especial menção aos professores Fábio Erber (*in memoriam*), Carlos Medeiros, Fábio Freitas e José Luis Fiori pelas brilhantes aulas que tive o prazer de assistir.

Ao IBGE, por ter me proporcionado a oportunidade de me dedicar exclusivamente às atividades do Doutorado. Devo registrar a importância desta instituição no apoio ao seu quadro técnico para levar à frente um projeto como este.

Aos membros da banca por aceitarem participar desta defesa. À Carmem Feijó e à Esther Dweck pelas contribuições já na defesa do projeto. À Lia Hasenclever pelas sugestões nos seminários.

À minha mãe Antonina pelo carinho e pelo amparo, não somente nesta fase da vida, mas também em todas as outras. À sobrinha Isabel e às irmãs Beatriz e Miriam, que compõem esta bela família.

À Janaína, pelo apoio, carinho e compreensão, sobretudo nos últimos e decisivos meses.

À Luciene Kozovits e à Katia Namir, amigas da Coordenação de Contas, que me auxiliaram no manuseio dos dados e numa série de questões burocráticas. À Amanda Mergulhão e à Luciana Ferreira também pela ajuda com os dados.

À Adriana Fontes e ao André Simões, amigos que, além do mais, me “socorreram” em diversos momentos.

Aos estimados amigos que, em diferentes etapas, me auxiliaram direta ou indiretamente durante a execução deste projeto: Cecília Boal, Cristina Reis, Daniel Willcox, Danielle Machado, Fernanda Gomes, Henrique Chveidel, Luciana Tourinho, Nadya Ramalho, Tatiana Brettas, Valéria Quiroga, Vinícius Pacheco, Zé Carlos e ao querido afilhado João Pedro.

Dizem que a Astronomia é muito complicada, que é difícil calcular, com precisão de segundos, há quantos bilhões de anos aconteceu o *Big Bang* que deu origem ao Universo... mas, mesmo sendo complicada a Astronomia, é muito simples saber que o Sol nasce de manhã bem cedo e se põe ao entardecer.

Os modernos meios de comunicação, com o avanço da ciência e da tecnologia, são coisas complicadas... mas é simples saber que quem controla esses meios controla a informação.

(Augusto Boal, 25/01/2003)

RESUMO

A mensuração e divulgação dos dados sobre a distribuição funcional da renda (DFR) e as questões conceituais e metodológicas que envolvem as atividades produtivas não captadas regularmente pelas estatísticas oficiais, a “economia não observada” (ENO), são temas de relevância para a economia brasileira, associados diretamente ao Sistema de Contas Nacionais (SCN). Esta tese busca examinar a evolução de seus principais resultados no período recente, bem como, trazer informações que complementem o SCN do Brasil.

No que concerne à DFR, no período de 1995 a 2009, os resultados encontrados mostraram perda gradual da participação das remunerações na renda nacional até 2004, posteriormente revertida e recuperada até o final da série. Já com o rendimento destinado ao capital verificou-se o contrário. Os resultados estimados para os anos de 2010 e 2011 indicaram a manutenção desta tendência, explicada, sobretudo, pelo aumento do emprego e das remunerações no país nos últimos anos. A metodologia proposta nesta tese para o provimento destes dados visa eliminar a atual defasagem de dois anos existente entre os resultados da ótica da renda e os resultados anuais das óticas da produção e da despesa, obtidos pelo sistema trimestral.

A ENO no Brasil como proporção do PIB decresceu de 15,8% para 11,6%, entre 2000 e 2009, resultado influenciado pela redução do ainda significativo peso da produção familiar e informal na economia do país. Fatores como o crescimento econômico, sobretudo no período 2004-2008, e efeitos de medidas específicas como redução e simplificação de impostos, expansão do crédito para microempreendedores e o aumento da fiscalização trabalhista, foram identificados como relevantes para esta redução. Do ponto de vista do emprego, confirmou-se também o avanço da formalização no mercado de trabalho em detrimento das ocupações sem vínculo formal.

ABSTRACT

The data measurement and its dissemination on the functional income distribution (FID), and the conceptual and methodological issues about the productive activities that are not captured regularly by official statistics – the non-observed economy (NOE) – are topics directly connected to the System of National Accounts (SNA). This thesis seeks to examine the evolution of the main results in the recent period, as well as to provide information to complement the Brazilian SNA.

Regarding the FID the results showed gradual loss in the weight of compensation in national income, from 1995 to 2004, later reversed and recovered until the end of the series, in 2009. As for the operating surplus, the result found was the opposite. The estimated results of 2010 and 2011 indicated the continuation of this trend, which was explained mainly by the increase of employment and wages in the country in recent years. The methodology proposed in this thesis for this data's provision intends to eliminate the current two-year delay between the results of income approach and the annual results of production and expenditure approaches, obtained by quarterly system.

The Brazilian's ENO as a proportion of GDP declined from 15.8% to 11.6% between 2000 and 2009, influenced by the reduction of household and informal productions, which still had significant weight in this country's economy. Factors such as economic growth, especially in the period 2004-2008, and effects of specific measures such as reducing and simplifying taxes, credit expansion for micro entrepreneurs and increased labor inspection were identified as relevant to this reduction. From the employment's point of view, it was also confirmed the advance of the formal labor market in comparison to occupations without formal registers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Salários com Vínculo (SCV) – 2004/09.....	83
Tabela 2.2: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Salários sem Carteira (SSC) – 2004/09	84
Tabela 2.3: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Rendimento Misto Bruto (RMB) – 2004/09	85
Tabela 2.4: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Contribuições Sociais (CS) e Outros Impostos sobre a Produção (OIP)	86
Tabela 2.5: Comparação entre SCN e SCNT para os resultados de PIB, VAB e ILP – 2006/09	88
Tabela 2.6: Componentes do VAB publicados pelo SCN – 2004/09.....	92
Tabela 2.7: Índices de variação por fonte segundo os componentes da renda – 2005/09	93
Tabela 2.8: Resultados estimados dos componentes no VAB para o ano <i>t</i> segundo as três opções metodológicas – 2006/09.....	94
Tabela 2.9: Participação relativa dos componentes no VAB: resultados do SCN e calculados segundo as três opções de estimação – 2006/09.....	95
Tabela 2.10: Diferença da participação relativa no SCN e estimada segundo a opção metodológica – 2006/09	96
Tabela 2.11: Resultados estimados e origem dos componentes do PIB pela ótica da renda – 2010 e 2011	100
Tabela 2.12: Participação relativa estimada dos componentes do PIB pela ótica da renda no VAB e no PIB – 2010 e 2011	100
Tabela A1: Componentes do PIB pela ótica da renda em valor corrente - 1995/2009	105
Tabela A2: Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda - 1995/2009	105
Tabela A3: Participação do valor corrente das exportações e das importações no PIB - 1995/2009	106
Tabela A4: Participação dos tributos que compõem os ILPI no PIB – 2000/2009	107
Tabela A5: Pnad: Valor corrente e variação mensal da massa de rendimento médio por posição na ocupação - 2001/10.....	110
Tabela A6: PME: Valor e variação anual da massa de rendimento efetivo nominal por posição na ocupação - 2003/11	110
Tabela A7: Rais: Valor corrente da massa salarial mensal média no ano e variação anual das ocupações com vínculo - 2000/10	111
Tabela 3.1: Valor adicionado por setor de produção: valor absoluto e composição percentual – 2000 a 2009	143

Tabela 3.2: Valor adicionado do setor informal por grupamento de atividade: valor absoluto e composição percentual – 2000 e 2009.....	144
Tabela 3.3: Ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo versus sem vínculo formal – 2000 a 2009.....	145
Tabela 3.4: Valor adicionado e ocupação segundo o setor de produção – 2009.....	149
Tabela 3.5: Distribuição da ocupação por tipo de emprego segundo as origens das unidades de produção SCN – 2009	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil – 1995/2009	65
Gráfico 2.2: Participação das remunerações e do EOB no PIB pela ótica da renda no Brasil – 1995/2009	66
Gráfico 2.3: Taxa de desemprego e rendimento mensal real médio do trabalho principal – 1995/2009	68
Gráfico 2.4: Participação dos ILPI e do RMB no PIB pela ótica da renda no Brasil – 1995/2009	70
Gráfico 2.5: Variação do número de ocupações e do rendimento médio real dos trabalhadores autônomos - 2000/2009 (base: ano 2000 = 100)	71
Gráfico 2.6: Participação das remunerações no PIB em países selecionados – 2009	74
Gráfico 2.7: Comparação entre SCN e SCNT para os resultados de PIB e VAB em valor corrente – 2006/09	90
Gráfico 2.8: Comparação da participação do componente no VAB entre o resultado do SCN e o estimado pela opção (1) – 2006/09.....	97
Gráfico 2.9: Comparação da participação do componente no VAB entre o resultado do SCN e o estimado pela opção (2) – 2006/09.....	97
Gráfico 2.10: Comparação da participação do componente no VAB entre o resultado do SCN e o estimado pela opção (3) – 2006/09	97
Gráfico 2.11: Participação relativa dos componentes do PIB pela ótica da renda – 1995/2011	101
Gráfico A1: Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC/IBGE - Brasil, 1996-2011	106
Gráfico A2: Participação no PIB da soma EOB e RMB em países selecionados – 2009.....	108
Gráfico A3: Participação dos ILPI no PIB em países selecionados – 2009	109
Gráfico 3.1: Atividades não observadas incluídas no PIB de países selecionados – anos em torno de 2000.....	129

Gráfico 3.2: Composição da ENO no Brasil obtida por métodos de estimação indireta segundo o setor institucional – 2000/09	132
Gráfico 3.3: Posição relativa do Brasil segundo o peso da ENO no PIB	134
Gráfico 3.4: Participação relativa da ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo formal, autônoma e sem carteira – 2000/09	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: O circuito econômico e as transações de produção, renda e patrimônio no SCN	33
Quadro 1.2: O PIB como identidade contábil das Contas Nacionais	35
Quadro 1.3: Representação esquemática das Contas Econômicas Integradas	38
Quadro 1.4: Contas, saldos e agregados econômicos do SCN	39
Quadro 1.5: Modelo esquemático da Tabela de Recursos e Usos	41
Quadro 1.6: As Contas Nacionais oficiais no Brasil – 1947/2012	53
Quadro 2.1: Componentes do PIB sob a ótica da renda	60
Quadro 2.2: Componente do VAB e tipo de indicador utilizado para a extrapolação	77
Quadro 2.3: Origem da estimação dos componentes do PIB pela ótica da renda	78
Quadro 2.4: Avaliação das fontes disponíveis para aplicação na metodologia proposta segundo suas características	81
Quadro 2.5: Opções de estimação dos componentes da conta da renda nos segundo o critério (anos $t-1$)	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1: Fronteira de Produção segundo o SCN	120
Figura 3.2: Espaço da fronteira da produção total da Economia - Economia Observada e ENO	121
Figura 3.3: Matriz de empregos e setores – emprego informal e emprego no setor informal	138

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Acrônimos	xiii
Introdução	15
Capítulo 1 - O Sistema de Contas Nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil.....	19
Introdução.....	19
1.1. Um breve histórico da evolução do Sistema de Contas Nacionais (SCN).....	21
1.1.1. Antecedentes: da origem da mensuração da renda nacional até o SCN	22
1.1.2. De 1947 a 2008: as versões do manual do SCN	25
1.2. A estrutura do moderno SCN	29
1.2.1. A lógica do SCN – o circuito econômico	30
1.2.2. O Produto Interno Bruto	33
1.2.3. As Contas Econômicas Integradas e as Tabelas de Recursos e Usos	36
1.3. A evolução do SCN do Brasil	43
1.3.1. A série atual do SCN – referência 2000 (série 2000)	49
Capítulo 2 - A distribuição funcional da renda no Brasil: resultados recentes e a estimação da conta da renda nos anos de informações preliminares do SCN	54
Introdução.....	54
2.1. As referências bibliográficas mais recentes.....	56
2.2. Componentes do PIB pela ótica da renda.....	59
2.3. Resultados do SCN do Brasil	64
2.3.1. A evolução da distribuição funcional da renda no Brasil 1995-2009.....	65
2.3.2. O Brasil no contexto internacional	72
2.4. Metodologia de estimação da ótica da renda para os anos de informações preliminares do SCN	75
2.4.1. A extrapolação dos resultados nos anos $t-1$ e t	75
2.4.2. As fontes possíveis para a extrapolação dos resultados.....	78
2.4.3. A escolha das fontes para aplicação na extrapolação dos resultados	86
2.4.4. As diferenças entre SCNT e SCN e o Fator de Ajuste	88
2.4.5. Resultados dos componentes nos anos comparáveis – 2006 a 2009	91

2.4.6. Resultados estimados dos anos 2010 e 2011	98
Conclusões do capítulo	102
Apêndice estatístico	105
Capítulo 3 - A Economia Não Observada e o Setor Informal no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil	112
Introdução	112
3.1. A Economia não Observada (ENO)	113
3.1.1. A articulação entre a Fronteira de Produção e a ENO	117
3.1.2. A ENO e seus componentes.....	120
3.1.3. Principais métodos para a contabilização da ENO	124
3.1.4. Uma estimativa da ENO no Brasil.....	129
3.2. A Concepção do setor informal e sua relação com o emprego informal.....	134
3.3. O recorte do setor famílias: o tratamento adotado pelo SCN do Brasil	138
3.4. Resultados: setor de produção e tipo de emprego no período 2000/2009	141
Conclusões do capítulo	151
Conclusão	154
Referências Bibliográficas	160

Lista de Abreviaturas e Acrônimos

BCB: Banco Central do Brasil;
Caged: Cadastro geral de empregados e desempregados;
CEI: Contas Econômicas Integradas;
Cnae: Classificação Nacional de Atividades Econômicas;
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
Cofins: Contribuição para o financiamento da seguridade social;
DFR: Distribuição funcional da renda;
DPR: Distribuição pessoal da renda;
Ecinf: Pesquisa de Economia Informal Urbana;
ENO: Economia não Observada;
EOB: Excedente Operacional Bruto;
FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo;
FMI: Fundo Monetário Internacional;
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ICMS: Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços;
ILP: Impostos líquidos de subsídios sobre produtos;
ILPI: Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação;
IOF: Imposto sobre Operações Financeiras;
Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada;
IPI: Imposto sobre Produtos Industriais;
ISFLSF: Instituições Sem Fins de Lucro a Serviço das Famílias;
Isic: *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*;
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego;
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
OIT: Organização Internacional do Trabalho;
OIP: Outros Impostos sobre a Produção;
PME: Pesquisa Mensal de Emprego;
Pnad: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio;
POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares;
Rais: Relação Anual de Informações Sociais;
RMB: Rendimento Misto Bruto;
SCN: Sistema de Contas Nacionais;

SCNT: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais;

Sifim: Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos;

SIPD: Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares;

SNA-53: *System of National Accounts* 1953;

SNA-68: *System of National Accounts* 1968;

SNA-93: *System of National Accounts* 1993;

SNA-2008: *System of National Accounts* 2008;

TRU: Tabelas de Recursos e Usos;

UNECE: Comissão de Estatísticas Econômicas para a União Europeia;

VAB: valor adicionado bruto;

VBP: valor bruto da produção;

Introdução

A motivação para os temas desenvolvidos nesta tese surgiu da experiência de seu autor ao longo de onze anos de trabalho como analista da Coordenação de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A atuação no desenvolvimento da revisão da série do Sistema de Contas Nacionais (SCN), divulgada em 2007, a experiência com a análise dos agregados macroeconômicos e o contato com os dados que compõe a ótica da renda foram determinantes para a realização desta pesquisa. O interesse em temas de relevância à economia e sociedade brasileiras, historicamente reconhecidas pelo elevado grau de desigualdade de renda e pela alta incidência de atividades produtivas fundamentadas em bases informais, somado à experiência profissional determinou a escolha. Assim, a distribuição funcional da renda (DFR), e a economia informal, considerada em um contexto mais abrangente por meio da economia não observada (ENO), são os principais tópicos a que esta tese se dedica.

A DFR corresponde à repartição da renda gerada no processo produtivo pelos fatores utilizados na produção. A partir dela são identificadas as parcelas de renda destinadas ao trabalho assalariado, aos ganhos do capital, ao trabalho autônomo e às administrações públicas. Tais relações, obtidas por intermédio da desagregação do produto pela ótica da renda, servem como fundamento para a avaliação dos padrões distributivos das sociedades.

Nos anos recentes muito se tem comentado sobre o processo de redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil. As análises associam a queda da desigualdade ao crescimento do produto com geração de empregos formais, em conjunto com a maior elevação dos rendimentos da base do mercado de trabalho, influenciada em grande parte pela política de valorização real do salário mínimo. Se por um lado parece não restar dúvidas que tais fatos ocorridos nos últimos anos foram determinantes para a melhora da distribuição pessoal da renda, cabe ainda avaliar mais detidamente o comportamento observado sob o enfoque funcional da distribuição.

Embora tenha se atenuado no período recente, a desigualdade de renda brasileira continua reconhecidamente em níveis bastante elevados do ponto de vista da diferenciação dos rendimentos pessoais. Da mesma forma, a baixa participação relativa dos rendimentos do trabalho frente à renda nacional, mesmo com seu aumento nos últimos anos, impõe ao país as últimas colocações em comparações internacionais. Ainda assim o enfoque funcional tem

recebido pouca atenção se comparado à produção científica que prioriza o ponto de vista pessoal, individual ou domiciliar, da distribuição. Conforme verificado empiricamente as condições econômicas e sociais terão papel fundamental para a configuração da DFR.

A ENO corresponde às atividades produtivas que não podem ser captadas diretamente pelo sistema regular de estatística, sendo em grande parte realizadas pelas famílias, informalmente ou para o próprio uso, ou deliberadamente subdeclaradas pelos produtores. Embora não captada diretamente, a ENO é estimada pelo SCN, pois sua arquitetura possibilita o cálculo e o confronto de resultados pelas óticas da produção, da despesa e da renda, permitindo sua estimação.

No Brasil, assim como nos demais países em desenvolvimento, as atividades produtivas familiares e informais possuem relevância para a geração da renda, além de se constituírem importante fonte de emprego para um grande número de trabalhadores. Entretanto, usualmente, seus resultados são inferiores aos que indicam algumas das projeções calculadas por modelos econométricos que não consideram o marco teórico do SCN. O equívoco sobre esta questão é ainda mais grave quando se infere que os cálculos das contas nacionais não incluem este tipo de produção. Esta é a origem de afirmações implausíveis como a que o Brasil possui, em termos de renda, uma “Argentina escondida”, não contabilizada em uma de suas principais referências estatísticas para estudos econômicos.

Além da análise empírica acerca da evolução histórica recente em ambos os campos, mais precisamente no período de vigência da série atual das contas nacionais, procurou-se nesta tese desenvolver e identificar metodologias que possam ser aplicadas coerentemente com o marco teórico das contas nacionais e com as fontes de dados disponíveis, com a finalidade de fornecer informações complementares para o maior conhecimento dos temas abordados. Como subprodutos deste trabalho poderão ser extraídos melhorias na metodologia de cálculo ou acréscimos nas informações divulgadas regularmente pelo sistema de estatística. Os dois temas escolhidos, além de perpassarem o recorte da renda no âmbito das contas nacionais, são também pouco explorados na literatura acadêmica brasileira, o que permite que este trabalho possa contribuir para novos estudos e desdobramentos.

Para a busca dos objetivos propostos serão estudados, primeiramente, como foram fundamentadas as bases do SCN, descrevendo a incorporação de conteúdo e de aprimoramentos no sistema até a formação da estrutura teórica e da metodologia de cálculo atualmente recomendadas por um conjunto de organismos internacionais liderados pela

Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, o SCN consiste em um conjunto coerente, sistemático e integrado de contas econômicas, saldos e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e normas contábeis internacionalmente convencionadas. O objetivo do sistema é apresentar detalhadamente as atividades econômicas que se desenvolvem em uma economia e suas interações entre os distintos agentes que interagem nos mercados. O histórico do desenvolvimento das contas nacionais brasileiras em suas distintas versões, desde seus antecedentes que remontam a elaboração a cargo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e sua posterior transferência para o IBGE, com a descrição da série atualmente vigente, constam também deste pano de fundo com vistas à compreensão dos estudos apresentados nos capítulos subsequentes.

Assim, constituem-se como objetivos específicos desta tese:

- Apresentar uma metodologia de estimação para os componentes da renda nos anos em que há defasagem de informação dos resultados desta ótica em relação aos das óticas da produção e da despesa, os dois últimos presentes também no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT);
- Avaliar o comportamento dos principais componentes da renda na série disponível oficialmente, ou seja, de 1995 a 2009; e também com o acréscimo dos dois anos mais recentes estimados, relacionando suas alterações aos fatos econômicos relevantes no período de 1995 a 2011;
- Conceituar a ENO e as atividades que a compõem, de acordo com as recomendações internacionais, recentemente difundidas para a padronização de sua mensuração;
- Apresentar os principais métodos de mensuração da ENO, quantificando os resultados para o Brasil no período de 2000 a 2009 e situando-os no contexto internacional;
- Apresentar a estimativa da renda gerada pelas famílias, identificando a economia informal e a produção para o próprio uso, componentes relevantes da ENO, no período disponível;
- Diferenciar e identificar os resultados relacionados às ocupações por setor de produção e por tipo de emprego, abordagem incorporada na atual versão do manual internacional de contas nacionais.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado em três capítulos além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo apresenta um breve histórico da evolução do SCN desde sua concepção até as novas recomendações referendadas na última versão do manual internacional. A descrição da implantação e da evolução do SCN no Brasil até a revisão da série atualmente vigente também fazem parte deste capítulo.

O segundo capítulo apresenta uma breve revisão da bibliografia sobre a DFR no Brasil. Ainda no Capítulo 2, após a descrição dos componentes do PIB pela a ótica da renda, são analisados os principais resultados relativos a esta ótica no período recente da economia brasileira, e estes situados internacionalmente. Por fim, a metodologia de estimação e a análise dos resultados referentes à conta da renda no biênio 2010/2011, que elimina a defasagem existente entre os últimos resultados das contas nacionais nas versões definitiva (anual) e preliminar (trimestral), são desenvolvidas.

O terceiro capítulo dedica-se a explicar a ENO, apresentando seu significado, as causas para sua existência e os métodos de estimação propostos para sua incorporação aos cálculos do SCN; bem como sua estimativa para o país, considerando as possibilidades dadas pela nova série do sistema brasileiro. Posteriormente, o foco direciona-se à produção familiar e informal, onde são destacadas as diferenças entre setor de produção e tipo de emprego no contexto da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e que mais tarde foram incorporadas ao marco teórico do SCN. Apoiado nesta construção o capítulo termina com a análise dos resultados referentes à renda e ao fator trabalho para a economia brasileira, considerando o setor de produção e o tipo de emprego.

Capítulo 1 - O Sistema de Contas Nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil

Introdução

Este capítulo descreve como o SCN foi concebido, apresentando sua evolução até a consolidação de sua metodologia de cálculo, atualmente recomendada pela ONU e adotada por um grande número de países. Os principais conceitos e ferramentas do sistema, bem como o histórico de sua implantação no Brasil também são temas destacados neste capítulo.

O objetivo principal do SCN é proporcionar um conhecimento preciso e detalhado da economia de forma a atender às necessidades de formuladores de políticas macroeconômicas, analistas e pesquisadores da área, gestores dos setores público e privado, meios de comunicação e o público em geral. Assim, por intermédio dos dados do SCN, os analistas podem estudar mais adequadamente as repercussões das políticas públicas nos diferentes setores econômicos, bem como elaborar com mais precisão os modelos que buscam prever o comportamento futuro da economia, fundamental para o planejamento nas mais diversas áreas.

Pode-se dizer que desde o século XVII, diversos autores contribuíram de alguma forma para a mensuração da renda nacional e, posteriormente, para a concepção e estruturação do SCN. Alguns deles propuseram modelos econômicos e metodologias de cálculo com base em dados estatísticos que serviram para a fundamentação do SCN. Neste rol estão, por exemplo, William Petty (1623-1687), François Quesnay (1694-1774) e John Maynard Keynes (1883-1946). Este é considerado por muitos o “pai” da moderna contabilidade nacional ao elaborar, em 1939, um quadro contábil com a representação da interdependência dos resultados econômicos. Tal contribuição, somada às outras de seus seguidores, forneceram as bases para a primeira versão do manual de Contas Nacionais publicado pela ONU, em 1947. Desta data em diante, quatro outras versões do manual foram publicadas refletindo os avanços na pesquisa e nos sistemas estatísticos, e também, fundamentalmente, as alterações da economia e da sociedade ao longo dos anos.

O moderno SCN, tal como hoje se apresenta, consiste em um conjunto coerente, sistemático e integrado de contas macroeconômicas, saldos e quadros baseados em uma série

de conceitos, definições, classificações e normas contábeis internacionalmente convencionadas. O objetivo do sistema é apresentar uma relação exaustiva e detalhada das complexas atividades econômicas que se desenvolvem em uma economia e das interações entre os diferentes agentes que se relacionam nos mercados.

Este instrumental possui grande importância para a análise econômica. Dentre as propriedades do sistema estão a possibilidade de mensuração do grau de desenvolvimento econômico e da taxa de crescimento da economia. Informações fundamentais como a evolução do consumo, dos investimentos, da poupança, do endividamento e do patrimônio dos agentes econômicos também estão presentes em um SCN.

A estrutura de organização e apresentação do SCN é formada por dois conjuntos de dados que sistematizam os fluxos econômicos que ocorrem entre os agentes de um país, com residentes e não residentes, em um determinado período de tempo. São eles, as Contas Econômicas Integradas (CEI) e as Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Estas representações são complementares na medida em que as TRU destacam a função de produção das atividades econômicas para a produção de bens e serviços e as CEI mostram a totalidade das contas do sistema, por setor institucional, desde a produção até os consequentes fluxos patrimoniais, passando pelas transações de distribuição e redistribuição das rendas.

Por sua natureza o SCN promove também a integração das estatísticas econômicas e conexas em um sistema que tem por base conceitos e métodos econômicos e estatísticos homogêneos, de tal forma que faculta a realização de análises comparativas e históricas tanto no plano nacional quanto internacional. Assim, as contas nacionais fornecem indicadores que são fundamentais para descrever a economia nacional e suas interações com a economia internacional. Por conta disso, tais indicadores são largamente utilizados por agências nacionais, regionais e internacionais para a concepção e avaliação de políticas públicas e para fazer comparações de crescimento e desenvolvimento em nível internacional.

Em relação ao desenvolvimento do sistema no Brasil pode-se afirmar que a integração das informações estatísticas e econômicas ocorreu no final dos anos 1940, a partir da FGV, com a apresentação dos primeiros resultados consolidados das contas nacionais brasileiras. A partir daí o sistema seguiu em constante evolução assimilando e, ao mesmo tempo, contribuindo para o aprimoramento do arcabouço estatístico do país. Atualmente as contas nacionais brasileiras, publicadas pelo IBGE desde 1980, incorporam as principais

recomendações internacionais, tanto em sua metodologia de cálculo quanto na forma de divulgação dos resultados.

Este primeiro capítulo está estruturado em três seções que detalham os temas mencionados nesta introdução. A seção 1.1 apresenta um breve histórico da evolução do SCN desde seu “nascimento”, passando pelas principais contribuições de diversos autores, até as últimas recomendações compiladas no mais recente manual da ONU. Os principais conceitos, definições e operações do sistema, bem como sua estrutura de apresentação são tratados na seção 1.2. Por fim, a seção 1.3 descreve como se deu a implantação e a evolução do SCN no Brasil até os dias atuais.

1.1. Um breve histórico da evolução do Sistema de Contas Nacionais (SCN)

Esta seção apresenta uma síntese das principais contribuições que deram origem ao SCN. Esta breve resenha parte das primeiras tentativas de mensuração da renda nacional, que datam do século XVII, chegando até a mais recente revisão do manual metodológico recomendado pelos organismos internacionais para a elaboração do SCN nos diversos países, publicada em 2008.

Para um trabalho exaustivo sobre o tema, que foge ao objetivo desta resenha, duas obras de fôlego merecem ser consultadas: “*The Income of Nations*”, de Paul Studenski e “*Une Histoire de la Comptabilité Nationale*”, de André Vanoli. O primeiro trabalho, publicado em 1958, discorre sobre a origem da mensuração da renda nacional observando mais de 350 anos de história até culminar com a análise e a comparação estrutural dos sistemas implantados em alguns países na década de 1950. Já o livro de Vanoli, de 2002, “complementa” a primeira obra concentrando-se no período pós II Guerra Mundial, focando especialmente nas distintas versões dos manuais de contas nacionais.

1.1.1. Antecedentes: da origem da mensuração da renda nacional até o SCN

Desde a apresentação do método contábil de partidas dobradas, em 1494, pelo matemático Luca Pacioli (1455-1510), foram diversos os autores que contribuíram para a concepção do SCN. Entretanto, alguns deles realizaram contribuições determinantes no sentido de construir suas próprias estatísticas e novos modelos explicativos que fundamentaram a formação do SCN. Dentre eles destacam-se Petty, Quesnay e Keynes.

William Petty, com o ensaio “*Political Arithmetical*” (1690), buscou realizar as primeiras estimações da riqueza nacional na Inglaterra. François Quesnay, com a obra “*Tableau Économique*” (1758), apresentou as relações entre as classes sociais com a análise da origem e da apropriação do produto líquido. John Maynard Keynes, com a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (1936) e com “*How to pay for the war*” (1940), estabeleceu, respectivamente, as bases teóricas da macroeconomia moderna e das contas nacionais.

Pode-se atribuir a Petty o pioneirismo da realização de experiências de cálculo da renda nacional, o que ocorreu durante os anos 60 do século XVII, na Grã Bretanha. Por intermédio do uso de informações estatísticas, o pesquisador procurou subsidiar os administradores do Reino Unido com informações atualizadas para as decisões de política econômica. Dentre elas, a preocupação em relação ao potencial de arrecadação de tributos pelo Estado que poderia estar sendo subestimado por causa da precariedade das informações sobre os rendimentos dos agentes. De acordo com Studenski (1958, p. 13), Petty pode ser considerado o primeiro a sugerir a estimação da renda nacional a partir do confronto entre renda e despesa.

O “*Tableau Economique*” de Quesnay propôs como objetivo central demonstrar que a terra era a principal fonte geradora de valor em uma economia, afirmando a teoria fisiocrata em meados do século XIX. O instrumental utilizado para esta finalidade apresentou duas novidades que revolucionaram a maneira de estudar o funcionamento do sistema econômico: a noção de fluxo circular da renda e o quadro econômico – também chamado de tabela de insumo-produto – introduzidos por meio de um modelo fictício simplificado. As contribuições apresentadas por Quesnay foram posteriormente utilizadas por autores como Karl Marx (1818-1883), Leon Walras (1834-1910) e Wassily Leontief (1906-1999). O primeiro para a explicação do esquema de reprodução da economia capitalista, o segundo para as análises de equilíbrio geral dos mercados e da interrelação entre os agentes e o terceiro para a análise

estrutural das diversas atividades produtivas da economia americana. Tanto o fluxo circular de renda quanto as tabelas de insumo-produto permanecem até hoje sendo largamente utilizadas nos estudos de macroeconomia e nas contas nacionais.

Embora incipientes, as contribuições para a macroeconomia e para as contas nacionais são relativamente ofuscadas durante o período que vai do último quarto do século XIX até a Grande Depressão de 1929. Neste ínterim, observa-se a preponderância do pensamento econômico da escola neoclássica, em que o objeto de estudo concentra-se nas relações microeconômicas e nas análises de equilíbrio dos mercados. Dessa forma, questões relacionadas à macroeconomia, em geral, e à avaliação da renda nacional, em particular, apareceram de forma modesta e ocasional o cenário internacional.

A transformação na maneira de se estudar os fenômenos econômicos, em favor da macroeconomia, ocorre ao longo dos anos 1930 e 1940, “período conturbado quando a Grande Depressão e a II Guerra Mundial tornaram obsoletos alguns dos conhecimentos teóricos e instrumentos de política econômica até então vigentes” (Nunes, 1998, p. 25). As duas obras de Keynes, de 1936 e 1940, tiveram papel fundamental nesta nova abordagem, de forma que a disseminação de suas ideias, além de proporcionar uma revolução no pensamento econômico, contrapondo-se ao pensamento neoclássico, também, contribuiria para o nascimento das contas nacionais modernas (Nunes, 1998, p. 33).

O fato de Keynes estar inserido no ambiente acadêmico ao mesmo tempo em que desempenhava funções relacionadas com a produção e com o uso de estatísticas econômicas, ao longo de sua carreira na administração pública da Inglaterra, foi determinante para a precisão e para o sucesso de suas ideias revolucionárias. Segundo Nunes (1998, p. 33), pode-se afirmar que a convergência de sua pesquisa teórica com sua experiência aplicada culminou com a montagem de um sistema de contas nacionais para ser utilizado como instrumento de política econômica.

Se na Teoria Geral o autor demonstrou como as soluções apresentadas pela escola neoclássica não seriam eficazes para superar a Grande Depressão dos anos 1930, trazendo à baila a relevância do estudo das relações macroeconômicas, foi em *How to Pay for the War* que ele desenvolveu um modelo de contas nacionais, com a elaboração de quadros contábeis para apresentar a interligação entre os agregados econômicos. Para Kaldor (1941, p. 181), a grande inovação metodológica estava, justamente, em analisar as finanças públicas de forma integrada às contas nacionais para uma melhor definição do planejamento econômico das

ações do governo britânico, sobretudo, durante a II Guerra Mundial, mas também nos tempos de paz.

Embora outras tentativas de mensuração da renda agregada tenham sido feitas anteriormente por diferentes autores, foi Keynes quem primeiro propôs “a construção de um sistema contábil, baseado no método de partidas dobradas, para se chegar a uma medida da renda nacional e de sua distribuição por setores institucionais a cada período.” (Feijó e Ramos, 2008, p. 3). Paulani e Braga (2006) acrescentam que a teoria keynesiana outorgou aos economistas “a capacidade de verificar o comportamento e a evolução da economia de um país numa dimensão sistêmica”, não só medindo produção, renda e consumo, “mas fazendo isso de modo a perceber exatamente a relação entre estes agregados e a lógica do sistema econômico como um todo” (Paulani e Braga, 2006, p. 6).

Durante estes passos fundamentais para a origem do SCN, seguiram outras contribuições relevantes que ajudaram a formar a estrutura do sistema da maneira como foi adotado pela ONU e, posteriormente, difundido nos diversos países.

O economista Ragnar Frisch (1885-1973), em seus estudos que remontam a década de 1920, atentou para o rigor conceitual na questão da valoração dos agregados do sistema, concedendo especial atenção à distinção entre custo de fator, preço básico e preço de mercado. Contribuiu também para o moderno sistema de contas com a separação entre os fluxos monetários e reais, que refletiram no esquema de contas não-financeiras e contas financeiras do SCN (Nunes, 1998, pp. 61-62).

Ainda em relação ao rigor na definição das variáveis, outro economista que contribuiu de maneira determinante para o aperfeiçoamento do sistema foi Simon Kuznets (1901-1985). Dentre suas contribuições estão a diferenciação de conceitos como o produto nacional bruto (PNB) e produto interno bruto (PIB); a definição mais precisa em relação ao uso de bens como consumo intermediário ou formação bruta de capital; e também, a metodologia de cálculo para o valor da produção do governo por meio da soma de seus custos, incluindo nestes os serviços fornecidos gratuitamente à coletividade.

A pesquisa elaborada por Leontief trouxe para o âmbito das contas nacionais a incorporação das matrizes de insumo-produto, que permitiram a desagregação por atividade econômica das contas de produção e de geração da renda. Este modelo se constituiu em um conjunto de informações organizadas de maneira a subsidiar as análises focadas no processo produtivo, em que se destacam as relações técnico-econômicas e a interdependência dos

ramos de atividade. Dentre os alicerces para as matrizes de insumo-produto – ou matrizes de Leontief, como ficaram conhecidas, estão os modelos de Quesnay e de Walras (Leontief, 1986, p. XIII e p. XVI).

Embora o modelo de insumo-produto tenha se consolidado como uma das ferramentas fundamentais do SCN atual, sua incorporação às recomendações da ONU não foi imediata. Na primeira versão priorizou-se a abordagem por setores institucionais, desenvolvida por Keynes. A integração com o modelo de Leontief, orientado para o estudo da interdependência entre os setores produtivos, veio a se concretizar a partir da segunda versão do manual, em 1968.

Finalmente, cabe destacar as contribuições de dois economistas seguidores do pensamento *keynesiano*, James Meade (1907-1995) e Richard Stone (1913-1991), com a elaboração conjunta do trabalho “*An analysis of the sources of war finance and estimate of the national income and expenditure in 1938 and 1940*”, publicado em 1941. Sob a coordenação de Keynes, estes autores adotaram o método de partidas dobradas nas estimativas de contas nacionais e de finanças públicas para a proposta do orçamento inglês de 1941. Este estudo apresentou as primeiras tabelas integradas de contas nacionais.

O objetivo do trabalho dos autores foi mostrar que um sistema de contas, ao considerar a origem, a apropriação e o uso da renda nacional, possibilitava: i) a compatibilização de informações estatísticas de diferentes fontes; ii) a construção da identidade contábil entre renda, produto e despesa; e iii), a comparação internacional das estimativas sobre a renda nacional (Nunes, 1998, p. 77). Por conta destas propriedades, os estudos desenvolvidos por Meade e Stone serviram de base para realização do primeiro manual internacional a respeito do tema, o SNA-53, organizado pelas Nações Unidas.

1.1.2. De 1947 a 2008: as versões do manual do SCN

O relatório “*Definition and measurement of the national income and related totals*”, publicado em 1947, sob a coordenação de Richard Stone é considerado um esboço do primeiro manual de contas nacionais. A partir deste estudo, a divisão de estatísticas da ONU passou a enfatizar a necessidade de padrões estatísticos internacionais para a compilação e atualização de dados econômicos, com a recomendação de que fossem comparáveis e de que

servissem para apoiar a crescente demanda de políticas públicas que se apresentavam naquele momento.¹

Após a publicação deste primeiro relatório tornaram-se maiores as cobranças, aos países membros da ONU, para o aprimoramento em relação à mensuração dos agregados econômicos. A organização das informações econômicas sob a forma de um sistema de contas nacionais foi assim se consolidando como um projeto prioritário no âmbito dos organismos internacionais, que passaram a buscar a uniformização dos conceitos e a padronização das estruturas de apresentação das informações econômicas.

As discussões geradas sobre como mensurar a renda e a economia, e, mais do que isso, sobre como definir estes conceitos – que envolvem questões não só técnicas, mas também convicções ideológicas – proporcionaram uma série de debates e de estudos realizados por especialistas da área acadêmica e do setor público. A resultante destas discussões deu origem ao informe “*A system of national accounts and supporting tables*”, em 1953. Tal publicação, que ficou conhecida como SNA-53, foi apoiada pela Secretaria Geral das Nações Unidas, constituindo-se assim no primeiro manual amplamente adotado para a elaboração de um SCN (IBGE, 2008, p. 11).

Nesta primeira versão das recomendações internacionais para a elaboração do SCN foi apresentado um conjunto de seis contas consolidadas para a nação que especificavam informações, exclusivamente a preços correntes, relacionadas à produção doméstica, à apropriação da renda nacional, à conta de capital, às famílias e as instituições sem fins lucrativos, à conta das administrações públicas e às operações com o resto do mundo. Além deste núcleo central, também foram definidos doze quadros padronizados para o detalhamento dos fluxos econômicos, que incluíam a origem da renda nacional pelos agentes econômicos (empresas privadas, empresas públicas, famílias e governo).²

A metodologia apresentada no manual – seus conceitos, classificações e contas – foi planejada para aplicação na maioria dos países, inclusive nos países em desenvolvimento, o que contribuiu para a difusão do manual. Nos anos seguintes, duas edições ligeiramente modificadas do SNA-53 foram publicadas. A primeira revisão em 1960 refletiu comentários

¹ UN (2012).

² UN (1953, p.v; p.22).

³ Ver UN (2012). Para estes países somente o conceito de trabalho associado à produção de bens agrícolas e industriais deveria ser considerado produtivo, reduzindo assim o escopo da produção de seus sistemas de contas.
⁴ UN (1953, p.v; p.22).

sobre a experiência dos países na implantação do SNA-53 e a segunda revisão, em 1964, trouxe uma maior coerência com a metodologia do Balanço de Pagamentos, do Fundo Monetário Internacional (UN, 2012).

A partir deste ano, um novo grupo de especialistas ligados à ONU iniciou a elaboração da terceira revisão e da ampliação do documento, com o objetivo principal de “evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos” (IBGE, 2008, p. 11-12). O resultado destes esforços produziu uma versão atualizada do manual de contas nacionais, publicada em 1968, o SNA-68.

O SNA-68 representou um grande avanço em termos de sofisticação e complexidade, ao incluir as tabelas de insumo-produto, a análise tridimensional dos fluxos financeiros e as contas de patrimônio, além de incorporar as estimativas a preços constantes (UN, 1968, p. iii). Inovações como a abertura da conta de produção em recursos (produção e importação) e usos (consumo intermediário e demanda final) contribuíram para a extensão do âmbito das contas nacionais, possibilitando o estabelecimento das TRU e a conciliação com a matriz de Leontief, fundamentais para o estudo das relações intersetoriais da economia.

Outra propriedade do novo sistema foi a interligação entre setores institucionais e atividades econômicas, por meio das contas de produção e de geração da renda, que significou um primeiro passo para a avaliação do nível de consistência das estatísticas econômicas disponíveis. Por conta dessa interligação e também da unidade de conceitos e procedimentos aplicados em todas as contas dos agentes econômicos, o sistema apresentado nesta versão caracterizou-se como sendo “consistente e integrado” (IBGE, 2008, p. 12). Cabe registrar, também, que nesta versão foi realizada uma aproximação conceitual ao Sistema de Contabilidade do Produto Material – *Material Product System* (MPS), utilizado na época em países de economia centralmente planejada.³

A fim de sustentar um processo contínuo de revisões periódicas das metodologias relacionadas às estatísticas econômicas foi estabelecido pela ONU, em 1982, o *Intersecretariat Working Group on National Accounts* (ISWGNA), que teve como objetivo específico elaborar um novo e moderno manual para as contas nacionais. Constituído por

³ Ver UN (2012). Para estes países somente o conceito de trabalho associado à produção de bens agrícolas e industriais deveria ser considerado produtivo, reduzindo assim o escopo da produção de seus sistemas de contas. Com a desintegração do bloco soviético, a reunificação da Alemanha e a transição de vários países socialistas para a economia de mercado, a metodologia do MPS foi praticamente abandonada, ficando o SCN tal como recomendado pela ONU sendo utilizado na maioria destes países (Nunes, 1998, pp. 109-110).

representantes desta instituição e por especialistas de distintos países, além de outras quatro organizações internacionais⁴, este grupo trabalhou de forma coordenada na preparação da nova versão do manual, o “*System of national accounts 1993*” (SNA-93).

A versão publicada em 1993 manteve basicamente o mesmo arcabouço teórico da anterior, adicionando soluções para a representação adequada dos desafios surgidos com a evolução das sociedades e com os problemas econômicos que apareceram neste intervalo temporal, como por exemplo, o fenômeno inflacionário após os choques do petróleo de 1973 e 1979. Esclarecimentos conceituais e metodológicos percebidos como necessários após o uso disseminado do SNA-68 pelos países que o aplicaram também foram introduzidos (UN, 1993, p. 648)⁵.

O SNA-93 representou um grande avanço na integração das estatísticas econômicas com a harmonização de seu conteúdo com o de outras normas internacionais de forma ainda mais intensa do que na versão anterior. Também foi objetivo do novo manual a atualização de conceitos para o acompanhamento da evolução da economia, resultantes de inovações tecnológicas na área das informações, da complexidade e da sofisticação dos mercados financeiros e da mudança de papel do governo, sobretudo nos países em transição para uma economia de mercado (IBGE, 2008, p. 12).

De maneira geral, a estrutura do sistema tornou-se mais detalhada, com um número maior de contas e de subgrupos para os setores institucionais. Dentre as alterações, destacam-se a criação das Contas Econômicas Integradas (CEI) e a incorporação definitiva da matriz de insumo-produto e das TRU ao sistema. As CEI representaram uma maior integração entre as contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e de patrimônio, ampliando o quadro central do sistema. As TRU passaram a fornecer elementos para as identidades contábeis entre oferta e demanda, assegurando a coerência dos dados estatísticos utilizados.

Por conta das novas demandas, o SNA-93 reservou capítulos específicos para contas satélites (criadas para expandir a capacidade analítica do sistema sobre áreas específicas, como saúde, educação, turismo, etc.); para o ajuste do modelo às circunstâncias locais de cada

⁴ Comissão das Comunidades Europeias (Eurostat), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD) e Banco Mundial.

⁵ O anexo I do SNA-93 (UN, 1993, pp. 648-669) apresenta todas as modificações introduzidas com a nova versão em relação à de 1968.

país; e para a inclusão de matrizes de emprego, que reforçou a qualidade das estatísticas obtidas pela ótica da renda.

Atualmente, as discussões baseadas nos avanços teóricos e nas experiências práticas dos países que utilizam a metodologia do SNA permanecem ativas no âmbito do ISWGNA, tendo sido preponderantes para sua mais recente revisão. A publicação do “*System of national accounts 2008*” (SNA-2008) foi disponibilizada à comunidade em dois volumes, sendo o primeiro em 2008 e o segundo no ano seguinte. Esta nova revisão consiste em uma atualização que, além de abordar as questões trazidas pelas mudanças constantes no ambiente socioeconômico, apresenta os esclarecimentos demandados pelos países que aplicaram o SNA-93.

As modificações sugeridas pelo SNA-2008, embora pontuais, estão relacionadas a diversos temas, como a propriedade intelectual de ativos intangíveis; uma visão geral mais abrangente do setor financeiro; questões referentes à globalização e ao fluxo de pessoas e produtos; e, também, de alguns pontos que foram esclarecidos e refinados em relação à atividade do governo e das administrações públicas. Além destas questões, pela primeira vez, uma versão do manual dedica um capítulo⁶ ao tema da atividade produtiva em bases informais, realizada pelas famílias, e à atividade que escapa à medição estatística convencional, denominada ENO – objeto de estudo do Capítulo 3 desta tese. Entretanto, a estrutura do sistema permanece baseada nas CEI e nas TRU conforme a proposta do SNA-93.

1.2. A estrutura do moderno SCN

Esta seção apresenta de maneira resumida a metodologia do SCN divulgada na mais recente revisão internacional com a publicação do SNA-2008. Os conceitos mais importantes para a compreensão da lógica do sistema e os principais pilares de apresentação dos dados contábeis, as CEI e as TRU, são descritos a seguir. A referência ideal para o conhecimento da estrutura detalhada bem como da totalidade dos conceitos utilizados no SCN é o próprio SNA-2008. Para o caso específico das contas nacionais brasileiras a referência primordial é o relatório metodológico IBGE (2008), o qual esta seção também se baseia.

⁶ Capítulo 25: *Informal aspects of the economy*, UN (2009).

1.2.1. A lógica do SCN – o circuito econômico

A contabilidade nacional é um instrumento de mensuração da economia de um país formado por um conjunto integrado de equações e contas, fundamentados em conceitos, classificações e normas contábeis internacionalmente aceitas. Segundo o SNA-2008:

The System of National Accounts (SNA) is the internationally agreed standard set of recommendations on how to compile measures of economic activity in accordance with strict accounting conventions based on economic principles. The recommendations are expressed in terms of a set of concepts, definitions, classifications and accounting rules that comprise the internationally agreed standard for measuring such items as gross domestic product (GDP), the most frequently quoted indicator of economic performance. (SNA, 2008, para. 1.1)

A construção de um sistema de contas se realiza a partir de registros contábeis que são, em sua grande maioria, obtidos das diferentes fontes que formam o sistema estatístico e mostram como os agentes econômicos se relacionam em um determinado período de tempo. Esta representação inicia-se desde quando o produto e a renda são gerados, passando pelos mecanismos de distribuição e de apropriação da renda nacional, chegando posteriormente à identificação dos fluxos relativos ao uso da renda em consumo e poupança e às consequentes alterações patrimoniais da nação e dos variados agentes que atuam na economia.

De acordo com o relatório metodológico do IBGE:

As tarefas fundamentais das contas nacionais são *classificar* esta imensa variedade de agentes, os fluxos econômicos e os estoques de ativos e passivos num número limitado de categorias essenciais e *integrá-las* num esquema contábil de forma a obter uma representação completa e clara, ainda que simplificada, do funcionamento da economia. O esquema contábil das contas nacionais tem sua lógica centrada na ideia de reproduzir os fenômenos essenciais da vida econômica de um país: produção de bens e serviços; geração, alocação e distribuição da renda; consumo e acumulação (IBGE, 2008, p. 17 – grifos originais).

A lógica contábil utilizada para organizar o SCN torna possível a representação da atividade econômica em um circuito. Em sua origem encontra-se a atividade produtiva, ou seja, a produção de bens e serviços, responsável pela geração da renda e que viabiliza as etapas de distribuição e de acumulação no decorrer do ciclo econômico.

O conceito amplo de produção envolve as atividades que utilizam fatores de produção para transformar os insumos em produtos destinados à venda, no caso da produção mercantil; ou destinados ao consumo próprio e à coletividade, casos da produção não mercantil. As unidades produtivas do sistema utilizam insumos e fatores contratados no mercado, podendo apresentar distintas características. Constituem-se a totalidade das empresas, as famílias produtoras, as administrações públicas e as instituições sem fins lucrativos.

Grande parte da produção é oferecida no mercado, sendo que alguns dos produtos encontram-se em uma etapa intermediária, ou seja, servem como insumos para serem usados na produção de outros bens e serviços. Neste caso tem-se o consumo intermediário como destino para estes bens e serviços. Outra possibilidade de destino para os produtos é o uso final, que poderá ser para consumo final, isto é para a satisfação direta das necessidades dos membros da sociedade, ou; para investimento, também denominado formação bruta de capital (FBC), cuja função é repor ou aumentar o capital produtivo de um país.⁷

Uma propriedade que torna o conceito de produção especialmente relevante para a contabilidade nacional é que ela se constitui na origem das rendas geradas neste circuito.⁸ A partir daí as rendas geradas são distribuídas pelos agentes produtores para remunerar aqueles que participam da atividade produtiva. Esta consiste na “distribuição primária”, ou seja, refere-se aos fluxos de rendas de que se apropriam os agentes econômicos devido a sua participação, mais ou menos direta, na atividade produtiva.

Após a distribuição primária, diversas transações entre os agentes ocasionam uma redistribuição das rendas, de maneira que o conteúdo à disposição de cada um deles é modificado. Como exemplos que efetivam esta redistribuição de renda, podem ser citados, os impostos correntes sobre renda e patrimônio auferidos pelo governo; as diversas redistribuições sociais (auxílio doença, aposentadorias, assistência social, etc.); e as indenizações de seguros contra danos. Como resultado destas transações de redistribuição os agentes econômicos contam com a renda disponível.

Prosseguindo o circuito, uma parte da renda disponível é dedicada à aquisição dos bens e serviços que são necessários para a satisfação imediata das necessidades individuais e

⁷ A FBC contabiliza tanto a formação bruta de capital fixo (FBCF), que correspondem às máquinas e outros equipamentos produtivos, quanto à variação de estoque.

⁸ “O conceito de produção tem função central no sistema: toda renda é gerada tão somente na produção.” (IBGE, 2008, p. 32).

coletivas, o consumo final. O saldo remanescente, denominado poupança, contribui para o aumento do patrimônio.

As operações que descrevem a origem (produção ou importação) e a utilização dos produtos (consumo intermediário, consumo final, formação de capital ou exportação) são denominadas pelo SCN de operações de bens e serviços. Analogamente, os fluxos associados à distribuição primária e à redistribuição da renda são designados pelo SCN como transações de distribuição.⁹

Uma terceira categoria do circuito econômico é composta pelos fluxos patrimoniais. Para compreender a lógica destes fluxos no circuito é necessário considerar que o resultado da atividade econômica de períodos anteriores estabelece um patrimônio, ou seja, os bens acumulados no passado que, em termos agregados, corresponde ao patrimônio nacional. Este patrimônio pertence a uma parte dos agentes econômicos, os proprietários, que possuem direitos de uso sobre o mesmo. A poupança, resultante dos fluxos de renda do período vigente, altera este patrimônio ao final do período.

Os agentes que investem quando sua poupança é insuficiente se endividam com aqueles que têm uma capacidade de financiamento, de maneira que, ao final do período corrente, há uma modificação no nível e na composição dos patrimônios. Esta alteração patrimonial ocorre devido aos novos investimentos realizados, que são representados pelas transações de capital; e também por conta da modificação de ativos e passivos entre os agentes, representada pelas transações financeiras.¹⁰

Para concluir a exposição da lógica do circuito econômico, é necessário considerar as consequências dos fluxos econômicos – produção, renda e patrimônio, entre a economia nacional e o resto do mundo. Tais relações devem também estar representadas no circuito uma vez que contribuem para a variação da renda e do patrimônio nacionais e dos agentes econômicos, trazendo reflexos nas diferentes etapas da elaboração das contas nacionais.

Como exemplos têm-se os intercâmbios de bens e serviços, constituídos pelas importações e as exportações; os intercâmbios de rendas, que se efetuam com o resto do

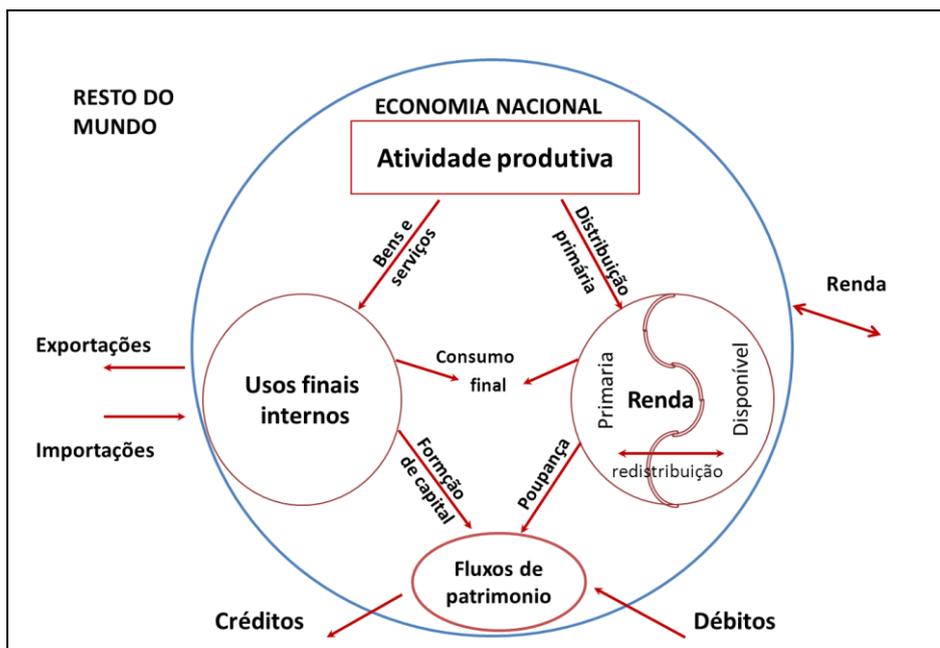
⁹ A descrição de todas as operações e saldos de bens e serviços e das operações de distribuição encontra-se em IBGE (2008, cap. 1). As operações e saldos relacionados à distribuição primária da renda são tratados no Capítulo 2 desta tese.

¹⁰ A descrição das operações e saldos das operações financeiras e os recentes resultados divulgados para a economia brasileira podem ser encontrados em IBGE (2011a).

mundo tanto no nível de distribuição primária (juros e dividendos), como de distribuição secundária das rendas (remessas de residentes a não residentes); e também, os intercâmbios de capital e de títulos financeiros. Neste caso, a poupança nacional pode ser colocada à disposição do exterior, assim como a economia nacional pode beneficiar-se dos meios financeiros extraídos do resto do mundo. Tais fluxos possuem, no SCN, estreita relação com os registros de transações correntes e de capitais da metodologia descrita no Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI).¹¹

O Quadro 1.1, a seguir, representa o circuito econômico descrito acima em que se destacam as transações de bens e serviços, de renda e patrimoniais entre a economia nacional e o resto do mundo.

Quadro 1.1: O circuito econômico e as transações de produção, renda e patrimônio no SCN



Fonte: Elaboração própria a partir de INSEE (2004).

1.2.2. O Produto Interno Bruto

O produto interno é considerado o principal agregado do SCN, uma vez que se constitui no indicador representativo da magnitude da renda gerada pela atividade produtiva

¹¹ IMF (2001): *Balance of Payments Manual – BPM5*.

da economia, em um determinado período de tempo.¹² Para a estimativa desta e de outras importantes variáveis do SCN são utilizadas duas formas de valoração – a preços correntes ou a preços constantes. No primeiro caso o indicador é medido a partir dos preços praticados no período de referência, enquanto que na valoração a preços constantes ele é calculado a partir dos preços determinados em um ano fixo, o ano base. Neste caso a comparação visa obter a variação em volume do indicador, isolando-o das variações de preços da economia.¹³

Outra questão relevante em relação à mensuração do produto interno e dos demais saldos do SCN diz respeito à consideração ou não do consumo de capital fixo durante a atividade produtiva. A recomendação internacional sugere preferencialmente que este gasto, que equivale à depreciação das máquinas e equipamentos utilizados na produção, seja levado em conta de forma que os saldos resultantes das transações econômicas sejam obtidos em termos líquidos. Entretanto, devido às dificuldades de se estimar a depreciação, a maioria dos países, entre eles o Brasil, apresenta os valores em termos brutos. Segundo *Eurostat* (2010, p.58):

... net aggregates can be obtained by deducting consumption of fixed capital from gross aggregates. Consumption of fixed capital is not a value created in the production process; it is a production cost. Therefore, values added, domestic product and income measures should be preferably measured net. However, it is very difficult to measure consumption of fixed capital properly and many countries do not measure it at all. Gross aggregates are more often available and more widely used (Eurostat, 2010, p.58).

O circuito econômico permite que o PIB seja calculado por meio de três óticas: produção, despesa e renda. A ótica da produção é obtida pelo valor dos bens e serviços criados na economia, segundo a contribuição de cada atividade econômica no processo produtivo, o valor adicionado. A ótica da despesa (ou da demanda) é medida pelo valor dos usos finais, que se dividem em consumo final, formação de capital e exportações, descontadas as importações. A ótica da renda é obtida pelo valor do pagamento pelo uso dos fatores produtivos, que se distribui entre remuneração, excedente operacional e rendimento misto. As remunerações (salário e contribuições sociais) referem-se ao fator trabalho. O excedente operacional (lucros, juros ou aluguel) corresponde à remuneração do capital; e o rendimento

¹² *Eurostat* (2010, p. 57).

¹³ Alguns livros-texto de economia utilizam os termos *nominal* e *real* para designar, respectivamente, as valorações a preços correntes e constantes.

misto cabe às unidades produtoras que não podem distinguir o fator trabalho do fator capital, caso das famílias produtoras.

Como os bens e serviços são valorados de maneira distinta nas diferentes etapas do processo produtivo, quando passa do produtor (preço básico) ao consumidor (preço de mercado), a inclusão ou não dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação difere de acordo com a ótica de mensuração do PIB. Como estes impostos encontram-se implícitos nos preços dos bens e serviços demandados pelo consumidor final, no caso da mensuração pela ótica da despesa, o PIB a preços de mercado torna-se diretamente observado nesta ótica. Já, pela ótica da produção, apenas parte destes impostos deve ser adicionada, os impostos sobre produtos. Já pela ótica da renda a totalidade dos impostos sobre a produção deve ser incluída. O Quadro 1.2, a seguir, apresenta a equação descritiva das três óticas para a obtenção do PIB a preços de mercado e a consequente identidade contábil das contas nacionais.

Quadro 1.2: O PIB como identidade contábil das Contas Nacionais

Ótica	Equação descritiva
<u>Produção</u> (valor de bens e serviços criados na economia)	PIB = Valor adicionado das atividades econômicas (+) impostos líquidos sobre os produtos nacionais e importados
<u>Despesa</u> (valor total dos usos finais)	PIB = Valor da demanda final (-) importações de bens e serviços produtivos
<u>Renda</u> (valor total da renda gerada pela produção)	PIB = Valor das rendas primárias geradas: remuneração, excedente operacional, rendimento misto (+) impostos líquidos sobre a produção

Fonte: Elaboração própria a partir de UN (2008).

Ademais de se constituir um indicador síntese da renda gerada na economia, a possibilidade de se obter o resultado do PIB sob três perspectivas distintas do circuito econômico lhe confere particular importância para o sistema. Esta propriedade configura-se um importante mecanismo que permite avaliar a qualidade dos dados obtidos das variadas fontes de informação que alimentam o sistema de contas, servindo para corrigir eventuais distorções ocasionadas pelo uso de dados menos confiáveis ou ainda para a dedução de

resultados que não são diretamente observados nos registros estatísticos, como discutido no Capítulo 3 desta tese.¹⁴

Vale ressaltar que não só o valor corrente quanto à variação em volume do PIB são informações de grande destaque do SCN, mas também outros importantes indicadores dele derivados. Neste rol encontram-se, por exemplo, a renda per capita, o peso das atividades econômicas na estrutura produtiva, a proporção de investimento e de poupança na economia, a proporção dos gastos públicos e privados e a carga tributária.

1.2.3. As Contas Econômicas Integradas e as Tabelas de Recursos e Usos

A estrutura de organização do SCN é formada pelo quadro das Contas Econômicas Integradas (CEI) e pelas Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Estes dois conjuntos de dados sistematizam as transações econômicas efetuadas entre os agentes de um país, com residentes e não residentes, num período determinado de tempo. Neste esquema, três processos distintos são identificados: i) o processo de produção de bens e serviços e a consequente geração de renda; e, ii) o processo de apropriação, distribuição e uso da renda gerada e; iii) a posterior variação patrimonial. Enquanto que as TRU retratam as transações de bens e serviços pelas atividades econômicas, as CEI apresentam a totalidade das contas do sistema, enfatizando as transações de distribuição pelos setores institucionais.

As unidades que participam do primeiro processo – o de produção – são agrupadas em atividades econômicas de acordo com o que produzem suas unidades locais. Entende-se a unidade local como sendo uma empresa, ou parte dela, situada em um único lugar, e dentro da qual se exerce uma atividade de produção única ou predominante – a produção principal.¹⁵ O agrupamento de unidades locais com funções de produção semelhantes forma a atividade econômica, sendo este, para fins de apresentação, o enfoque da TRU. Neste processo o recorte analítico recai sobre a produção de bens e serviços e a remuneração dos fatores produtivos.

¹⁴ Um exemplo clássico é a obtenção do excedente operacional como saldo a partir do resultado do valor adicionado obtido pela ótica da produção.

¹⁵ Além destas características, a unidade local deve ser observável sob os seguintes aspectos: valor de produção, consumo intermediário e componentes do valor adicionado; estatísticas relativas ao número de assalariados; estimativas do estoque de capital e dos terrenos usados; e, estimativas da variação de estoques e da formação bruta de capital fixo (UN, 2008, par. 5.13 a 5.19).

O segundo processo, que se inicia com a distribuição da renda, tem como foco a atuação das unidades institucionais – entidades autônomas, com capacidade de possuir ativos, de subscrever contratos e de realizar transações com outras entidades.¹⁶ A unidade institucional é, portanto, a unidade adequada para o estudo das rendas, dos fluxos financeiros e de criação patrimonial. O agrupamento de unidades institucionais semelhantes do ponto de vista de suas naturezas jurídicas, objetivos econômicos e formas de financiamento originam os setores institucionais. De modo geral, são ordenados cinco grupos de setores institucionais: as empresas não-financeiras, as empresas financeiras, a administração pública (ou governo), as instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFLSF) e as famílias. As unidades institucionais residentes de um país compõem o total da economia. Por outro lado, todas as unidades institucionais não residentes do país formam uma única conta no SCN denominada resto do mundo.¹⁷

- **As Contas Econômicas Integradas**

As CEI constituem-se no núcleo central do SCN, pois oferecem uma visão global do conjunto da economia em uma única tabela. Nela são apresentadas, de maneira articulada, as rendas geradas no processo produtivo; sua distribuição entre os agentes econômicos e sua utilização em consumo final; e o montante de poupança destinado à acumulação de ativos não financeiros (IBGE, 2008, p. 89). As CEI apresentam os resultados da economia nacional desagregados por setor institucional, mostrando também as relações da economia nacional com o resto do mundo. Segundo o SNA-2008:

The integrated economic accounts give a complete picture of the accounts of the total economy including balance sheets, in a way that permits the principal economic relations and the main aggregates to be shown. This table shows, simultaneously, the general accounting structure of the SNA and presents a set of data for the institutional sectors, the economy as a whole and the rest of the world. (SNA, 2008, par. 2.127)

Nas CEI, o registro das transações econômicas permite que sejam obtidos os principais agregados econômicos que constituem, em termos globais, os saldos de suas contas. São

¹⁶ UN (2008, par. 4.2).

¹⁷ A definição e a abrangência pormenorizadas de cada setor institucional, bem como as fontes de dados que são utilizadas no SCN brasileiro encontram-se em IBGE (2008, cap. 3).

exemplos o produto interno, o saldo externo de bens e serviços, a renda nacional disponível, a poupança e o patrimônio nacionais.

A estrutura da CEI é disposta de maneira que os usos, lançamentos que reduzem o montante do valor econômico de um setor, sejam registrados do lado esquerdo e os recursos, lançamentos que aumentam o valor econômico de um setor, do lado direito da tabela. As rubricas, descritas no corpo central da tabela, correspondem às operações e aos saldos de cada conta. É por intermédio dos saldos, diferença entre recursos e usos, que ocorre a articulação das contas que formam as CEI.

O Quadro 1.3 a seguir apresenta a estrutura esquemática das CEI. A partir do corpo central, em que estão descritos os principais saldos de cada conta, aparecem nas colunas de ambos os lados os setores institucionais. Assim, cada linha da tabela representa os montantes a pagar (usos) e a receber (recursos) pelos setores institucionais e pelo resto do mundo. A soma dos setores institucionais encontra-se na coluna total da economia. A coluna de bens e serviços mostra as operações totais de bens e serviços para o conjunto da economia.

Quadro 1.3: Representação esquemática das Contas Econômicas Integradas

Contas	Bens e serviços (recursos)	Resto do mundo (recursos)	Total da Economia (usos)	Setores institucionais	Operações e saldos	Setores institucionais	Total da Economia (recursos)	Resto do mundo (usos)	Bens e serviços (usos)
I. Contas correntes					valor adicionado renda disponível poupança				
II. Contas de acumulação					cap./nec. liq. financ.				
III. Contas de patrimônio					patrimônio líquido				

Fonte: Elaboração própria a partir de Feijó e Ramos (2008, p. 64) e SNA-2008.

Conforme se pode observar no esquema acima, as CEI são formadas por três grupos de contas dispostas em suas linhas: as contas correntes (I); as contas de acumulação (II); e as contas de patrimônio (III). O Quadro 1.4, a seguir, descreve o conteúdo de cada um desses grupos, bem como os saldos resultantes para cada setor institucional e o resultado agregado dos mesmos. A descrição completa das operações e saldos e as fontes de dados para as CEI do Brasil podem ser consultadas em IBGE (2008, cap. 4).

Quadro 1.4: Contas, saldos e agregados econômicos do SCN

Conta	Saldo da conta	Agregado Econômico
I. Contas correntes		
I.1. Conta de produção	valor adicionado	produto interno
I.2. Contas de distribuição da renda		
I.2.1. distribuição primária da renda		
I.2.1.1. geração da renda	exced. operacional / rend. misto	
I.2.1.2. alocação da renda primária	saldo da renda primária	renda nacional
I.2.2. distribuição secundária da renda	renda disponível	renda nacional disponível
I.2.3. redistribuição da renda em espécie	saldo da renda primária	renda nacional disponível
I.3. Conta de uso da renda		
I.3.1. uso da renda	poupança	poupança nacional
I.3.2. uso da renda disponível	poupança	poupança nacional
II. Contas de acumulação		
II.1. Conta de capital	cap/nec. líq. de financ.	cap/nec. líq. de financ. nacional
II.2. Conta financeira	cap/nec. líq. de financ.	cap/nec. líq. de financ. nacional
II.3. Conta de outras variações nos ativos financ.	mudanças no PL resultantes de outras variações no volume dos ativos	
III. Contas de patrimônio		
III.1. Conta de patrimônio inicial	patrimônio líquido (PL)	riqueza nacional
III.2. Conta de variação de patrimônio	variações do patrimônio líquido	
III.3. Conta de patrimônio final	patrimônio líquido (PL)	riqueza nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de SNA (2008), Eurostat (2010) e Feijó e Ramos (2008).

As contas correntes são formadas pela conta de produção (I.1) e pelas contas da renda. A primeira registra as operações de produção de bens e serviços e seu saldo é o valor adicionado (VA). As contas da renda registram a geração, a alocação, a redistribuição e o uso da renda, sendo, para isso, dividida em: distribuição primária da renda (I.2.1); distribuição secundária da renda (I.2.2); redistribuição da renda em espécie (I.2.3); e, uso da renda (I.3).

A conta de distribuição primária da renda (I.2.1), por sua vez, encontra-se dividida em duas outras subcontas: a conta de geração de renda (I.2.1.1) e a conta de alocação da renda primária (I.2.1.2). A origem da conta de distribuição primária da renda é a remuneração das unidades institucionais detentoras dos fatores empregados no processo de produção, além do pagamento de impostos sobre a produção. Essa conta registra o primeiro movimento de apropriação e distribuição de renda no processo produtivo. A fonte de recursos desta conta é o produto interno e os usos são a remuneração do trabalho e os tributos sobre a produção. O saldo, ou seja, a diferença entre usos e recursos desta conta é o excedente operacional ou o rendimento misto para o caso do setor famílias.

A partir do saldo da conta anterior, a conta de alocação da renda primária (I.2.1.2) indica como se deu a remuneração do capital sob a forma das rendas de propriedade. O saldo desta conta é a renda primária que em termos agregados corresponde à renda nacional, uma vez que contabiliza o pagamento e o recebimento das rendas advindas do exterior.

A conta de distribuição secundária da renda (I.2.2) possui esta denominação pois apresenta o segundo movimento de distribuição de renda. Esta conta tem como recurso a renda primária e como usos os pagamentos de impostos e contribuições sobre lucros e salários, transferências na forma de benefícios e outras transferências correntes. Seu saldo é, portanto, a renda disponível. A inclusão das transferências sociais em espécie forma a conta de redistribuição da renda em espécie (I.2.3), cujo saldo é a renda disponível ajustada.

A conta de uso da renda (I.3) apresenta o destino da renda retida pelas unidades institucionais, como o consumo final. A renda disponível é a fonte de recursos desta conta e seu saldo a poupança bruta.

As contas de acumulação (II) comportam a conta de capital (II.1), a conta financeira (II.2) e a conta de outras variações e reavaliação de ativos financeiros (II.3). A sequência das contas de acumulação inicia-se com a poupança bruta como recurso, seguindo com a FBC como uso, além de outras rubricas sobre ativos não financeiros e transferência de capital. O saldo desta conta apresenta a necessidade ou capacidade de financiamento e as variações de patrimônio líquido.

As contas de patrimônio mostram os valores de balanço de ativos e passivos dos setores institucionais no início e no fim do período contábil. Suas subcontas são a conta de patrimônio inicial (III.1), a conta de variação de patrimônio (III.2) e a conta de patrimônio final (III.3). Esta última conclui a sequência das CEI com o registro do patrimônio líquido no fechamento do período.

- **As Tabelas de Recursos e Usos**

As TRU são elaboradas a partir de um duplo ponto de vista, um considerando o mercado e outro o processo produtivo. O primeiro enfoque analisa a origem (oferta) e o destino (demanda) dos bens e serviços produzidos, enquanto o segundo analisa o que foi produzido e como se produziu, ou seja, a função de produção. Resultam desta estrutura os dois elementos fundamentais das TRU: as atividades e os produtos. Nas TRU as atividades

encontram-se representadas nas colunas e os produtos nas linhas. O Quadro 1.5, a seguir, apresenta o modelo esquemático da TRU.

Quadro 1.5: Modelo esquemático da Tabela de Recursos e Usos

I - Tabela de recursos de bens e serviços			
<u>Oferta</u>	=	<u>Produção das atividades</u>	+ <u>Importação</u>
A		A1	A2
II - Tabela de usos de bens e serviços			
<u>Oferta</u>	=	<u>Consumo intermediário</u>	+ <u>Demanda final</u>
A		B1	B2
<u>Componentes do valor adicionado</u>			
C			

Fonte: IBGE (2008, p. 25).

A primeira parte da TRU, a tabela de recursos de bens e serviços apresenta a oferta global de produtos na economia (A), ou seja, o montante produzido internamente (A1) mais os bens e serviços que foram importados (A2) no período de referência. Nesta tabela a oferta total é apresentada a preços básicos e a preços de consumidor. Para a obtenção dos produtos a preços do consumidor, partindo dos preços básicos, efetua-se a soma das parcelas referentes a margens de comércio e de transporte além dos impostos líquidos sobre produtos e importação.

A segunda parte da TRU mostra a tabela de usos de bens e serviços, que informa o destino da oferta total de produtos da economia. Tal oferta pode ser destinada ao consumo intermediário das atividades econômicas (B1) ou à demanda final (B2) – consumo final, investimento ou exportação. Conforme mencionado na seção 1.2.2, a valoração dos usos na economia é feita a preço de consumidor.

Pela tabela de usos de bens e serviços é possível deduzir o valor adicionado, subtraindo o consumo intermediário do valor da produção, para cada atividade e também obter a distribuição deste entre os fatores de produção trabalho e capital, os componentes do valor adicionado (C). Como informação complementar as TRU apresentam em sua última

linha o fator trabalho utilizado por cada atividade econômica, podendo este ser representado pelo pessoal ocupado, pelas ocupações ou pelas horas trabalhadas.¹⁸

Por diversos motivos as informações detalhadas sobre o processo produtivo, com as funções de produção das atividades, são consideradas um instrumento efetivo para a melhoria da qualidade do SCN. Segundo o SNA-2008:

Supply and use tables are a powerful tool with which to compare and contrast data from various sources and improve the coherence of the economic information system. They permit an analysis of markets and industries and allow productivity to be studied at this level of disaggregation. When, as is usually the case, supply and use tables are built from establishment data, they provide a link to detailed economic statistics outside the scope of the SNA (UN, 2008, par. 14.3).

As contas de produção e de geração da renda, presentes nas CEI considerando os setores institucionais, reproduzem-se na TRU sob a perspectiva das atividades econômicas. Dessa forma, a análise conjunta dos resultados do SCN pelos recortes setor institucional e atividade econômica representa outro exemplo de como a apuração das contas nacionais exige que os dados sejam coerentes, o que também contribui para a qualidade de seus resultados.

A próxima seção apresenta a evolução do SCN do Brasil, descrevendo, entre outros acontecimentos, como este incremento de qualidade foi paulatinamente sendo incorporado ao sistema brasileiro desde o início do século passado até os dias atuais.

¹⁸ Segundo o SNA-2008 a medida preferível para os cálculos de produtividade do fator trabalho é o indicador de horas trabalhadas (UN, 2008, par. 19.47).

1.3. A evolução do SCN do Brasil

O livro “Renda Nacional”, de Antônio Dias Leite Júnior, de 1948¹⁹, é considerado o primeiro trabalho realizado no Brasil sobre a temática das contas nacionais. Este trabalho foi elaborado para o concurso de docente livre na cadeira *Estatística, economia política e finanças*, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). O objetivo do trabalho foi apresentar, em teoria, as contas nacionais modernas e as então recentes contribuições de autores destacados como Keynes e Stone, para seu desenvolvimento.

Preliminarmente, no Brasil, alguns pesquisadores trabalhavam com os restritos dados disponíveis para construir séries históricas com estatísticas econômicas, a fim de subsidiar suas análises sobre a economia brasileira.²⁰ Como referências havia o Censo de 1920, o primeiro a fornecer informações sobre a produção agrícola e industrial no país, e alguns indicadores básicos, como as variações de volume de importação e exportação, de consumo de energia elétrica e de volume de produção.²¹ Entretanto, dado o estágio embrionário das contas nacionais do Brasil à época, tais séries históricas não poderiam ser articuladas a um sistema de contas nacionais (Nunes, 1998, p. 155).

A passagem para um sistema que utilizasse os dados econômicos de forma mais articulada remonta a segunda metade dos anos 1940, a partir da FGV, com a composição da equipe técnica para a construção das Contas Nacionais do Brasil. Em 1949, os primeiros resultados deste projeto são divulgados pela FGV, por intermédio das estimativas da renda nacional líquida para o ano 1947. Em 1953, a instituição publica o produto nacional bruto e líquido relativos ao período de 1947 a 1952. Em 1956, sua equipe apresenta, a partir de uma nova metodologia, os resultados para o período de 1948 a 1955 no trabalho “Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento”, publicado na Revista Brasileira de Economia (FGV, 1956).

¹⁹ Leite Júnior (1948).

²⁰ Com destaque para Celso Furtado, Annibal Villela e Wilson Suzigan. Para chamar a atenção, ao mesmo tempo, da necessidade e da precariedade das informações disponíveis à época, Furtado sentencia: “Aprendi desde cedo com meus professores da escola austríaca que os dados estatísticos são tão importantes que, não existindo, é indispensável inventá-los.” (IBGE, 2006a, p. 24).

²¹ IBGE (1990, p.23)

Neste trabalho, a FGV realizou os primeiros esforços para que a série de dados fosse compatível com a metodologia internacional proposta pela ONU no manual de 1953. O conjunto de informações reunia as estimativas de produto nacional bruto e líquido do Brasil, a renda nacional por unidade da federação e uma série histórica do índice de produto real. A articulação do sistema, refletida na identidade contábil básica entre produto, renda e despesa, passa então a ser incorporada à metodologia da FGV (FGV, 1956, p. 26). Nos anos 60, a FGV realizou uma nova revisão metodológica e atualizou a série correspondente ao período 1947-60, que ficou conhecida como Contas Consolidadas para a Nação (CCN).

A paralisação da coleta de estatísticas primárias pelo IBGE, devido à concentração de seus recursos para a realização do Censo em 1960, e as reformas econômicas e administrativas promovidas pelo Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco (1964-1966), em que várias instituições provedoras de informações foram extintas ou reestruturadas, inviabilizaram, na prática, a produção de novas estimativas das Contas Nacionais do Brasil em quase toda a década de 1960 (Nunes, 1998, p. 156). O retorno à produção regular dos resultados das contas nacionais aconteceu somente em 1969, com a atualização da série a partir da disponibilidade dos dados censitários de 1960.

Em 1973, a FGV publicou a revisão das estimativas das CCN do período 1970-73, com a incorporação do Censo de 1970 e uma nova metodologia para a obtenção dos resultados. Embora a atualização do manual internacional, o SNA-68, já estivesse disponível, a metodologia adotada para a revisão de 1973 da FGV manteve a estrutura proposta pelo SNA-53 o que trouxe algumas limitações por conta do desenho do SCN. Como consequência, a apresentação dos resultados continuou sendo exclusivamente por setores institucionais, ainda que a inclusão da matriz de insumo-produto ao corpo central do sistema já fizesse parte das novas recomendações.²²

O acesso às novas recomendações internacionais e as possibilidades apresentadas a partir do Censo de 1970 motivou o IBGE, também em 1973, a iniciar o projeto de construção de matrizes de insumo-produto para a economia brasileira.²³ Em 1979 foram publicadas pelo

²² Nunes (1998, p. 157).

²³ Detalhes sobre a construção e os resultados das matrizes de insumo-produto para a economia brasileira encontram-se em Menezes (1992).

instituto as matrizes de 1970 e 1975, sem que, entretanto, estivessem integradas aos resultados das contas nacionais produzidos pela FGV²⁴.

Esta falta de articulação entre os resultados produzidos pela FGV e pelo IBGE, fez com que o Brasil passasse, na prática, a dispor desde o final da década de 1970 de dois subsistemas de contas nacionais, um destacando o corte por setor institucional e outro o detalhe pelas atividades econômicas. Entretanto este dois subsistemas não eram coerentes entre si e, por isso, não conformavam um sistema de contas nacionais segundo a concepção da ONU. De acordo com Nunes (1998, p. 159):

Na verdade, as duas instituições adotavam, separadamente, a metodologia de construção da conta de Produção, por setor institucional (FGV) e por atividade econômica (IBGE) sugerida pelo SNA de 1968, mas os resultados não eram confrontados com vistas à produção de uma única estimativa do Produto e da Renda nacionais. Consequentemente, durante vários anos os pesquisadores tinham diante de si duas estimativas diferentes de PIB do Brasil, uma proveniente das contas nacionais oficiais (FGV), outra resultante da matriz insumo-produto (IBGE) (Nunes, 1998, p. 159).

O convívio com as duas estimativas de PIB na economia brasileira ocorreu até 1986 quando o IBGE assumiu oficialmente a função de elaborar o sistema de contas nacionais do país. Na ocasião houve a incorporação da equipe técnica das contas nacionais da FGV pelo IBGE, o que viabilizou a integração das duas formas de cálculo das contas nacionais em um único sistema, com a metodologia próxima ao SNA-68. Com a formação de um convênio de cooperação técnica entre o IBGE e seu congêneres francês, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), os técnicos das contas nacionais brasileiras se capacitaram não só para a implantação das recomendações do SNA-68, mas também, para a introdução de parte do conteúdo que, em elaboração, viria a ser apresentado pelo SNA-93 anos alguns anos depois.²⁵

Seguindo a nomenclatura do SNA-68, o sistema oriundo desta integração foi denominado Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC). Em termos estruturais não houve uma ruptura com o formato então divulgado pela FGV até 1986, mas revisões que

²⁴ Ramos (1996, p. 98).

²⁵ IBGE (1990, p. 7).

permitiram a incorporação de aperfeiçoamentos metodológicos e de um maior detalhamento por intermédio da introdução de um conjunto de quadros complementares.²⁶

Pode-se dizer que, pela sua natureza, este sistema desempenhou um papel também como “preparatório” para o lançamento da metodologia e da série de dados baseadas nas recomendações do SNA-93 que viria a seguir.²⁷ Evidentemente o sistema trouxe também uma estimativa mais precisa do PIB e dos demais agregados pela coerência alcançada com a possibilidade de confronto das duas formas de cálculo – setores institucionais e atividades econômicas. O ano base do SCNC foi 1980 havendo, portanto, uma revisão da série de dados a partir daquela data. O último ano de referência desta série histórica foi 1995.

Conforme mencionado, a publicação da terceira versão do manual internacional de Contas Nacionais ocorreu em 1993. Como o IBGE já estava se preparando para adaptar o SCN àquelas recomendações, não tardou para que este fosse lançado sob um novo formato, tendo sido tornado público em 1997. Na ocasião houve a divulgação de uma nova série histórica, com base no ano de 1985, ano em que foram realizados, simultaneamente, os censos econômico e agropecuário. Este sistema foi então denominado de Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil (NSCN).

A versão do NSCN trouxe uma profunda alteração no sistema de contas brasileiro, com mudanças não só nas bases provedoras de dados, mas também em sua própria estrutura, que foi significativamente ampliada. Tal alteração levou à divulgação de uma série revisada para os anos de 1990 a 1997, que, como de praxe, substituiu oficialmente os dados obtidos pela metodologia anterior para o período. O NSCN seguiu produzindo resultados anuais até o ano de referência de 2003 e estabeleceu, em grande medida, a estrutura do SCN do Brasil na forma como ele vigora até hoje²⁸.

A organização do NSCN foi formada por três grupos de contas: as tabelas de insumo-produto (posteriormente denominadas tabelas de recursos e usos), as contas não financeiras por setor institucional e a síntese da economia brasileira. Esta última, ainda realizada, tem

²⁶ Por exemplo, quadros relativos ao PIB a preços correntes e constantes com valores totais e per capita, à composição da renda nacional disponível bruta e ao VAB por atividade econômica, entre outros (IBGE, 1990, p. 21).

²⁷ Segundo IBGE (1990, p. 13): “O Sistema de Contas Nacionais Consolidadas, após sua incorporação pelo IBGE, vem sendo revisto no sentido de se evoluir dos conceitos e definições do sistema anterior para o novo sistema.”

²⁸ IBGE (2007).

como objetivo oferecer uma visão integrada da economia, “desde a produção, passando pelos mecanismos de distribuição e utilização da renda, até chegar à estimativa da formação de capital e suas formas de financiamento” (Nunes, 1998, p. 161).

No primeiro grupo de contas, as tabelas de insumo-produto, o objeto de investigação é a unidade de produção. O agrupamento das unidades produtivas é baseado em unidades locais homogêneas do ponto de vista do processo produtivo, definindo assim os setores de atividades. O nível de divulgação do NSCN apresentou uma classificação com 43 atividades²⁹ e 80 produtos. Sua apresentação considerava as contas de produção e de distribuição da renda.

Nas contas não financeiras, o segundo grupo de contas do sistema, o interesse aplica-se ao comportamento dos agentes econômicos. Neste caso, a unidade de investigação é a unidade institucional, que se caracteriza por sua autonomia de decisão e unicidade patrimonial. Conforme mencionado, o agrupamento das unidades institucionais de acordo com a similaridade de objetivos, funções e comportamentos econômicos formam os setores institucionais.

O NSCN apresentou os seguintes setores institucionais: i) empresas não-financeiras, separadas em empresas públicas e privadas; ii) instituições financeiras e companhias seguradoras; iii) administrações públicas, considerando separadamente as esferas de governo municipal, estadual e federal; e iv) famílias, incluindo microempresas, instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias e toda a atividade agrícola. As cinco contas deste conjunto de setores se referiam à produção, distribuição operacional da renda, apropriação da renda, uso da renda e conta de capital.

A etapa de realização da síntese da economia brasileira abrange o equilíbrio de cada uma das operações e dos agregados do SCN, obtidos pelas tabelas de insumo-produto. Este método introduzido com NSCN trouxe uma maior qualidade aos seus resultados, pois as contas dos agentes econômicos e das atividades econômicas passaram a ser analisadas de maneira integrada. Segundo a metodologia (IBGE, 1997, p.35):

O referencial central da análise é o valor adicionado, sendo utilizado como crítica o comportamento das relações entre o valor adicionado e o valor da produção (VA/VP) e entre os salários e o valor adicionado (SAL/VA). O resultado dessa análise pode ratificar os valores sob exame ou levar à revisão dos dados, com o

²⁹ Sendo 42 atividades produtivas mais o *dummy* financeiro, uma atividade fictícia com produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos.

reinício do processo de análise crítica. O sistema só permite alterações nas tabelas de produção, consumo e demanda final. Assim, as modificações no valor adicionado de determinada atividade têm que vir, obrigatoriamente, associadas a alterações em produtos, no valor da produção e/ou no consumo intermediário. (IBGE, 1997, p. 35).

A evolução dos resultados nos anos correntes se deu por meio de uma série histórica da tabela de insumo-produto a preços correntes e constantes, a fim de permitir identificar as mudanças associadas às variações de preços e de volume, com base móvel. Dessa forma, a metodologia possibilitou a construção de tabelas anuais de recursos e usos que eram, em seguida, transformadas na conta de produção e de geração da renda das contas correntes do sistema de contas econômicas integradas.

Indiscutivelmente, pela sua grande atualização estrutural e metodológica, o NSCN representou um considerável avanço para as contas nacionais brasileiras colocando-as na vanguarda internacional, principalmente se comparada aos demais países em desenvolvimento. Entretanto, com o passar dos anos e o prolongamento da série com referência no distante ano de 1985, alguns agregados do SCN do Brasil foram perdendo representatividade. Tal fato ocorreu não só pela evolução e pelo dinamismo das economias que periodicamente têm sua estrutura produtiva alterada; mas principalmente, por conta do período de forte desestabilização monetária vivido no país, pois a alta inflação causou distorções nos índices de volume e de preço utilizados para a estimação dos resultados nos anos correntes.³⁰ Este efeito prejudicial já era previsto pelo IBGE, como indica o fragmento do relatório metodológico IBGE (1990, p. 12):

As distorções causadas pela inflação e sua interpretação em Contabilidade Nacional tem sido alvo de preocupação crescente dos técnicos ligados a esta área, tanto a nível nacional como internacional. (...) No Brasil, este problema adquire dimensão maior tanto pelas altas taxas de inflação como pelo mecanismo de correção monetária (IBGE, 1990, p. 12).

Frente à necessidade de atualização da referência do sistema, que segundo a recomendação internacional deve ser realizada a cada dez anos, e também por conta das transformações ocorridas no sistema estatístico nacional, uma nova revisão das contas

³⁰ Barros *et alli* (2007) realizam uma comparação entre as bases da Pnad, da POF e do SCN no que tange aos rendimentos das famílias para o ano de 2003 e concluem que a série de 1985 do SCN subestimou consideravelmente tanto o pessoal ocupado quanto a renda do trabalho naquele ano. Hallak *et alli* (2008) mostram que a subestimação do fator trabalho, que se acentuou sobretudo nos anos finais da série, foi causada por problemas na evolução anual com indicadores em uma série tão longa e com períodos de alta inflação.

nacionais brasileiras foi planejada. Este processo de extrema complexidade durou aproximadamente sete anos até que em março de 2007 uma nova série de dados foi divulgada, tendo o ano de 2000 como base. A série atualmente vigente, que ficou conhecida como nova série referência 2000, é apresentada com maiores detalhes na seção seguinte.

1.3.1. A série atual do SCN – referência 2000 (série 2000)

A atualização de uma série estatística do SCN representa, em conformidade com as recomendações internacionais, uma oportunidade única para modernizar aspectos conceituais e metodológicos e para ampliar a descrição quantitativa por meio dos instrumentos do SCN. O documento Cepal (2007), elaborado para fornecer assistência técnica aos países que desejam implantar revisões em suas séries de contas nacionais (*cambio de base*), destaca a importância e a complexidade deste processo:

El cambio de base representa un momento decisivo en la modernización de las cuentas nacionales, ya que supone una "remodelación", similar a las remodelaciones institucionales o a la corrección de los procesos industriales. Su valor estratégico es elevado, ya que no atañe solamente a la elaboración exhaustiva de las cuentas de un año dado, sino que en la redefinición se debe también tener en cuenta cómo y cuándo suspender la vigencia de la serie en curso y, simultáneamente, reemplazarla por otra que conlleva una nueva visión del momento económico que vive el país (Cepal, 2007, p.12).

Ao contrário da mudança de série anterior, realizada em 1997, a reformulação introduzida em 2007 não foi motivada por uma significativa alteração na estrutura do SCN que permaneceu baseado nas CEI e nas TRU. Essencialmente, o objetivo do projeto foi substituir dados estruturais relativos à economia brasileira, utilizando o novo sistema de informações estatísticas disponível no país juntamente com a incorporação de alguns aperfeiçoamentos metodológicos e com a adoção de uma nova classificação de produtos e atividades compatível com a terceira revisão da classificação internacional, a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Rev.3* (Isic rev.3).

A principal alteração no sistema estatístico nacional se deu com a nova formulação das pesquisas estruturais do IBGE que passaram a substituir os censos econômicos, extintos em 1985. Um dos principais objetivos destas pesquisas anuais passou a ser justamente o de

atender ao SCN, destacando as informações contábeis das empresas que são utilizadas para as estimativas da conta de produção.³¹

O conjunto de pesquisas estruturais anuais do IBGE incluem as atividades econômicas relacionadas à indústria, construção civil, comércio e serviços e coletam informações no âmbito das unidades produtivas locais.³² As empresas de maior porte são investigadas anualmente de forma censitária e as de menor porte em caráter amostral.³³

Também com periodicidade anual, mas buscando informações domiciliares, tem-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que alimenta o sistema, sobretudo com dados relacionados ao emprego e à renda do trabalho. Outras bases como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf) e os censos agropecuário e demográfico também contribuem com informações econômicas para o SCN.

À parte do IBGE, outras instituições fornecem dados anuais para a compilação das contas nacionais brasileiras, com destaque para a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), obtidas através da Secretaria da Receita Federal. Também figuram neste rol os balanços fornecidos pelas agências reguladoras e os dados de emprego e renda oriundos da Relação Anual de Informação Social (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.³⁴

Esta nova estrutura de dados disponível para a elaboração do SCN reforçou sua qualidade ao introduzir uma importante alteração metodológica no processo de trabalho até então adotado, que foi o fim da estimação dos resultados anuais por intermédio da extrapolação por índices de volume e preço. A reformulação do sistema estatístico nacional permitiu que fossem estabelecidos marcos estruturais anuais para os dados das contas nacionais, não só no ano base, mas também nos anos correntes. Segundo IBGE (2006c, p. 5):

A nova série do sistema de contas nacionais – SCN que o IBGE divulgou caracteriza-se pela amplitude das atualizações introduzidas, pois realiza a mudança entre um SCN que vinha sendo estimado através, basicamente, da extrapolação por índices de volume e preço para o novo sistema que é referenciado por fontes anuais

³¹ IBGE (2006b, p. 2).

³² São elas: Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa da Indústria da Construção Civil (Paic), Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

³³ A definição do âmbito do estrato certo e do estrato amostral das pesquisas considera o número de pessoas ocupadas. Para a Paic e a PIA o levantamento censitário é realizado em empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, sendo 20 ou mais para a PAS e para a PAC. Detalhes sobre as metodologias das pesquisas, ver: IBGE (2000, 2004, 2005a e 2007b).

³⁴ Uma lista completa sobre as fontes de dados do SCN encontra-se em IBGE (2006b).

que fornecem dados a preços correntes e, desta forma, estabelecem um marco que permite controlar a evolução das séries do SCN, evitando vieses característicos do uso de índices de volume e preço por períodos demasiado longos. IBGE (2006c, p. 5).

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN com a revisão divulgada em 2007 refere-se à atualização de conceitos e definições que se adequam à evolução da metodologia internacional. Como exemplos, houve a reclassificação de alguns tributos como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que passou de imposto sobre a atividade para imposto sobre produto; a contabilização do número de ocupações em vez de pessoas ocupadas para a mensuração do fator trabalho; a modificação do índice de volume da administração pública; a mudança de âmbito e do índice de volume para o setor financeiro e a eliminação da variável *dummy* financeiro com sua distribuição entre consumo final e intermediário e sua redistribuição por atividade econômica.³⁵

Especificamente em relação aos setores institucionais a série 2000 trouxe uma melhor delimitação do setor famílias, com a identificação e a desagregação das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) e a transferência da agricultura empresarial e das microempresas para o setor empresas não financeiras. Dentre outras vantagens, esta separação possibilitou uma análise mais refinada da produção familiar de bens para o próprio uso e da produção informal, como a que foi utilizada no capítulo 3 desta tese.

Por conta dos avanços metodológicos, seja em relação à disponibilidade da base de dados, seja por causa das atualizações conceituais, a série 2000 representou um indiscutível ganho de qualidade para o SCN. Este ganho se observa tanto por causa da provisão aos usuários com uma base de dados mais ampla e com maiores possibilidades de aplicação, como também e, principalmente, pela divulgação de resultados mais consistentes com a realidade econômica do país.

Entretanto, embora tenha avançado sob o ponto de vista qualitativo e metodológico, para que o SCN brasileiro torne-se completo resta ainda mensurar o terceiro conjunto de contas, com as informações sobre o patrimônio da nação. Um primeiro passo neste sentido foi

³⁵ Para a relação completa das mudanças introduzidas nesta última revisão do sistema, ver IBGE (2008, p. 14).

realizado no final de 2011, quando o IBGE³⁶ apresentou os resultados referentes à conta financeira, integrando-os ao sistema de contas.

Em relação aos resultados, a série 2000 provocou modificações nos componentes do PIB em suas três óticas de mensuração. Pelo lado da produção, verificou-se uma redefinição do peso das atividades econômicas em relação ao PIB, em que cabe destacar o aumento no grupo serviços e as perdas relativas da agropecuária e da construção civil. Pela ótica da despesa, ressaltam-se a queda da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB e o aumento do consumo das famílias. Na conta da renda os impactos mais significativos foram o crescimento tanto em termos absolutos quanto relativos dos rendimentos associados ao trabalho e a consequente redução da parcela correspondente ao excedente operacional bruto.³⁷

Quando da introdução de uma nova série de contas nacionais, uma questão relevante é a integração com os resultados da série de anos anteriores. No caso da série 2000, a partir do ano base de referência foram estimados os resultados dos anos anteriores de 1999 a 1995, por meio da retropolação com índices de volume e preço registrados na série antiga.³⁸ Este processo foi possível de ser realizado nas TRU por conta da coerência estrutural entre as duas séries. Desta forma, foi possível manter integrada a série para as 42 atividades produtivas da antiga classificação desde 1995. Para os anos anteriores a 1995, admitiu-se que as TRU já estimadas representassem adequadamente a estrutura econômica da época.

Em virtude da disponibilidade das bases de dados para a construção das contas nacionais são divulgadas duas versões anuais do sistema. Uma versão anual simplificada obtida pela soma das contas trimestrais, dita preliminar; outra versão completa, dita definitiva.

A versão definitiva possui uma defasagem de dois anos em relação ao ano de referência, pois é este o intervalo necessário para a incorporação das pesquisas estruturais do IBGE e da DIPJ, cruciais para a estimação dos resultados da série 2000. Sua divulgação apresenta as TRU com 56 atividades econômicas e 110 produtos, a preços correntes e constantes do ano anterior, além dos conjuntos de contas correntes e de acumulação por setores institucionais, que formam o núcleo central de CEI do sistema. A versão preliminar

³⁶ Projeto em parceria com o Banco Central do Brasil (BCB) que contou também com a colaboração do Banco de Portugal e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Detalhes, ver IBGE (2011a).

³⁷ A comparação entre os resultados das séries nova e antiga de Contas Nacionais encontra-se na nota metodológica nº 24: Tabelas comparativas. IBGE (2008).

³⁸ Detalhes, ver IBGE (2006d).

possui uma defasagem de um trimestre em relação ao ano de referência e apresenta resultados pela ótica da produção e da despesa, e TRU em um nível agregado de classificação com 12 atividades.³⁹

Em 2012 a Diretoria de Pesquisas do IBGE iniciou o novo projeto visando a próxima mudança de série do SCN, cujo ano de referência será 2010. Dentre as inovações previstas estão a incorporação dos resultados do Censo Demográfico de 2010, e das novas pesquisas de orçamento familiar (POF 2008/09) e de consumo intermediário (PCI-2011). Na oportunidade também será introduzida uma nova classificação de atividades e produtos conexas com a mais recente revisão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e com a quarta revisão da ISIC.⁴⁰

Sumariando esta seção, o Quadro 1.6 abaixo apresenta resumidamente a história do SCN no Brasil desde sua implantação pela FGV, em 1949, até o presente momento. São considerados os períodos de referência e de vigência das séries e o marco teórico ao qual o sistema foi baseado.

Quadro 1.6: As Contas Nacionais oficiais no Brasil – 1947/2012

período de vigência	instituição responsável	nome da série	ano base ou de referência	período de referência	período considerado oficial hoje	marco teórico
1949 a 1987	FGV	Contas Consolidadas para a Nação (CCN)	1947, 1956, 1960, 1970	1947 a 1986	1947 a 1979	SNA-53
1987 a 1997	IBGE	Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC)	1980	1980 a 1995	1980 a 1989	SNA-68
1997 a 2007	IBGE	Novo Sistema de Contas Nacionais (NSCN)	1985	1990 a 2003	1990 a 1995	SNA-93
2007 a 2012	IBGE	Série atual do SCN (série 2000)	2000	1995 a 2011*	1995 a 2011	SNA-93 e SNA-2008

* De 2000 a 2009 dados definitivos. 2010 e 2011 resultados obtidos pela versão preliminar.

Fonte: Elaboração própria

³⁹ IBGE (2008, p: 15).

⁴⁰ IBGE (2012).

Capítulo 2 - A distribuição funcional da renda no Brasil: resultados recentes e a estimação da conta da renda nos anos de informações preliminares do SCN

Introdução

A distribuição funcional da renda (DFR) refere-se à repartição da renda gerada no processo produtivo pelos fatores utilizados na produção. O termo funcional na expressão indica que a repartição da renda é realizada levando-se em conta a função desempenhada pelos agentes econômicos no processo de produção. Definem-se assim as participações dos rendimentos do trabalho e do capital na renda gerada pela economia. Tais relações, obtidas por meio da desagregação do PIB pela ótica da renda, servem como fundamento para a avaliação dos padrões distributivos das sociedades. Como estes resultados têm sua origem no SCN, pode-se afirmar que tanto comparações temporais, quanto em termos internacionais, podem ser realizadas de maneira consistente.

De acordo com o circuito econômico apresentado no Capítulo 1, a questão da distribuição da renda aparece no SCN em dois momentos distintos. Primeiramente, no plano da esfera produtiva, quando a distribuição primária da renda identifica a parcela destinada ao trabalho assalariado, a remuneração; e aos ganhos potenciais do capital, o excedente operacional bruto (EOB); e também a renda associada à parcela mista trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo, o rendimento misto bruto (RMB). Esta primeira repartição associada às transações distributivas seguintes entre as diversas unidades institucionais determina o resultado observado no segundo plano de distribuição, que vem a ser a apropriação da renda pelos agentes econômicos, ou seja, a renda disponível.⁴¹

A atenção deste capítulo está voltada para a distribuição da renda resultante no plano produtivo, ou seja, da renda gerada que é inicialmente destinada às remunerações, ao EOB e ao RMB. As referências bibliográficas sobre a questão distributiva no Brasil mostram que o enfoque funcional da distribuição da renda é ainda pouco explorado, sobretudo se comparado

⁴¹ A renda disponível inclui, por exemplo, o recebimento pelas famílias dos benefícios de seguridade e de assistência sociais pagos pela administração pública.

à produção científica que prioriza o ponto de vista pessoal, individual ou domiciliar, da distribuição dos rendimentos.

Dependendo da finalidade requerida, o conceito de renda utilizado nas análises desenvolvidas pode estar atrelado tanto ao VAB, que exclui os impostos líquidos de subsídios sobre o produto e as importações; quanto ao PIB, que inclui estes tipos de impostos. O tratamento dado à DFR compreende questões conceituais, metodológicas e quantitativas. A investigação dos resultados ora desenvolvida destaca os quatro componentes da ótica da renda no período recente: remunerações, EOB, RMB e os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação (ILPI).

Considerando que as remunerações incluem os salários e as contribuições sociais; o EOB o rendimento das empresas financeiras e não financeiras, dos proprietários de imóveis e outros bens alugados e dos detentores de títulos financeiros públicos ou privados; e que a renda gerada na economia também inclui o montante destinado aos impostos sobre a produção; as condições econômicas e sociais serão fundamentais para a configuração da DFR. Dessa forma, fatores institucionais específicos como a forma de organização produtiva, o peso das contribuições sociais nos salários, as taxas de inflação, o valor do salário mínimo e as formas de organização sindical, bem como os efeitos das políticas econômicas (monetária, tributária, fiscal e cambial) terão impactos sobre como a renda gerada será distribuída entre os distintos atores sociais. Conforme verificado empiricamente na seção 2.3, papel decisivo para a variação da DFR é atribuído ao crescimento econômico e ao dinamismo do mercado de trabalho.⁴²

Este capítulo apresenta inicialmente as mais recentes referências bibliográficas que tratam da DFR para em seguida descrever conceitualmente os componentes do PIB pela ótica da renda. Posteriormente, é realizado o exame da evolução das participações dos componentes do PIB na economia brasileira no período recente, comparando a participação das remunerações no Brasil com a de outros países. Uma metodologia para a estimação dos resultados pela ótica da renda em anos em que esta ainda não é provida oficialmente também é desenvolvida, o que permite prolongar as séries históricas em dois anos, atualizando-as até o

⁴² Segundo Medeiros (2007), a história dos países latino-americanos mostra o efeito favorável do crescimento econômico à renda do trabalho devido à expansão do emprego que modifica a estrutura do mercado de trabalho, “aumentando a participação da mão-de-obra bem paga e reduzindo o número de trabalhadores informais e/ ou mal pagos”. Adiciona ainda o autor que “o declínio do desemprego aberto diminuiu a quantidade de pessoas e domicílios sem renda.” (Medeiros, 2007, p. 15).

último ano de referência das contas nacionais, disponível somente pelas óticas da produção e da despesa.

Para dar conta dos objetivos descritos acima, o capítulo está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. A seção 2.1 traz uma sucinta revisão da bibliografia recente para o caso da economia brasileira. A seção 2.2 apresenta conceitualmente os componentes do PIB pela a ótica da renda. Na seção 2.3 são analisados os resultados da DFR no Brasil no período recente e a participação das remunerações brasileiras no cenário internacional. Finalmente, na quarta seção são apresentadas a metodologia de estimação da conta da renda e a análise dos resultados referentes a 2010 e 2011, biênio que cobre a defasagem atual entre os últimos resultados das contas nacionais nas versões definitiva e preliminar.

2.1. As referências bibliográficas mais recentes

Embora diversos trabalhos tratem da questão da distribuição pessoal da renda (DPR)⁴³, ou seja, das desigualdades de rendimentos auferidos por indivíduos ou famílias, a questão da distribuição funcional e suas tendências recentes tem sido tradicionalmente pouco explorada na literatura econômica brasileira. A razão teórica mencionada por especialistas para esta lacuna na produção acadêmica do país refere-se ao interesse da corrente majoritária de pesquisadores que privilegia o enfoque pessoal da distribuição. Segundo Medeiros (2008, p. 41-42):

Com efeito, quase sem exceção, os estudos sobre a distribuição de renda consideram exclusivamente as evidências sobre a distribuição pessoal e familiar, sem qualquer referência à evolução da distribuição funcional da renda. Tal enfoque prevalece porque corresponde melhor à abordagem teórica predominante, baseada na teoria neoclássica da distribuição. Nesta, a unidade de análise é o indivíduo, e a dotação de seus recursos e a produtividade de seus serviços avaliadas no mercado de trabalho constituem o principal determinante de seus rendimentos. (Medeiros, 2008, pp. 41-42).

Como consequência a crença de que as escolhas individuais determinam os resultados distributivos na sociedade torna-se predominante para um vasto grupo de pesquisadores.

⁴³ O livro organizado por Barros *et alli* (2007 e 2008) em dois volumes e 34 capítulos reúne boa parte dos estudos relacionados ao movimento recente da distribuição pessoal da renda.

Segundo Ferreira (2012, p.12), essa forma de interpretação característica da escola de pensamento neoclássica revela a influência desta teoria também no campo da análise da distribuição da renda.

Razões de natureza empírica também são apontadas para a menor produção envolvendo a DFR. Dentre estas, estão a ausência de dados atualizados e a dificuldade de se obter séries longas e coerentes com resultados para a distribuição funcional, uma vez que as mudanças de base do SCN trazem, por vezes, rupturas e descontinuidades em períodos históricos mais longos.⁴⁴

Alguns trabalhos propõem a aplicação de métodos econométricos para o encadeamento da série de DFR brasileira. Um exemplo é o estudo de Considera e Pessoa (2011) que traz os resultados anuais harmonizados desde 1959 até 2009. Os autores avaliam também as diferenças na participação dos rendimentos para os setores público e privado, concluindo que este último possui historicamente uma menor participação da remuneração na renda e que esta participação, em ambos os setores, apresentou um aumento nos anos recentes. Entretanto, adicionam os autores que, para que haja continuidade na melhoria da distribuição funcional seria necessária uma melhor tributação sobre o patrimônio a fim de minorar a concentração de terras e imóveis no país (Considera e Pessoa, 2011, p. 28).

O trabalho desenvolvido por Mattos (2005), que trata dos aspectos históricos e metodológicos do perfil distributivo da economia brasileira, apresenta uma explicação para a preponderância do enfoque pessoal da distribuição da renda nas análises sobre a economia brasileira. Segundo o autor, os “rendimentos do trabalho se comportam de maneira bastante diferenciada em nossa economia, existindo grande dispersão salarial entre os trabalhadores”. Assim, a maior parte dos estudos sobre a evolução da distribuição da renda no Brasil tende a tomar como referência os dados relativos à renda do trabalho (Mattos, 2005, p. 136). O autor defende também o uso combinado do enfoque pessoal com o enfoque funcional da renda, uma vez que:

Os dados sobre a evolução da distribuição funcional da renda muitas vezes servem para qualificar e incrementar estudos sobre a evolução dos rendimentos pessoais e, quando acompanhados dos dados de distribuição pessoal da renda do trabalho, as

⁴⁴ Hoffmann e Ney (2008) discutem as principais restrições dos dados da Pnad, do Censo Demográfico e do SCN para os estudos de desigualdade de renda no Brasil.

informações sobre a distribuição funcional servem para descrever de forma mais acurada o quadro distributivo brasileiro. (Mattos, 2005, p. 136).

Observando-se os dados da economia brasileira para a década de 1990, o autor registra que a DFR impõe-se sobre a distribuição pessoal da renda alegando que, “a extrema concentração funcional condiciona e delimita o perfil da distribuição da renda do trabalho” (Mattos, 2005, p. 137). No rol de trabalhos que possuem a perspectiva de análise conjunta do enfoque pessoal e funcional, com resultados para os anos 1990, estão ainda Dieese (2001), Pochmann (2001) e Dedecca (2003).

Ainda em relação ao uso conjunto das duas perspectivas distributivas, Dedecca *et alli* (2008) mostram que, de 1990 a 2004, houve uma “deterioração da distribuição funcional da renda, com uma clara penalização da renda do trabalho”, embora tenha se percebido, pelos dados da Pnad em igual período, uma redução da desigualdade na distribuição pessoal da renda (Dedecca *et alli*, 2008, p.5). No estudo, os autores apontam ainda algumas dimensões relevantes desta queda observada nos anos 2000, como o papel das políticas públicas de transferência de renda e do salário mínimo, e os limites que caracterizam tal movimento, como a ausência de um período contínuo e duradouro de crescimento do PIB brasileiro na série analisada.⁴⁵

Em relação às referências mais recentes, o Ipea publicou uma série com quatro estudos empíricos sintéticos⁴⁶ em que aborda o tema de distintas maneiras. O primeiro apresenta o comportamento de alguns elementos constitutivos da DFR no período de 2000 a 2006, como a repartição da renda do trabalho entre setores institucionais e o peso das contribuições nos salários. O segundo analisa a participação do rendimento do trabalho na renda nacional brasileira antes e depois da crise internacional de 2008, recuperando também sua evolução de longo prazo. A terceira publicação do instituto, de 2011, traz uma breve análise que, além de tratar conjuntamente a DFR e a DPR, destaca a estrutura ocupacional brasileira em perspectiva histórica, dos anos 1970 até 2009, no tocante aos salários e aos grandes grupos de atividades econômicas.

Este estudo conclui que “a recuperação recente da participação do rendimento do trabalho na renda nacional encontra-se em sintonia com a elevação dos componentes de

⁴⁵ Dedecca *et alli* (2008, p.18).

⁴⁶ Série Comunicados da Presidência: Ipea (2008, 2010, 2011 e 2012).

melhora da situação geral dos trabalhadores”, como a queda da taxa de desemprego e o aumento da formalização dos postos de trabalho. (Ipea, 2011, p. 3). Por fim, o quarto estudo da série considera também a situação do emprego e das remunerações nas grandes regiões geográficas e nos estados da federação no período 1995-2009. Utilizando dados do SCN e da Pnad, o relatório depreende que houve um movimento de desconcentração do rendimento do trabalho no Brasil, com redução no Sudeste e ampliação nas demais regiões do país, com destaque para Norte e Centro-oeste (Ipea, 2012, pp. 5-6).

Bastos (2012), por sua vez, realiza o primeiro trabalho acadêmico que oferece uma estimativa da DFR para ser utilizada “enquanto as contas nacionais anuais não são divulgadas”, com base na Pnad e na PME (Bastos, 2012, p. 7), ideia semelhante à desenvolvida na seção 2.4 deste capítulo. Esta projeção, contudo, restringe-se ao peso das remunerações na renda nacional. Neste estudo também é calculada uma série trimestral da participação da remuneração do fator trabalho no PIB brasileiro. A análise desenvolvida “mostra que a redução da desigualdade da renda pessoal pode ocorrer tanto com queda quanto com aumento da participação da renda do trabalho no PIB” (Bastos, 2012, p. 19). Segundo o autor esta é a conclusão quando se observam os indicadores de DPR, medida pelo índice de Gini da Pnad, em conjunto com a distribuição funcional dada pelo SCN, em um período mais longo do que o verificado por Mattos (2005) e Dedecca (2008), para o comportamento brasileiro na década de 2000 (Bastos, 2012, p. 8).

2.2. Componentes do PIB pela ótica da renda

Os componentes do PIB sob a ótica da renda são registrados na segunda conta do SCN, a **conta de geração da renda** que, como observado na seção 1.2.3 desta tese, aparece tanto na TRU, com o detalhe por atividade econômica, quanto na CEI, com a abertura por setor institucional. Conforme apresentado, o saldo que abre esta conta é o VAB, que equivale à diferença entre o valor da produção e o dos consumos intermediários necessários para se realizar tal produção. Assim, o VAB constitui-se no valor efetivamente criado pelas unidades durante a atividade produtiva em um determinado período.

A conta de geração da renda mostra como o valor adicionado é distribuído entre as rendas primárias que são atribuídas aos agentes que participam diretamente da produção. O valor adicionado é repartido entre: a remuneração dos empregados, que compete ao trabalho

despendido pelos assalariados; os impostos sobre a produção líquidos de subsídios, que o Governo deduz da produção; e o excedente operacional ou o rendimento misto, que remunera os ativos utilizados pelas unidades empresariais ou pelas famílias produtoras.⁴⁷

O Quadro 2.1, a seguir, apresenta os componentes do PIB pela ótica da renda no SCN. O código entre parêntesis é a referência internacional das operações e saldos do SCN.⁴⁸

Quadro 2.1: Componentes do PIB sob a ótica da renda

Produto Interno Bruto ou Valor Adicionado Bruto (B.1)
Remuneração dos empregados (D.1)
Ordenados e salários (D.1.1)
Contribuições sociais dos empregadores (D.1.2)
Impostos sobre a produção e a importação (D.2)
Impostos sobre produtos (D.2.1)
Outros impostos sobre a produção (D.2.9)
Subsídios sobre à produção (D.3)
Subsídios a produtos (D.3.1)
Outros subsídios à produção (D.3.9)
Excedente operacional bruto (B.2)
Rendimento misto bruto (B.3)

As definições das operações e os saldos da conta de geração da renda são apresentados a seguir. Parte do conteúdo descritivo dos componentes é baseada no SNA-2008 (UN, 2008, cap. 7) e no relatório metodológico do SCN do Brasil (IBGE, 2008, pp. 37-38), que apresenta também as fontes dos dados relativos ao sistema brasileiro.

⁴⁷ Conforme mencionado na seção 1.2.2, em diversos SCN, incluindo o brasileiro, não se separa o excedente operacional líquido e o consumo de capital fixo, que corresponde a depreciação dos ativos envolvidos no processo produtivo, considerando então o excedente operacional em termos brutos (EOB). Dessa forma, o valor adicionado descrito na conta de geração da renda é também bruto, assim como os diferentes saldos que utilizam o termo “bruto” no SCN, como produto interno bruto, excedente operacional bruto, renda nacional bruta, formação bruta de capital fixo e poupança bruta.

⁴⁸ As operações de distribuição da renda são codificadas com a letra D (do inglês, *distribution*), os saldos com a letra B (do inglês, *balance*).

1) Remuneração dos empregados (D.1)

A remuneração dos empregados compreende todas as despesas efetuadas pelos empregadores aos seus empregados em contrapartida do trabalho realizado no período. Incluem os pagamentos diretos aos assalariados, em moeda e/ou em espécie, os encargos sociais a cargo do empregador e outras vantagens dadas aos assalariados sob a forma de fornecimento de bens e serviços gratuitos. Corresponde, para o empregador, ao custo total com a força de trabalho empregada e, para as famílias, a uma renda primária ainda sujeita às transferências obrigatórias. A remuneração dos assalariados é decomposta nas seguintes categorias:

1.1) Ordenados e salários (D.1.1)

Corresponde ao valor dos salários e ordenados recebidos, em moeda ou em espécie (mercadorias), em contrapartida do trabalho, definido em contrato (explícito ou implícito) entre um indivíduo e uma unidade institucional, por um determinado período. Os salários são contabilizados em termos brutos, isto é, sem qualquer dedução para previdência social a cargo dos assalariados ou recolhimento de impostos. Os salários e ordenados incluem: importâncias pagas no período a título de salários, remuneração de férias, honorários, comissões sobre vendas, ajudas de custo, gratificações, participações nos lucros, retiradas de sócios e proprietários, auxílio-alimentação, transporte e outros benefícios.

1.2) Contribuições sociais dos empregadores (D.1.2)

Equivale ao montante das contribuições sociais incorridas pelos empregadores de forma a gerar benefícios sociais a seus empregados. Esses benefícios ocorrem sob determinadas circunstâncias que afetam de forma adversa a renda ou a riqueza de seus empregados (doença, acidentes, dispensa, reforma, etc.). No SCN as contribuições sociais pagas pelos empregadores podem ser efetivas ou imputadas.

As **Contribuições sociais efetivas (D.1.2.1)** compreendem todos os pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados para os Institutos Oficiais de Previdência Social, necessários para garantir o acesso a seus benefícios. Estas contribuições podem ser de caráter obrigatório legal (como contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS) ou não (contribuições à previdência privada), resultando, neste último caso, de obrigações contratuais ou voluntárias. A contribuição social tem como contrapartida a criação de um

direito individual, diferenciando-se de outros pagamentos obrigatórios, tais como os impostos. Ainda que estes recursos sejam recolhidos diretamente pelo empregador às instituições de seguro social, estas contribuições são consideradas elemento do custo da força de trabalho e, por isso, da remuneração dos assalariados.

As **Contribuições sociais imputadas (D.1.2.2)** representam a contrapartida de benefícios sociais prestados diretamente pelo empregador sem constituição de provisão específica, isto é, fora do circuito da previdência social ou complementar. Equivalem às contribuições sociais que o empregador deveria pagar se, ao invés de fornecer diretamente estes benefícios, os fizesse passar através de organismos de previdência. Dada a dificuldade de se determinar o montante das contribuições imputadas, o SNA-2008 propõe, como alternativa, valorar as contribuições imputadas pelo valor líquido dos benefícios pagos no exercício corrente. No SCN do Brasil este montante é equivalente ao total dos benefícios pagos pelas administrações públicas, por aposentadorias e pensões e outros benefícios previdenciários aos seus ex-funcionários (estatutários e militares) e/ou dependentes, deduzido das contribuições dos funcionários ativos para o Plano de Seguridade Social. O valor pago pelos empregadores aos trabalhadores desligados a título de indenizações trabalhistas também é contabilizado como contribuição social imputada.

2) **Impostos sobre a produção e a importação (D.2)**

Os impostos são pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, exigidos pelo Estado frente às unidades institucionais. Correspondem a pagamentos sem contrapartida porque a administração pública nada fornece diretamente em troca às unidades individuais que efetuam o pagamento, apesar de as administrações públicas utilizarem estes recursos para fornecer bens ou serviços a outras unidades ou para a comunidade como um todo. Os impostos sobre a produção e a importação são devidos independentemente dos resultados contábeis das unidades de produção, isto é, da realização e montante de lucro operacional. Constituem recursos das administrações públicas, sendo registrados no momento em que são efetivamente pagos. Seu valor corresponde à arrecadação líquida, ou seja, são deduzidas as devoluções e restituições. Nesta categoria incluem-se dois tipos de impostos: os **impostos sobre produtos** e os **outros impostos sobre a produção**.

2.1) Impostos sobre produtos (D.2.1)

Os impostos sobre produtos abrangem os impostos a pagar quando os bens e serviços são produzidos, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários. Os principais impostos desta categoria, em termos de arrecadação, são os impostos sobre o valor adicionado, como o IPI e o ICMS, os impostos e direitos sobre a importação e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

2.2) Outros impostos sobre a produção (D.2.9)

São impostos que não têm relação direta com a quantidade produzida, mas que são cobrados pelo ato de produzir. Neste grupo são considerados os impostos sobre a folha de pagamento, como as contribuições do salário-educação e ao sistema S⁴⁹, além de uma série de taxas incidentes sobre o exercício de determinadas atividades econômicas, como a taxa de vigilância sanitária e de prestação de serviços, entre outras.

3) Subsídios sobre a produção (D.3)

Os subsídios são transferências correntes das administrações públicas para as unidades de produção cujo objetivo é reduzir o preço de mercado dos produtos e/ou permitir uma rentabilidade suficiente à atividade, segundo a política socioeconômica adotada. Os subsídios são equivalentes a impostos negativos sobre a produção na medida em que têm efeito oposto no excedente operacional, aumentando-o. Assim como os impostos sobre a produção, os subsídios são subdivididos em duas modalidades.

3.1) Subsídios a produtos (D.3.1)

São definidos sobre o valor dos bens e serviços comercializados no mercado interno com o objetivo de redução de preço para o consumidor. Possui função simétrica à dos impostos sobre produtos; isto é, não interferem na valoração da produção, sendo computados apenas no preço pago pelo consumidor.

3.2) Outros subsídios à produção (D.3.9)

Nesta modalidade os subsídios visam compensar os custos de operação, de forma a garantir o nível de rentabilidade da unidade produtiva ou evitar que haja déficit operacional. Para a unidade produtiva receptora equivale-se a recursos complementares às receitas de venda no mercado.

⁴⁹ Neste grupo incluem-se as contribuições ao Sesi, Sesc, Senai e Senac.

Os componentes até aqui descritos constituem-se em operações da conta de geração da renda, que mostram como o VAB é distribuído na economia. Em outras palavras, estas operações representam uma primeira distribuição do resultado da atividade produtiva em favor dos trabalhadores (remunerações) ou da administração pública (impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação – ILPI). Assim, tais operações entram no SCN deduzindo o VAB até a obtenção do saldo da conta da geração da renda, que equivale ao **rendimento misto bruto (RMB)** para o setor famílias e ao **excedente operacional bruto (EOB)** para os demais setores institucionais da economia.

Conforme mencionado no Capítulo 1, o EOB corresponde à remuneração do fator capital das unidades produtivas legalmente constituídas. Este saldo é obtido a partir da subtração dos componentes da conta da renda acima definidos ao VAB, obtido na conta de produção. Já o RMB, inclui, além da remuneração do capital, a remuneração do trabalho, no caso dos trabalhadores autônomos. A denominação rendimento *misto* é devida à natureza do ganho do trabalhador que, por fazer parte de uma unidade produtiva familiar, não pode ser identificada como resultado do trabalho ou do capital isoladamente. Por ser um rendimento misto ele é apresentado separadamente do EOB no SCN.

2.3. Resultados do SCN do Brasil

Os resultados oficiais do SCN definitivo, ou seja, os que incluem a conta da renda e permitem o cálculo de sua distribuição funcional estão disponíveis em uma série histórica coerente para a economia brasileira de 1995 a 2009. Conforme mencionado anteriormente, a série vigente das contas nacionais possui referência no ano 2000 e últimos resultados em 2009. O IBGE realizou ainda uma projeção para os cinco anos anteriores (retropolação), sendo esta a origem dos dados de 1995 a 1999.

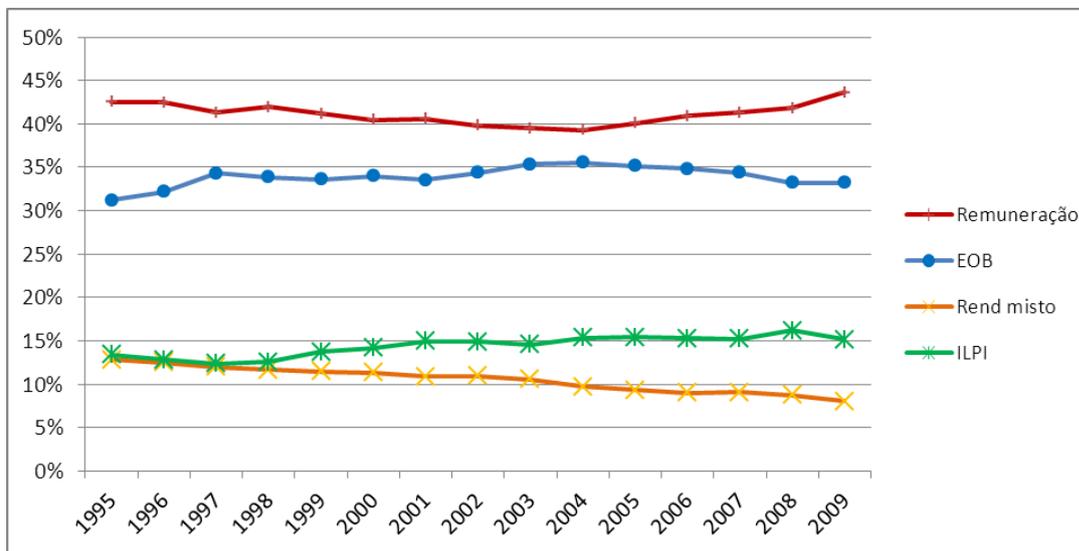
Ao contrário do período efetivamente calculado, de 2000 a 2009, os anos “retropolados” não possuem informações detalhadas, por exemplo, de setores institucionais ou de ocupações e remunerações segundo o tipo de inserção. Dessa forma, esta seção se concentra na análise global da economia para o período ampliado, muito embora lance mão de algumas relações baseadas no SCN restritas ao período de 2000 a 2009. Busca-se assim avaliar detalhadamente o comportamento dos componentes da renda na série histórica

brasileira, relacionando-o aos fatos econômicos relevantes do período. A participação da renda gerada destinada à remuneração do trabalho no Brasil é também comparada com a de outros países.

2.3.1. A evolução da distribuição funcional da renda no Brasil 1995-2009

Considerando os dois componentes de maior participação no PIB, remunerações e EOB, dois comportamentos distintos podem ser detectados. De 1995 a 2004, as remunerações perdem participação para o EOB; de 2004 a 2009 observa-se o inverso. Em relação aos outros componentes, ILPI e RMB, o primeiro aumenta sua participação durante os três anos a partir de 1999 e prossegue em relativa estabilidade neste novo patamar; já o RMB sofre queda contínua de participação desde o início da série. O Gráfico 2.1, a seguir, apresenta a evolução da participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no período disponível durante a vigência da série atual do SCN.⁵⁰

Gráfico 2.1: Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil – 1995/2009

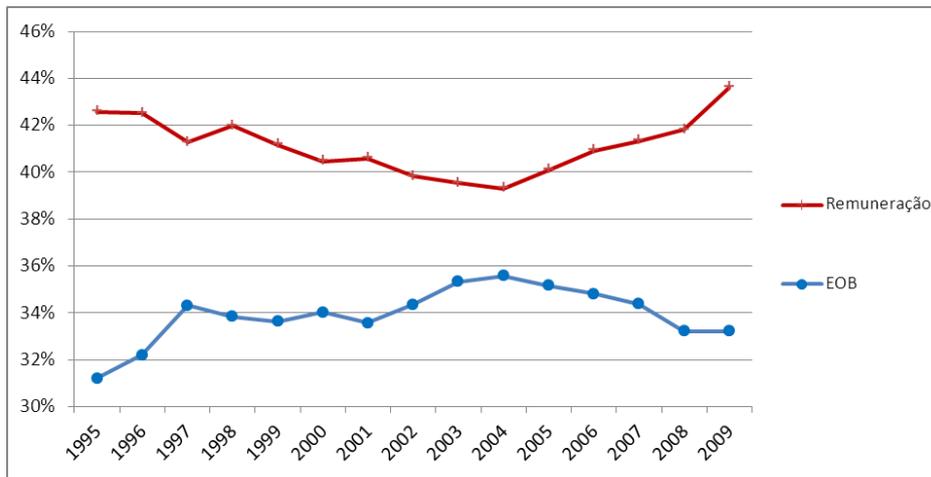


Fonte: SCN/IBGE.

⁵⁰ As séries com os valores correntes e com os pesos dos componentes em relação ao PIB para cada ano disponível encontram-se nas Tabelas A1 e A2, no apêndice estatístico deste capítulo.

Atendo-se especificamente aos dois principais componentes da renda (Gráfico 2.2, a seguir) tornam-se mais evidentes os comportamentos das remunerações e do EOB e sua radical inversão a partir de 2004. Enquanto a redução do peso das remunerações até 2004 foi da ordem de 3,3 p.p. (de 42,6% para 39,3%), o aumento do EOB, no mesmo período, foi de 4,4 p.p. (de 31,2% para 35,6%).

Gráfico 2.2: Participação das remunerações e do EOB no PIB pela ótica da renda no Brasil – 1995/2009



Fonte: SCN/IBGE.

Pode-se afirmar que o resultado inicial desfavorável à remuneração dos trabalhadores foi consequência do reflexo, no mercado de trabalho brasileiro, da adoção de medidas econômicas contracionistas para a manutenção da estabilização dos preços após a implantação do Plano Real. Em uma primeira fase, de 1995 a 1999, pode-se destacar, entre elas, a abertura comercial e o câmbio apreciado, com o conseqüente aumento das importações, que trouxeram ainda uma reestruturação produtiva destruidora de empregos; as elevadas taxas de juros de toda a economia por um longo período; e a redução, em proporção ao PIB, do gasto público primário, estes já no período posterior a 1999.⁵¹

Em média, neste período de dez anos entre 1995 e 2004, o país registrou baixo crescimento econômico (2,5% ao ano), resultado que refletiu também a intensificação das

⁵¹ Segundo Baltar (1996, pp. 97-98): “A abertura indiscriminada da economia à competição internacional, a valorização do Real e a redução de investimentos econômicos e sociais por parte do Estado tiveram impactos negativos sobre o mercado de trabalho, e estes foram bem além do âmbito restrito da produção industrial e atingiram a totalidade da economia.”

opções macroeconômicas restritivas tomadas por conta da vulnerabilidade externa da economia brasileira frente às crises observadas em países emergentes⁵². Tal conjuntura impactou severamente o mercado de trabalho brasileiro que registrou aumento do desemprego, da informalidade e achatamento dos salários.⁵³ Embora o país tenha registrado variação positiva do PIB no ano de 2000 (+4,3%), problemas internos, como a crise energética do ano seguinte, o risco de descontrole inflacionário e a deterioração significativa das condições de endividamento público em 2002, evitaram que houvesse a manutenção do crescimento econômico, comprometendo também o ano de 2003.⁵⁴ Assim, a retomada do crescimento e a conseqüente recuperação do emprego e das remunerações na renda nacional vieram a ocorrer a partir de 2004.

Este segundo movimento, de recuperação da participação das remunerações, prosseguiu continuamente até 2009, último ano da série oficial. Neste período observou-se pela primeira vez na economia brasileira, desde 1980, a ocorrência de cinco anos consecutivos de elevação do PIB acima de 3,0% ao ano.⁵⁵ A partir de 2004 observou-se também ampliação do nível de ocupação da população economicamente ativa, aumento de sua formalização e substanciais melhorias na remuneração do trabalho. As séries da taxa de desemprego e do rendimento médio real do trabalho, que se expande significativamente de 2004 a 2009, encontram-se nos Gráficos 2.3, a seguir.

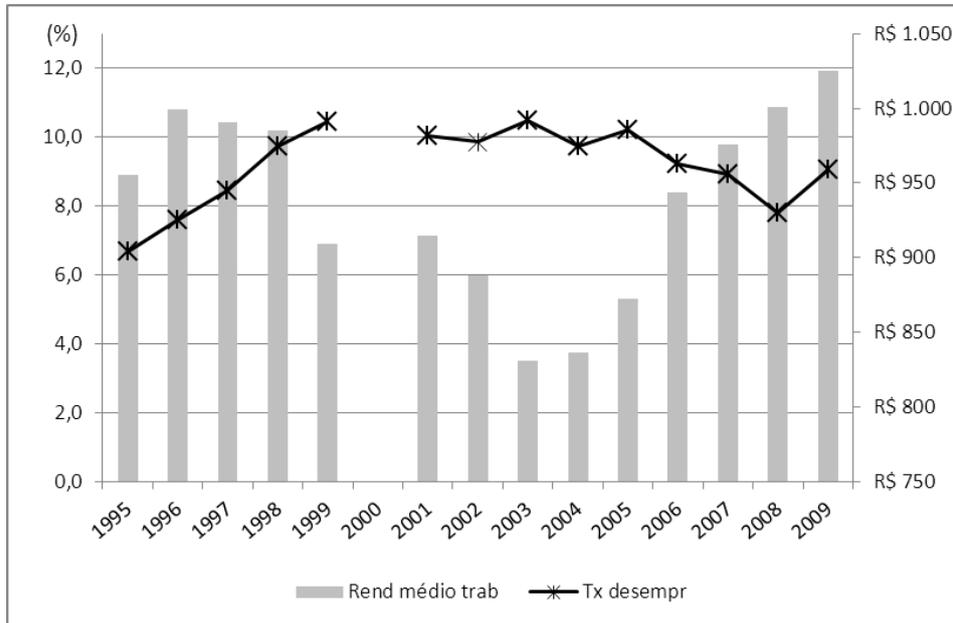
⁵² Desde meados da década de 1990, alguns países, especialmente aqueles considerados emergentes, experimentaram crises cambiais e financeiras: México (1994), Sudeste asiático (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2001).

⁵³ A taxa de desemprego aberta passou de 6,7% para 9,7% e o rendimento médio do trabalho principal, em termos reais, reduziu-se em 12,5% de 1995 a 2004, segundo a Pnad/IBGE. Os resultados relativos ao emprego informal são estudados com detalhes no Capítulo 3 desta tese.

⁵⁴ Em 2002 a inflação anual alcançou 12,5% e 26,4%, medida pelo IPCA/IBGE e pelo IGP/FGV, respectivamente. O percentual médio da dívida pública em relação ao PIB ascendeu de 29,1%, em 1995, para 56,2%, em 2002, segundo o BCB.

⁵⁵ De 2004 a 2008, o crescimento médio anual do PIB foi equivalente a 4,8%. Incluindo-se o recessivo ano de 2009, a média recua para 3,9%, taxa ainda elevada para o padrão brasileiro recente.

Gráfico 2.3: Taxa de desemprego e rendimento mensal real médio do trabalho principal – 1995/2009



Obs.: Em 2000 a Pnad não foi a campo.

Fonte: Pnad/IBGE.

Ainda em relação à recuperação da remuneração do trabalho, deve-se observar que o valor do salário mínimo nacional, variável fundamental para a determinação de grande parte das remunerações no país⁵⁶, recebeu contínuos reajustes acima da inflação no período 2004/2009⁵⁷. Outro sinal que reforça este movimento de recuperação das remunerações é a obtenção sistemática pelos trabalhadores organizados de aumentos salariais acima da inflação, fato que se inicia justamente a partir de 2004.⁵⁸

Pode-se atribuir o crescimento econômico e a consequente expansão quantitativa e qualitativa do emprego no Brasil, ao menos até 2008, às condições favoráveis provenientes tanto da economia mundial quanto da economia doméstica. Em um primeiro momento, verificou-se forte ampliação das exportações brasileiras, registrada pelo aumento de sua

⁵⁶ Detalhes sobre a influência do salário mínimo na determinação dos salários do setor informal e dos trabalhadores menos qualificados no Brasil, ver Medeiros (2005).

⁵⁷ De 1995 a 2004, os aumentos médios reais do salário mínimo, deflacionados pelo INPC/IBGE, alcançaram 3,1% a.a., ao passo que de 2004 a 2009, estes atingiram expressivos 7,4% a.a..

⁵⁸ De 1996, ano de início do levantamento realizado pelo Dieese, até 2003, os reajustes salariais acima do INPC atingiram, em média, 38,6% das categorias laborais. Já de 2004 a 2009 esta proporção alcançou 76,0% das categorias. Os resultados anuais até 2011 encontram-se no Gráfico A1, no apêndice estatístico deste capítulo.

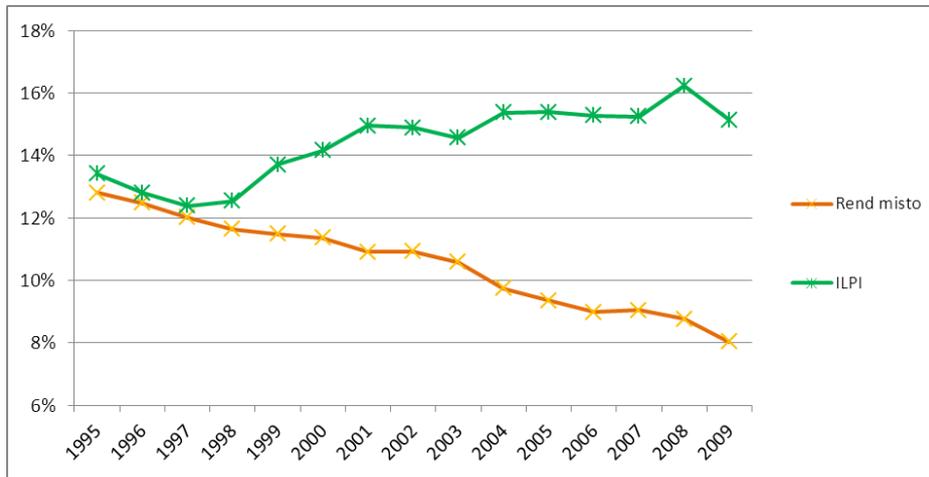
participação no PIB⁵⁹. Entretanto, a partir do último trimestre de 2008, e durante o ano de 2009, quando os reflexos da crise mundial foram mais intensamente disseminados para a economia brasileira, o cenário externo contribuiu negativamente para o crescimento do país. Sendo assim, o consumo doméstico passou a prevalecer na sustentação da situação relativamente favorável do mercado de trabalho brasileiro. Neste contexto, cumpriram papel fundamental os efeitos já mencionados da política de recuperação do salário mínimo, além das medidas de expansão do crédito e da consolidação de programas sociais de transferência de renda que impulsionaram o consumo das famílias.

Dessa forma, mesmo 2009 sendo um ano de grave crise internacional, a remuneração ganhou peso e atingiu a maior participação na série histórica, superando o registro de 1995 em 1,0 p.p. (43,6% contra 42,6%). Foram determinantes para este feito a elevação do emprego e da massa salarial e a redução da renda em geral, consubstanciada na queda do PIB naquele ano (-0,3%). Por este motivo o EOB perdeu participação relativa, uma vez que a ausência de crescimento econômico determinou a redução dos ganhos dos produtores e da lucratividade em geral.

Prosseguindo a análise dos componentes do PIB pela ótica da renda, os dois componentes de menor expressão – ILPI e RMB – apresentaram claramente movimentos contrários no período analisado. Ambos iniciaram a série histórica com proporções semelhantes, em torno de 13%, e terminaram em patamares bastante distintos, com o registro de 15,1% para o ILPI e 8,0% para o RMB, conforme mostrado no Gráfico 2.4, a seguir.

⁵⁹ Segundo o SCN/IBGE, o coeficiente de exportações sobre o PIB passou da média de 9,8% de 1995 a 2003, para 14,6% de 2004 a 2008. As séries com a participação das exportações e das importações sobre o PIB podem ser consultadas na Tabela A3.

Gráfico 2.4: Participação dos ILPI e do RMB no PIB pela ótica da renda no Brasil – 1995/2009



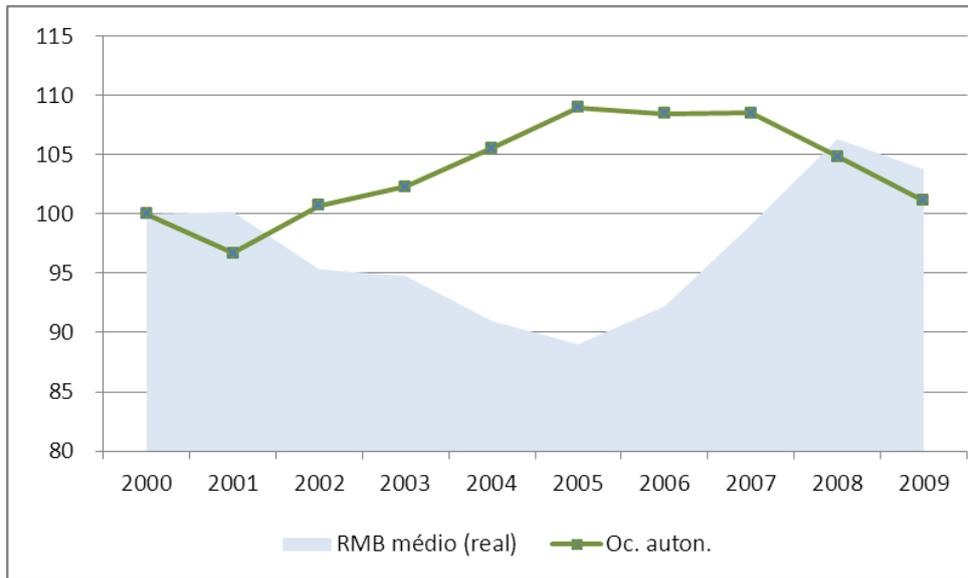
Fonte: SCN/IBGE.

O RMB revelou uma tendência bem definida de queda de sua participação iniciada no primeiro ano da série e mantida continuamente até seu final. De 1995 a 2009, a redução relativa deste componente alcançou 4,8 p.p., o que equivale a mais de um terço de sua proporção inicial em relação ao PIB. Este movimento unívoco, de encolhimento ininterrupto ao longo do período, está associado a duas causas distintas.

Em um primeiro momento, precisamente até 2005, é o rendimento médio real que declina enquanto as ocupações crescem. Em termos absolutos, as ocupações de autônomos aumentaram em 9,0% de 2000 a 2005, enquanto que o RMB real médio reduziu-se em 11,0%. A partir de 2005 ocorre o inverso: enquanto as ocupações são reduzidas, voltando-se para o patamar do ano 2000; os rendimentos médios dos autônomos, em termos reais, elevam-se em 16,6%.⁶⁰ As curvas de RMB médio real (deflacionado pelo INPC) e de ocupações de autônomos, utilizando o ano 2000 como base fixa, encontram-se representadas no Gráfico 2.5, a seguir.

⁶⁰ Como não há dados disponíveis de ocupações desagregadas por tipo de inserção para o período da retroposição da série (de 1995 a 1999), a análise das ocupações autônomas pelo SCN foi necessariamente restrita ao período 2000 a 2009.

Gráfico 2.5: Variação do número de ocupações e do rendimento médio real dos trabalhadores autônomos - 2000/2009 (base: ano 2000 = 100)



Fonte: Elaboração própria a partir de SCN/IBGE.

Em síntese, até 2005, é a queda do rendimento médio dos autônomos que explica o decréscimo da massa de RMB no PIB; após este ano, é a redução dos postos de trabalho nesta condição que define sua continuidade, aliada ao maior crescimento dos outros componentes da renda. Ou seja, com a mencionada melhora do mercado de trabalho, nos anos finais da série ocorre uma redução proporcional e até mesmo absoluta das ocupações preenchidas por trabalhadores autônomos, ocasionando a perda de participação relativa tanto nas ocupações quanto na massa de rendimentos em relação ao PIB ou ao VAB. Este assunto, essencialmente ligado à economia informal, é retomado com mais detalhes no Capítulo 3 desta tese.

Após uma pequena variação negativa nos dois primeiros anos os ILPI, em proporção do PIB, apresentaram uma primeira elevação até 2001 recuando a seguir até 2003. No ano subsequente ocorreu novo ganho de participação e em seguida até o ano de 2007, estabilização na faixa de 15,0% (Gráfico 2.4). Analisando-se os dados desagregados por tipo de imposto⁶¹ pode-se afirmar que as causas para o crescimento relativo dos ILPI foram o aumento da arrecadação sobre folha de pagamento e seguridade social, por conta do aumento

⁶¹ A Tabela A4 no apêndice estatístico deste capítulo apresenta os valores, em percentual do PIB, dos tributos que compõem os ILPI, de 2000 a 2009.

da massa salarial e da formalização dos postos de trabalho, e o ganho de peso das importações no PIB, com a consequente maior arrecadação de impostos ligados a esta atividade.⁶²

Ainda em relação aos dados exibidos no Gráfico 2.4, nota-se que em 2008 os ILPI atingiram o ponto mais alto da série, quando estes se elevaram proporcionalmente à renda para então recuar no ano seguinte. Os principais motivos deste incremento foram o maior aumento do consumo das famílias em relação ao VAB⁶³ e o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), estabelecido após a extinção da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), em 2008. O primeiro impacta positivamente os ILPI, pois as famílias consomem bens e serviços que, em geral, são relativamente mais tributados.⁶⁴ Já o IOF, diferentemente da CPMF, é um imposto sobre produto que, portanto, faz parte dos ILPI⁶⁵.

Já a queda dos ILPI observada no último ano da série não pode ser atribuída à redução mais que proporcional do consumo das famílias que, ao contrário, manteve-se em crescimento apesar da variação negativa do PIB; nem à redução dos empregos formalizados, fato que tampouco ocorreu em 2009. A explicação para o menor peso de ILPI está na política econômica de desonerações fiscais introduzidas a fim de estimular a economia em resposta à crise internacional, cujo destaque foi a redução/isenção do IPI para uma série de produtos⁶⁶. A diminuição do peso das importações na renda gerada, movimento oposto ao verificado em 2008, também contribuiu para reduzir o montante proporcional de ILPI.

2.3.2. O Brasil no contexto internacional

A evolução dos componentes da renda na série histórica brasileira mostra como um dos principais resultados a recuperação da participação das remunerações a partir de 2004.

⁶² O peso médio das importações no PIB passou de 9,2%, no quinquênio 1995-99, para 12,2%, de 2000 a 2007.

⁶³ Segundo o SCN o incremento do consumo das famílias foi de 5,7% contra 4,8% do VAB, em 2008 (IBGE, 2010, p.20).

⁶⁴ O Ministério da Fazenda indica o forte aumento da venda de veículos e da produção industrial como explicações para a elevação real da arrecadação tributária em 2008 (Brasil, 2011, p. 11).

⁶⁵ No SCN, a CPMF é classificada como “imposto sobre renda e propriedade” sendo, portanto, contabilizada no circuito econômico na etapa de distribuição secundária da renda. Assim, sua extinção não reduz o montante de ILPI, recolhidos na geração da renda. Como o IOF é classificado como “imposto sobre produtos”, *ceteris paribus*, o aumento de sua alíquota modifica diretamente o montante de ILPI.

⁶⁶ As desonerações fiscais atingiram em grande parte automóveis e eletrodomésticos (linha branca), bem como insumos para a construção civil, máquinas e equipamentos. IBGE (2011, p. 16) apresenta detalhadamente os incentivos fiscais concedidos no ano de 2009.

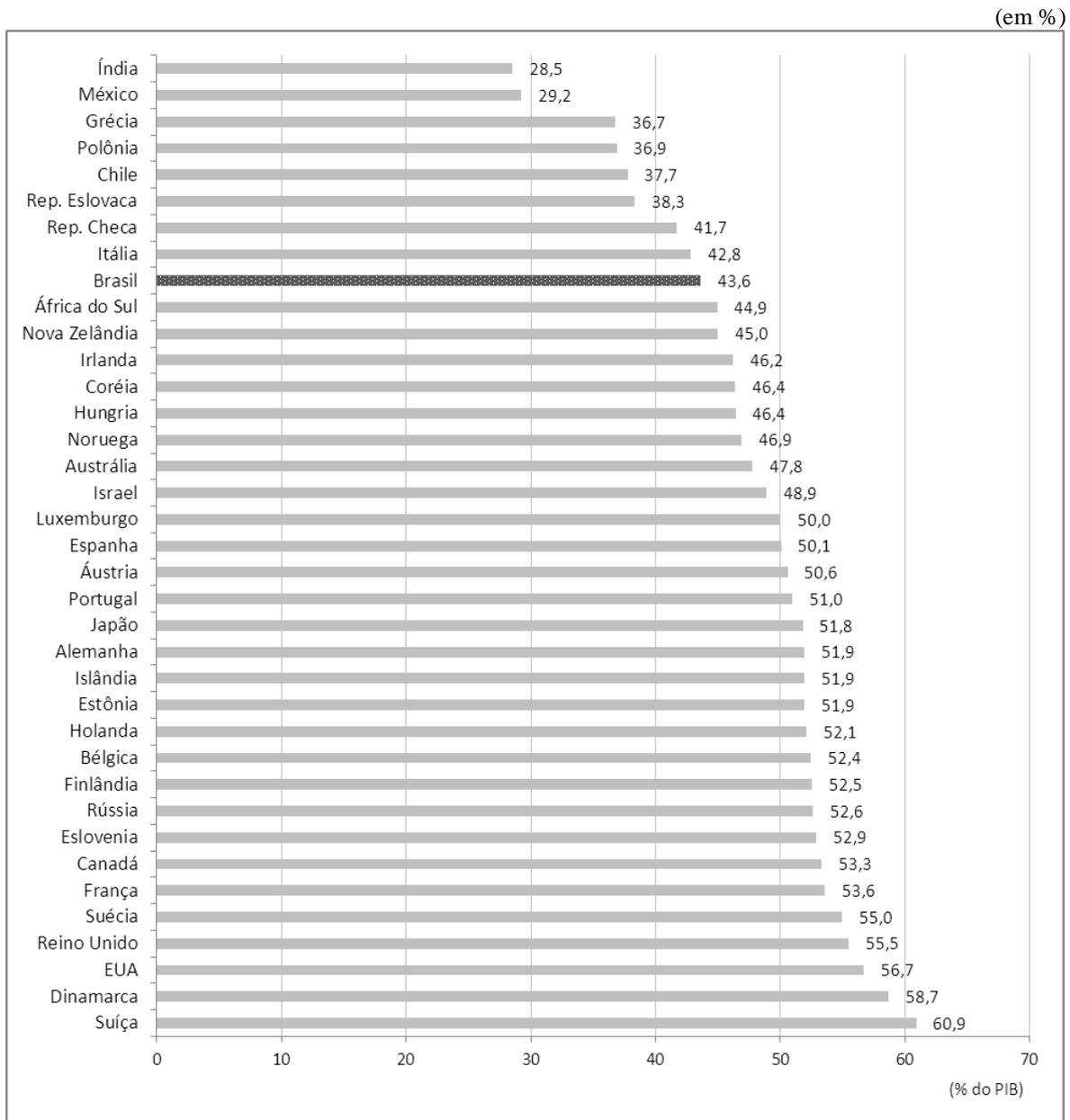
Entretanto, apesar deste movimento contínuo que vai até o último ano da série, no contexto internacional o Brasil ainda aparece com um baixo percentual da renda gerada destinada à remuneração do trabalho.

A comparação internacional realizada utilizou a base de dados da OECD.⁶⁷ Esta oferece resultados da conta de geração da renda para 37 países, em valores correntes denominados em moeda local. O detalhamento pela ótica da renda abrange três componentes: remuneração, a agregação EOB com RMB e ILPI. Além dos países membros da OECD; Rússia, Índia e África do Sul apresentam informações sobre o tema.

Considerando o último resultado disponível, para o ano de 2009, o Brasil (com 43,6%) situou-se na 29ª posição no tocante à participação das remunerações no PIB, posicionando-se entre África do Sul (44,9%) e Itália (42,8%). A proporção registrada na economia brasileira ficou muito aquém da maioria dos países desenvolvidos, embora tenha sido consideravelmente superior à de México (29,2%) e Índia (28,5%), os últimos colocados neste tipo de comparação. Na outra ponta, Suíça (60,9%) e Dinamarca (58,7%) apareceram na liderança do ranking de países com maior proporção da renda gerada destinada ao trabalho em 2009, conforme ilustra o Gráfico 2.6.⁶⁸

⁶⁷ Disponível em: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA_TABLE1#

⁶⁸ Em relação à participação relativa da agregação EOB+RMB, o Brasil situou-se na 16ª posição. Já em relação à participação dos ILPI no PIB, o Brasil registrou o terceiro maior percentual dentre os 37 países comparados. Os resultados encontram-se disponíveis nos Gráficos A2 e A3 no apêndice estatístico do capítulo.

Gráfico 2.6: Participação das remunerações no PIB em países selecionados – 2009

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE e da OECD.

2.4. Metodologia de estimação da ótica da renda para os anos de informações preliminares do SCN

O objetivo desta seção é propor uma metodologia para a estimação do PIB pela ótica da renda que esteja disponível no momento em que o SCNT do IBGE apresente os resultados anuais das contas nacionais brasileiras. Atualmente, o SCNT do Brasil disponibiliza resultados anuais das contas nacionais em uma versão agregada 60 dias após o fim do ano de referência. Nesta modalidade de divulgação anual das contas nacionais, também chamada de versão preliminar, são apresentados resultados referentes ao valor adicionado a preços correntes e a preços do ano anterior, índices de volume para 12 grupos de atividades econômicas e para a demanda final.⁶⁹

Entretanto, a estimativa pela ótica da renda, necessária para o cálculo da distribuição funcional não é apresentada pelo SCNT, e, por conta disso, só pode ser conhecida quando da divulgação dos resultados definitivos do SCN, o que ocorre com uma defasagem mínima de dois anos em relação ao ano de referência. Na versão preliminar a abertura do PIB é divulgada somente pelas óticas da produção e da despesa.

2.4.1. A extrapolação dos resultados nos anos $t-1$ e t

A metodologia proposta para a estimação dos componentes do PIB pela ótica da renda para os anos em que há somente os resultados preliminares utiliza parte dos resultados do SCNT, para o ano de referência, e a extrapolação dos resultados do SCN definitivo, por meio de índices anuais de variação do valor corrente, para os componentes que não possuem correspondência na divulgação trimestral.

No primeiro caso estão os valores do PIB, do VAB e dos Impostos líquidos sobre produtos (ILP) que são os mesmos divulgados pelo SCNT. Tomando-se como exemplo o ano de referência de 2011, o PIB, o VAB e os ILP deste ano, que foram divulgados pelo SCNT em março de 2012, serão utilizados nesta metodologia para a estimação dos valores correntes e da participação relativa dos componentes da ótica da renda de 2011.

⁶⁹ IBGE (2008, p. 15).

Os demais componentes da ótica da renda: salário com vínculo (SCV), salário sem carteira (SSC), contribuições sociais (CS), rendimento misto bruto (RMB), excedente operacional bruto (EOB) e outros impostos líquidos sobre a produção (OIP); por não possuírem correspondentes no SCNT, são então estimados. Tal estimação é baseada na extrapolação do último resultado disponível pelo SCN definitivo, que possui dois anos de defasagem ($t-2$), extrapolando-o para os dois anos seguintes ($t-1$ e t), por intermédio de indicadores anuais. As fórmulas I.a, I.b e I.c, abaixo, representam em termos gerais a extrapolação dos componentes que integram a conta da renda para os anos $t-1$ e t , partindo dos dados do SCN, cuja referência é $t-2$:

$$\mathbf{X}_{t-1}^{\text{est}} = \mathbf{X}_{t-2} * \mathbf{I}_{t-1} \quad \text{(I.a)}$$

$$\mathbf{X}_t^{\text{est}} = \mathbf{X}_{t-1}^{\text{est}} * \mathbf{I}_t \quad \text{(I.b)}$$

Substituindo (I.a) em (I.b), tem-se:

$$\mathbf{X}_t^{\text{est}} = \mathbf{X}_{t-2} * \mathbf{I}_{t-1} * \mathbf{I}_t \quad \text{(I.c);}$$

Onde:

$\mathbf{X}_{t-1}^{\text{est}}$ = resultado estimado para o ano $t-1$;

$\mathbf{X}_t^{\text{est}}$ = resultado estimado para o ano t ;

\mathbf{X}_{t-2} = último resultado do SCN definitivo – que possui defasagem de dois anos ($t-2$);

\mathbf{I}_{t-1} = indicador escolhido para a variação do resultado no ano $t-1$;

\mathbf{I}_t = indicador escolhido para a variação do resultado no ano t .

Por exemplo, para a estimação do salário com vínculo (SCV) nos anos de 2010 e 2011, são aplicados sobre o valor dos SCV dado pelo SCN de 2009, índices de variação deste componente primeiramente em 2010 e posteriormente em 2011, conforme exemplificado pelas equações abaixo:

$$\text{SCV}_{2010}^{\text{est}} = \text{SCV}_{2009} * \Delta\text{SCV}_{2010}$$

$$\text{SCV}_{2011}^{\text{est}} = \text{SCV}_{2010}^{\text{est}} * \Delta\text{SCV}_{2011}$$

Onde:

$\text{SCV}_{2010}^{\text{est}}$ = salário com vínculo estimado de 2010;

$\text{SCV}_{2011}^{\text{est}}$ = salário com vínculo estimado de 2011;

SCV_{2009} = salário com vínculo de 2009, registrado no SCN definitivo;

ΔSCV_{2010} = variação do salário em 2010;

ΔSCV_{2011} = variação do salário em 2011.

Tais componentes deverão ser, portanto, calculados com base em indicadores obtidos a partir de fontes de dados que estejam disponíveis em tempo hábil para serem utilizadas até o primeiro trimestre após o ano de referência, data da divulgação do resultado anual do SCNT. Os indicadores necessários para a extrapolação dos componentes referem-se à variação nominal da massa de rendimentos por três posições na ocupação: empregados com vínculo formal de trabalho, empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores autônomos. Os dois primeiros servirão para a evolução dos componentes que possuem estreita relação com a renda do trabalho – SCV, SSV, CS e OIP. A variação do rendimento dos autônomos será aplicada para a extrapolação do RMB. O EOB, por sua vez, será obtido por meio da diferença entre o VAB e os demais componentes da conta da renda, da mesma forma como acontece nos cálculos do SCN definitivo.

O Quadro 2.1, a seguir, mostra os componentes do VAB e o tipo de indicador que será utilizado para a extrapolação e consequente obtenção dos resultados no ano de referência.

Quadro 2.2: Componente do VAB e tipo de indicador utilizado para a extrapolação

Componente	Indicador
Salário com vínculo (SCV)	variação da massa salarial com carteira
Salário sem carteira (SSC)	variação da massa salarial sem carteira
Rendimento misto bruto (RMB)	variação da massa de rendimento do conta própria
Contribuições sociais (CS)	variação da massa salarial com carteira
Outros impostos líq. sobre a produção (OIP)	variação da massa salarial com carteira

Fonte: Elaboração do autor.

A atribuição do tipo de indicador aos respectivos componentes é em virtude da relação direta entre as variáveis para as categorias SCV, SSV e RMB, pois se tratam de variáveis semelhantes no SCN e nas pesquisas que trazem informações do mercado de trabalho. Para as CS e para os OIP, a opção pela variação da massa salarial com vínculo é justificada pela

definição destes dois componentes que são proporcionais e estreitamente correlacionados à renda do trabalho formal.⁷⁰

O Quadro 2.3, a seguir, mostra os componentes da ótica da renda segundo a origem dos resultados para sua estimação no ano de referência, que poderão ser dadas pelo SCNT – casos do PIB, do VAB e dos ILP; ou extrapoladas por intermédio dos indicadores disponíveis – casos de SCV, SSV, CS, RMB, OIP; ou ainda resultado de operações contábeis entre os demais componentes, caso do EOB, das remunerações (Rem) e dos impostos líquidos sobre a produção e a importação (ILPI).

Quadro 2.3: Origem da estimação dos componentes do PIB pela ótica da renda

Componentes (sigla)	origem
1. Produto Interno Bruto (PIB)	SCNT
2. Valor adicionado bruto (VAB)	SCNT
3. Remunerações (Rem)	(3.1) + (3.2)
3.1. Salários (Sal)	(3.1.1) + (3.1.2)
3.1.1. Salários com vínculo (SCV)	<i>evolução (SCV)</i>
3.1.2. Salários sem vínculo (SSC)	<i>evolução (SSC)</i>
3.2. Contribuições sociais (CS)	<i>evolução (SCV)</i>
4. Rendimento misto bruto (RMB)	<i>evolução (RCP)</i>
5. Excedente operacional bruto (EOB)	(2) - (3) - (4) - (6)
6. Impostos líq. de subs. s/ a produção e a import. (ILPI)	(6.1) + (6.2)
6.1. Impostos líq. s/ produtos (ILP)	SCNT
6.2. Outros impostos líq. s/ a produção (OIP)	<i>evolução (SCV)</i>

Fonte: Elaboração do autor.

2.4.2. As fontes possíveis para a extrapolação dos resultados

Uma vez definidos a origem dos componentes e os indicadores para as extrapolações necessárias, o segundo passo foi testar as possíveis fontes de dados a fim de avaliar quais apresentaram os melhores indicadores para serem aplicados na extrapolação dos componentes, determinando assim sua escolha para a metodologia desenvolvida. De acordo

⁷⁰ A definição destas categorias apresentada na seção 2.1 desta tese deixa claro esta inferência. Os coeficientes de correlação entre as contribuições sociais e o salário com vínculo e entre este e os outros impostos líquidos sobre a produção foram de 0,999 e 0,994, respectivamente, para as observações disponíveis na série atual do SCN, de 2000 a 2009.

com a proposta serão necessários três tipos de indicadores (para SCV, SSV e RCP), em dois períodos (anos $t-1$ e t), para a estimação dos cinco componentes a partir dos resultados definitivos do SCN (de $t-2$). Ademais, conforme mencionado, para que esta metodologia tenha aplicação no SCNT tais indicadores devem estar disponíveis até o primeiro trimestre do ano seguinte ao ano de referência, data de divulgação dos resultados anuais pelas contas trimestrais.

As três principais fontes de informação que apresentam resultados anuais para o conhecimento das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho brasileiro são a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE; e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁷¹. Embora as três fontes forneçam informações confiáveis e de reconhecida qualidade que são utilizadas em inúmeros estudos relacionados ao mundo do trabalho no Brasil, algumas limitações podem ser apontadas para sua aplicação nesta metodologia.

A Pnad possui a vantagem de apresentar cobertura nacional e de ser um levantamento domiciliar que conseqüentemente atende às três categorias ocupacionais necessárias para a extrapolação dos cinco componentes da ótica da renda. Entretanto, esta pesquisa somente se encontra disponível para utilização nesta proposta metodológica no primeiro período da estimação, o ano $t-1$. Como os resultados da Pnad são divulgados em setembro do ano seguinte ao ano de referência, estes não podem ser aproveitados para a evolução do ano t , logo no primeiro trimestre após o ano de referência.

Outra fragilidade de índices de variação formados a partir desta fonte é o fato dos dados da Pnad referirem-se somente ao mês de setembro. Para o SCN a comparação ideal deveria considerar os resultados da soma anual dos rendimentos ou os valores médios de cada ano. Como a variação entre os valores de setembro entre dois anos consecutivos pode ser diferente da variação dos valores médios nestes anos, a qualidade dos índices não estará completamente assegurada. Este tipo de problema não se verifica nas outras duas fontes disponíveis, a PME, que apresenta resultados mensais para as variáveis pesquisadas, e a Rais, que apresenta o resultado acumulado no ano para a massa salarial.

⁷¹ O Cadastro geral de empregados e desempregados (Caged), também gerido pelo MTE, não pode ser aproveitado devido ao seu conteúdo, restrito às informações sobre movimentação dos vínculos trabalhistas (admissão ou demissão).

A PME, por ser uma pesquisa conjuntural, também não possui o problema da defasagem temporal, podendo ser utilizada tanto para o ano $t-1$, quanto para o ano t . Esta pesquisa possui também a vantagem de ser domiciliar e, assim como a Pnad, fornecer resultados sobre a evolução dos rendimentos para as três posições na ocupação necessárias para a extrapolação dos cinco componentes da ótica da renda. Entretanto, o levantamento da PME se restringe a seis regiões metropolitanas do País (equivalente a 24,0% da população economicamente ativa nacional⁷²) sendo esta a sua potencial desvantagem para a aplicação na metodologia. A qualidade dos índices obtidos por meio desta fonte será afetada se a massa de rendimentos situada nas demais regiões do país apresentar um comportamento distinto do agregado das seis regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa mensal.

Encontra-se em planejamento no IBGE o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), um novo sistema para a realização das pesquisas domiciliares que reunirá Pnad, PME e POF. O SIPD, por intermédio da “Pnad contínua”, apresentará trimestralmente indicadores sobre trabalho e rendimento em nível nacional. Assim, quando esta nova base de dados estiver disponível, os problemas de cobertura geográfica incompleta, da PME, e de ausência de resultados médios anuais, da Pnad, estarão eliminados. Em teoria esta fonte de informação deverá ser a mais adequada para a aplicação em uma metodologia de estimação da conta da renda como a desenvolvida neste capítulo. Atualmente o SIPD encontra-se em fase de testes, sendo que nos dois primeiros anos o novo sistema e as pesquisas atuais serão produzidos paralelamente.⁷³

A Rais é um registro administrativo que investiga as características da mão de obra no universo dos estabelecimentos formais brasileiros. Dentre suas vantagens está a de apresentar resultados para todo o território nacional. Entretanto, como se trata de um registro voltado para o mercado formal de trabalho, não há resultados para formar os indicadores aplicados na evolução dos salários sem carteira de trabalho ou do rendimento misto. Caso a opção escolhida seja pelo uso da Rais, necessariamente deverá haver uma composição com a Pnad ou com a PME para a extrapolação das variáveis ligadas a estas duas posições na ocupação. Ademais, assim como a Pnad, a Rais também não apresenta resultado para o ano t em tempo hábil para a aplicação no primeiro trimestre do ano seguinte ao de referência, de tal forma que seus resultados só poderiam ser aproveitados para o período $t-1$. O Quadro 2.4 a seguir

⁷² Relação entre a PEA observada na PME de setembro de 2011 e na Pnad de 2011.

⁷³ Sobre a implantação do SIPD pelo IBGE, ver: IBGE (2012b).

apresenta resumidamente as considerações sobre as três fontes disponíveis para aplicação na extrapolação dos resultados da conta da renda.

Quadro 2.4: Avaliação das fontes disponíveis para aplicação na metodologia proposta segundo suas características

Fonte	a favor	contra
Pnad	- cobertura nacional; - considera as três posições na ocup.	- disponível somente para o ano $t-1$; - resultado com referência em setembro
PME	- disponível para os dois anos (t e $t-1$); - considera as três posições na ocup; - possui resultados médios para os anos;	- cobertura parcial (seis regiões metrop.)
Rais	- cobertura nacional; - possui resultados médios para os anos;	- disponível somente para o ano t ; - considera apenas uma posição na ocup. (SCV)

Fonte: Elaboração do autor.

Pelo quadro acima fica claro que não há uma fonte “perfeita” para a aplicação na metodologia, uma vez que as três apresentam ao menos um ponto negativo, a não disponibilidade para o segundo ano de extrapolação (Pnad e Rais), a não cobertura de todo o território nacional (PME), a não disponibilidade de resultados para os rendimentos das ocupações informais (RAIS), ou ainda, a inexistência da comparação dos resultados representativos dos anos (Pnad). Apesar destas limitações, como demonstrado a seguir, os dados oriundos destas três fontes apresentaram, em geral, resultados próximos aos observados no SCN, validando sua aplicação na extrapolação dos componentes.

Conforme mencionado anteriormente, a única fonte de dados que apresenta dados disponíveis para o ano de referência (t) é a PME, sendo então seus resultados aplicados na metodologia proposta para o período mais recente. Já para o ano $t-1$, além da PME, os outros dois levantamentos podem ser utilizados. Dessa forma, um tipo de teste pode ser realizado: a fonte que para cada componente apresentar os resultados mais próximos aos já divulgados em anos anteriores será considerada a mais adequada para a aplicação na extrapolação dos resultados do ano $t-1$.

A comparação entre as fontes pôde ser realizada nos seis anos contidos no período de 2004 a 2009 por conta da disponibilidade das estatísticas. O limite superior é o último ano

publicado da série do SCN em sua versão definitiva, ao passo que o ano de 2004 é o primeiro em que foi possível calcular a variação anual dos rendimentos na série atual da PME.⁷⁴

Para as variações da massa salarial com vínculo do SCN as três fontes foram cotejadas. Já para os rendimentos sem vínculo formal de trabalho, oriundos de ocupações sem carteira de trabalho assinada e de trabalhadores autônomos, somente a PME e a Pnad foram comparadas aos dados derivados do SCN. Os índices de variação encontrados para cada componente em cada fonte encontram-se apresentados em notação unitária nas tabelas numeradas de 2.1 a 2.5 nas subseções seguintes. Também são explicitados os desvios anuais dos índices das fontes consideradas em relação aos índices de referência, dados pelo SCN definitivo, medidos em pontos percentuais (p.p.). Os valores originais dos componentes que geraram os índices de referência para as três fontes encontram-se no apêndice estatístico ao final deste capítulo (Tabelas A5, A6 e A7).

- **Salário com vínculo (SCV)**

O SCV é o componente a ser extrapolado que apresenta o maior peso do VAB (35,5%, em 2009), sendo, portanto, fundamental para uma melhor qualidade dos resultados obtidos por esta metodologia que os índices utilizados para sua extrapolação apresentem resultados bastante próximos aos verificados no SCN. Conforme mencionado, as três fontes apresentam variações anuais da massa salarial com vínculo para o período de 2004 a 2009. Os resultados dos índices e dos desvios anuais e os valores médios para o período encontram-se na Tabela 2.1, a seguir.⁷⁵

⁷⁴ Os resultados anuais de rendimento da atual PME estão disponíveis somente a partir de 2003.

⁷⁵ O desvio médio da série foi calculado em termos absolutos, pois o objetivo é avaliar a distância dos resultados de cada fonte em relação ao índice oriundo do SCN. Caso não fosse considerado em termos absolutos, esta avaliação seria inconclusiva, pois grandes desvios anuais com sinais opostos tenderiam a se anular.

Tabela 2.1: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Salários com Vínculo (SCV) – 2004/09

Fonte	2004	2005	2006	2007	2008	2009	média
variação anual							
SCN	1,1237	1,1414	1,1444	1,1330	1,1579	1,1196	1,1367
Pnad	1,1273	1,1296	1,1490	1,1317	1,1506	1,0961	1,1307
PME	1,0791	1,1207	1,1271	1,1177	1,1684	1,0920	1,1175
RAIS	1,1543	1,1367	1,1465	1,1347	1,1474	1,1247	1,1407
desvios anuais (em pp)							desv méd abs
Pnad	0,36	-1,19	0,46	-0,13	-0,73	-2,35	0,87
PME	-4,46	-2,08	-1,72	-1,53	1,05	-2,77	2,27
RAIS	3,06	-0,47	0,21	0,17	-1,04	0,51	0,91

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados de SCN, Pnad, PME e Rais.

Conforme demonstra a Tabela 2.1, a fonte estatística que apresenta o conjunto de índices de variação mais próximo ao verificado pelo SCN é a Pnad, que registrou um desvio médio absoluto de 0,87 p.p. para as seis observações anuais. Cabe mencionar que as outras duas fontes também apresentaram resultados satisfatórios em relação aos índices de variação para evolução da massa salarial com vínculo, com desvios absolutos médios de 0,91 p.p. e 2,27 p.p., respectivamente, na Rais e na PME. Por sua vez, a variação média mais próxima à do SCN foi observada na Rais, o que de certa forma é esperado devido à característica censitária desta fonte em relação ao emprego e às remunerações formais.

- **Salário sem carteira (SSC)**

Embora uma proporção significativa das ocupações na economia brasileira seja exercida por empregados sem carteira de trabalho assinada, assunto tratado no Capítulo 3 desta tese, o peso relativo de sua correspondente massa salarial é relativamente pequeno na geração da renda nacional, alcançando 4,3% do VAB em 2009. Para este componente apenas as fontes Pnad e PME trazem informações que podem ser utilizadas nesta metodologia. A Tabela 2.2, seguindo o mesmo modelo da anterior, apresenta os índices de variação para a massa salarial dos empregos que não possuem registro formal na carteira de trabalho.

Tabela 2.2: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Salários sem Carteira (SSC) – 2004/09

Fonte	2004	2005	2006	2007	2008	2009	média
variação anual							
SCN	1,1818	1,1220	1,0477	1,0983	1,1024	1,0538	1,1010
Pnad	1,1661	1,1176	1,0925	1,0930	1,1208	1,0556	1,1076
PME	1,1250	1,1197	1,0232	1,0693	1,0603	1,0550	1,0754
desvios anuais (em pp)							desv méd abs
Pnad	-1,58	-0,43	4,48	-0,52	1,84	0,18	1,51
PME	-5,68	-0,22	-2,45	-2,89	-4,21	0,12	2,60

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados de SCN, Pnad e PME.

Os resultados da Tabela 2.2 evidenciam que a Pnad se constituiu na melhor fonte para a estimação da variação anual dos salários sem carteira de trabalho assinada registrada pelo SCN nos seis anos da série, apresentando o desvio médio absoluto de 1,51 p.p.. Em geral os índices apresentados por esta fonte foram bastante próximos aos verificados pelo SCN. Tal fato não causa surpresa uma vez que a Pnad é a fonte principal de informação do SCN tanto para as ocupações quanto para os rendimentos do trabalho sem carteira. Os resultados da PME, embora um pouco inferiores em termos qualitativos, não devem ser desconsiderados, pois, como tratado no parágrafo acima, este é o componente que possui o peso de menor relevância segundo a ótica da renda.

- **Rendimento misto bruto (RMB)**

Embora em trajetória declinante ao longo da série histórica do SCN, o RMB ainda registra uma participação importante no VAB, correspondente a 9,3% no ano de 2009. Os resultados dos índices de variação da massa de rendimento dos autônomos derivados da Pnad e da PME, bem como seus desvios anuais em relação aos resultados do SCN encontram-se na Tabela 2.3, abaixo.

Tabela 2.3: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Rendimento Misto Bruto (RMB) – 2004/09

Fonte	2004	2005	2006	2007	2008	2009	média
variação anual							
SCN	1,0511	1,0613	1,0600	1,1306	1,1036	0,9803	1,0645
Pnad	1,0858	1,0846	1,0868	1,1913	0,9977	1,0707	1,0862
PME	1,1239	1,0726	1,0774	1,1454	1,1263	1,0906	1,1060
desvios anuais (em pp)							desv méd abs
Pnad	3,48	2,33	2,68	6,08	-10,59	9,04	5,70
PME	7,29	1,12	1,73	1,49	2,27	11,03	4,16

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados de SCN, Pnad e PME.

A Tabela 2.3 evidencia que embora a média obtida com a Pnad tenha se situado mais próxima ao resultado do SCN no período (crescimento anual de 8,6% e 6,4%, respectivamente), a dispersão em torno dos valores anuais foi bastante elevada nas duas pesquisas disponíveis. Ao contrário do ocorrido na variação anual, o menor desvio médio absoluto foi registrado pela PME – 4,16 p.p. contra 5,70 p.p. (na Pnad). Os resultados foram particularmente discrepantes no último ano da série com ambas as pesquisas apontando variações contrárias à observada, indicando que os ajustes realizados durante a compilação das contas nacionais daquele ano afetou significativamente o rendimento misto bruto.⁷⁶

- **Contribuições sociais (CS) e Outros impostos líq. sobre a produção (OIP)**

A agregação das contribuições sociais com os outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção registrou, em 2009, uma participação equivalente a 12,3% do VAB (sendo 10,7% das CS e 1,6% de OIP). Como visto na seção 2.1, ambos os componentes são proporcionais e diretamente relacionados ao montante de salários com vínculo pagos na economia. Por este motivo estes componentes serão considerados de forma agregada e terão o índice anual de variação do valor corrente comparado com as variações anuais do SCV derivados das três fontes de informação que fornecem resultados para esta variável, ou seja, os mesmos índices apresentados na Tabela 2.1. É o que mostra a Tabela 2.4, a seguir.

⁷⁶ Para detalhes do processo de ajustes com vistas aos equilíbrios de recursos e usos durante a compilação do SCN, ver IBGE (2008, cap. 2).

Tabela 2.4: Índices de variação e desvios no SCN e em fontes selecionadas - Contribuições Sociais (CS) e Outros Impostos sobre a Produção (OIP)

Fonte	2004	2005	2006	2007	2008	2009	média
variação anual							
SCN	1,1671	1,0901	1,1003	1,1617	1,1675	1,1245	1,1352
Pnad	1,1273	1,1296	1,1490	1,1317	1,1506	1,0961	1,1307
PME	1,0791	1,1207	1,1271	1,1177	1,1684	1,0920	1,1175
RAIS	1,1543	1,1367	1,1465	1,1347	1,1474	1,1247	1,1407
desvios anuais (em pp)							desv méd abs
Pnad	-3,98	3,94	4,87	-3,00	-1,69	-2,84	3,39
PME	-8,80	3,05	2,68	-4,40	0,09	-3,25	3,71
RAIS	-1,28	4,66	4,62	-2,70	-2,01	0,02	2,55

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados de SCN, Pnad e PME.

Observando-se os dados da Tabela 2.4, nota-se que as três fontes apresentaram variações anuais médias relativamente próximas à do SCN no período, sendo que a Pnad apresentou o melhor resultado (13,1% contra 13,5% no SCN). Os desvios absolutos médios também não apresentaram grandes discrepâncias entre as fontes, ficando a menor dispersão a cargo da Rais, com 2,55 p.p..

2.4.3. A escolha das fontes para aplicação na extrapolação dos resultados

As comparações entre as variações anuais oriundas das fontes disponíveis e os resultados do SCN revelaram que, tanto sob o critério de média mais próxima no período quanto de menor desvio absoluto médio, uma combinação das fontes deve ser adotada para a melhor estimação dos componentes do VAB no ano $t-1$. Para o ano t , em virtude do prazo necessário para a disponibilidade dos dados, somente a PME poderá ser utilizada para a extrapolação dos resultados dos componentes da renda.

Levando-se em conta a proximidade dos índices de variação das fontes em relação aos do SCN na média do período (Critério 1), a Rais foi a melhor fonte para a extrapolação dos SCV e a Pnad para os outros três componentes (SSC, RMB e CS+OIP). Por outro lado, considerando o menor desvio absoluto médio no período de observação (Critério 2), a Pnad revelou-se a melhor fonte para os salários dos empregados com vínculo e sem carteira (SCV e SSC), a PME para o RMB e a Rais para a agregação das CS com os OIP.

Sendo assim, estas duas possibilidades serão avaliadas e consideradas como opções metodológicas para a estimação dos componentes da ótica da renda nos anos anteriores em que este tipo de comparação seja possível. Além destas duas combinações, uma terceira alternativa, que considera somente a PME e a Rais (Critério 3), é também apresentada para ser utilizada nos anos em que a Pnad não tiver ido a campo, que foi o que ocorreu precisamente em 2010, ano de realização do Censo Demográfico pelo IBGE. As opções de estimação escolhidas para a avaliação dos resultados encontram-se no Quadro 2.5, a seguir.

Quadro 2.5: Opções de estimação dos componentes da conta da renda nos segundo o critério (anos $t-1$)

componente \ possibilidade de estimação	(1) média mais próxima	(2) menor desvio abs.	(3) Rais e PME
Sal. com vínculo (SCV)	Rais	Pnad	Rais
Sal. sem vínculo (SSC)	Pnad	Pnad	PME
Rendim. misto bruto (RMB)	Pnad	PME	PME
Contrib sociais e outros impost. s/ produção (CS+OIP)	Pnad	Rais	Rais

Fonte: Elaboração do autor.

Antes da estimação dos resultados segundo as possibilidades definidas acima, é necessário tecer uma consideração sobre o EOB, componente que possui um peso significativo na composição do VAB (38,5%, em 2009). Este agregado não é obtido por extrapolação, mas por saldo, sendo resultado da diferença do VAB, cuja origem é o SCNT, menos os valores dos componentes obtidos via extrapolação a partir do SCN⁷⁷. Tal fato implica que caso o VAB do SCNT difira do VAB do SCN, a estimação do valor corrente do EOB e de sua participação relativa sobre a renda, e conseqüentemente, da participação relativa dos demais componentes será distorcida. As diferenças entre os SCN preliminar e definitivo e correção desta potencial imperfeição são tratadas na próxima subseção.

⁷⁷ Além dos componentes obtidos por extrapolação, os impostos sobre produtos que tem sua origem no SCNT também contribui para a determinação do EOB.

2.4.4. As diferenças entre SCNT e SCN e o Fator de Ajuste

De acordo com a metodologia proposta a estimação dos componentes do PIB pela ótica da renda nos anos em que o SCN apresenta somente resultados preliminares se apoia nos dados do SCNT para o PIB, o VAB e os ILP; aliada às extrapolações de outros cinco componentes, a partir dos resultados do SCN definitivo, por meio de índices escolhidos de distintas bases de dados.

Assim, para o êxito da proposta metodológica apresentada, torna-se fundamental a avaliação comparativa entre os dados oficiais do SCN nos anos definitivo e preliminar. As diferenças existentes entre estas fontes não podem ser desconsideradas, pois enquanto alguns componentes são obtidos por extrapolações que partem de resultados do SCN, outros têm sua origem atrelada ao VAB do SCNT, como o caso do EOB. Ademais, quando os resultados tratam da participação de cada componente no VAB os dados estimados por extrapolação devem estar harmonizados com o VAB oriundo do SCNT.

A Tabela 2.5, a seguir, mostra as comparações anuais para o período disponível, que compreende os anos de 2006 a 2009. Este intervalo de quatro observações se inicia no ano em que os resultados do SCNT foram obtidos sob a vigência da série atual do SCN, e termina em 2009, o último ano com os resultados definitivos.

Tabela 2.5: Comparação entre SCN e SCNT para os resultados de PIB, VAB e ILP – 2006/09

(em R\$ milhões; dif. rel. em %)

componente	2006	2007	2008	2009	média
PIB def	2.369.484	2.661.344	3.031.864	3.239.404	2.825.524
PIB pre	2.322.818	2.558.821	2.889.719	3.143.015	2.728.593
dif abs. (def-pre)	46.666	102.523	142.145	96.389	96.931
dif rel. (%)	2,0%	3,9%	4,7%	3,0%	3,4%
VAB def	2.034.421	2.287.858	2.580.110	2.794.379	2.424.192
VAB pre	1.999.627	2.190.906	2.441.054	2.702.101	2.333.422
dif abs. (def-pre)	34.794	96.952	139.056	92.278	90.770
dif rel. (%)	1,7%	4,2%	5,4%	3,3%	3,7%
ILP def	335.063	373.486	451.754	445.025	401.332
ILP pre	323.191	367.917	448.665	440.914	395.172
dif abs. (def-pre)	11.872	5.569	3.089	4.111	6.160
dif rel. (%)	3,5%	1,5%	0,7%	0,9%	1,5%

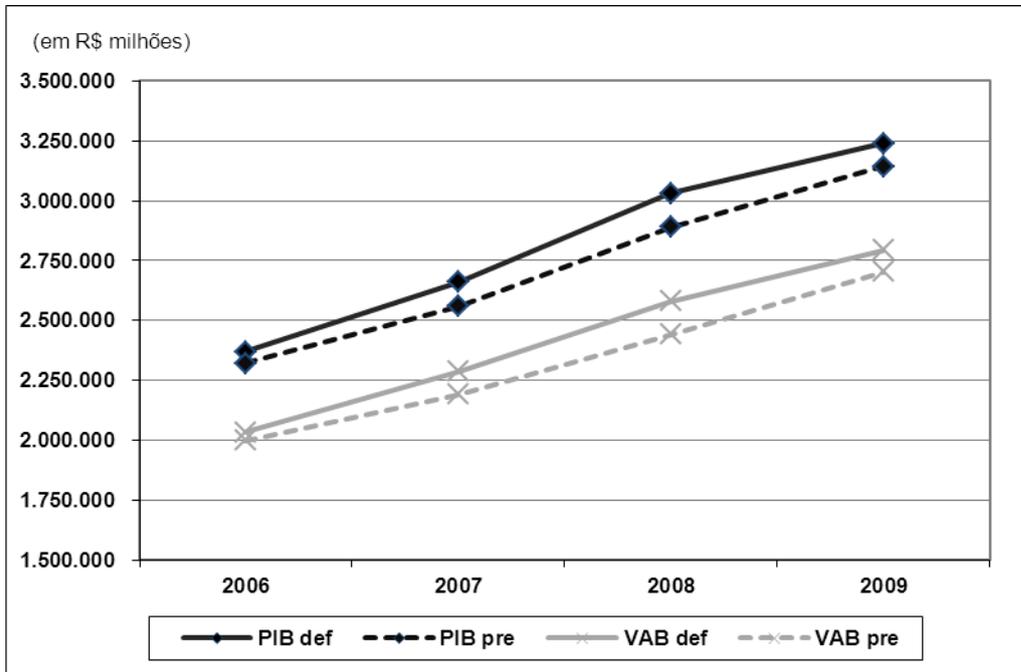
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN e SCNT/IBGE.

A comparação entre os valores correntes registrados nos sistemas definitivo e preliminar mostra que as duas formas de divulgação apresentaram, em geral, pequenas divergências em seus resultados nas três variáveis analisadas. Observou-se também que, sistematicamente, os resultados do SCN foram superiores aos do SCNT. Ademais, as maiores diferenças foram localizadas exatamente no VAB o que impacta diretamente o resultado estimado do EOB na metodologia aqui apresentada.⁷⁸

Considerando a média dos quatro anos, o VAB no SCN foi 3,7% superior ao registrado no SCNT, sendo que a maior discrepância ocorreu no ano de 2008, quando o VAB medido pelo SCN situou-se 5,4% acima do registrado na publicação trimestral. Os ILP apresentaram diferenças bastante reduzidas (média de 1,5% acima no SCN), proporcionando ao PIB uma diferença relativa intermediária e próxima à observada no VAB, de 3,4% na média do período. O Gráfico 2.7, a seguir, exhibe os resultados anuais em valor corrente das bases de dados para as duas principais variáveis, o PIB e o VAB.

⁷⁸ A diferença entre os resultados de um sistema anual e trimestral é prevista na literatura sobre o tema, conforme deixa claro o manual de contas trimestrais do FMI (FMI, 2001, cap. 2 e cap. 6). Este sugere a elaboração de um indicador de ajuste aos dados anuais (*benchmark-to-indicator ratio*) para a avaliação das diferenças entre as duas séries, consideradas anualmente. Este tipo de indicador pode contribuir para identificar necessidades de melhorias nas fontes de dados anuais e/ou trimestrais. (FMI, 2001, p. 82).

Gráfico 2.7: Comparação entre SCN e SCNT para os resultados de PIB e VAB em valor corrente – 2006/09



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados do SCN e SCNT/IBGE.

Assim, a fim de minimizar as potenciais distorções provocadas pelas discrepâncias entre SCN e SCNT, os resultados das extrapolações, que têm sua origem no SCN, devem ser harmonizados com os obtidos pela publicação trimestral. Para tanto propõe-se a aplicação de um fator de ajuste (FA) nas fórmulas de extrapolação dos componentes do VAB. O FA é, portanto, uma constante equivalente à diferença relativa média dos VAB das duas bases de dados. Sua função será ajustar os valores correntes das estimativas, reduzindo-os na mesma proporção da diferença observada entre o SCN e o SCNT, conforme indica a fórmula abaixo.

$$FA_{VAB} = (VAB^{pre} / VAB^{def})$$

Onde:

FA_{VAB} = fator de ajuste do SCN ao SCNT;

VAB^{pre} = resultado médio do VAB observado no SCNT;

VAB^{def} = resultado médio do VAB observado no SCN;

Conforme apresentado na Tabela 2.5, para os quatro anos disponíveis o resultado do VAB situou-se, na média, 3,7% abaixo na série trimestral, o que implica na aplicação de um FA de 0,963 nas fórmulas para a extrapolação dos componentes, uma vez que a extrapolação parte de dados do SCN.⁷⁹ De maneira geral, as Fórmulas (I.a e I.b), apresentadas na seção 2.3.2, para a extrapolação dos componentes passam então a incorporar este FA, sendo reescritas da seguinte maneira:

$$X_{t-1}^{est} = X_{t-2} * I_{t-1} * FA \quad (II.a);$$

$$X_t^{est} = X_{t-1}^{est} * I_t \quad (II.b);$$

Substituindo (II.a) em (II.b), tem-se:

$$X_t^{est} = X_{t-2} * I_{t-1} * FA * I_t \quad (II.c);$$

Onde:

X_{t-1}^{est} = resultado estimado para o ano $t-1$;

X_{t-2} = último resultado do SCN definitivo – com dois anos de defasagem ($t-2$);

I_{t-1} = índice escolhido para a variação do resultado no ano $t-1$;

FA = fator de ajuste do SCN ao SCNT;

X_t^{est} = resultado estimado para o ano t ;

I_t = índice escolhido para a variação do resultado no ano t .

Desta forma, com a inclusão do FA na fórmula de extrapolação dos resultados, os valores obtidos por esta metodologia de estimação, que possuem origem no SCN (conforme o componente X_{t-2} indica) tornam-se compatíveis com a divulgação trimestral. Tanto o valor corrente estimado do EOB, quanto à participação relativa deste e dos demais componentes do VAB estarão, assim, harmonizados aos resultados do SCNT.

2.4.5. Resultados dos componentes nos anos comparáveis – 2006 a 2009

⁷⁹ À medida que os resultados do SCN sejam divulgados e comparados aos do SCNT a diferença relativa média entre as bases poderá ser alterada redimensionando o FA. Note-se que o fato de se utilizar o valor corrente do VAB em ambas as séries significa que as diferenças entre as observações mais recentes possuem um peso maior na determinação do FA.

Fazendo-se as extrapolações com a inclusão do FA, introduzido na subseção anterior, os testes para a aplicação da metodologia levaram em conta as três possibilidades mencionadas no Quadro 2.8 com os índices de variação anual de cada fonte para cada componente, a saber:

- **Opção 1:** Rais (SCV) e Pnad (SSC, RMB, CS+OIP) no ano $t-1$; PME no ano t
- **Opção 2:** Pnad (SCV, SSC), PME (RMB) e Rais (CS+OIP) no ano $t-1$; PME no ano t
- **Opção 3:** Rais (SCV, CS+OIP), PME (SSC, RMB) no ano $t-1$; PME no ano t ;

Antes da apresentação dos resultados estimados para cada uma destas três opções que serão avaliadas para integrar esta proposta metodológica, é necessário apresentar os resultados observados no SCN. Estes não só são utilizados para efeitos de comparação e consequente avaliação das alternativas, mas também se constituem na origem dos resultados obtidos pelas extrapolações – representado pelo componente X_{t-2} , na fórmula II.c. Pelo mesmo motivo também são explicitados os índices anuais de variação utilizados nas três opções metodológicas. Tais informações encontram-se nas Tabelas 2.6 e 2.7, a seguir.

Tabela 2.6: Componentes do VAB publicados pelo SCN – 2004/09

Componentes (R\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Valor adicionado bruto	1.666.258	1.842.253	2.034.421	2.287.858	2.580.110	2.794.379
Remunerações	763.237	860.886	969.391	1.099.903	1.267.673	1.412.999
Salários	598.265	681.312	770.938	870.189	1.001.788	1.114.095
Salários com vínculo	517.633	590.844	676.154	766.092	887.031	993.162
Salários sem vínculo	80.632	90.468	94.784	104.097	114.757	120.933
Contribuições sociais	164.972	179.574	198.453	229.714	265.885	298.904
Rendimento misto bruto	189.254	200.859	212.919	240.717	265.652	260.424
Excedente operacional bruto	690.690	755.082	824.998	914.913	1.006.738	1.075.844
Impostos líq s/ produção e import.	298.317	330.412	362.176	405.811	491.801	490.137
Impostos liq. sobre produtos	275.240	304.986	335.063	373.486	451.754	445.025
Outros impostos liq. sobre a produção	23.077	25.426	27.113	32.325	40.047	45.112
Peso dos componentes (% no VAB)						
Remunerações	45,8	46,7	47,6	48,1	49,1	50,6
Rendimento misto bruto	11,4	10,9	10,5	10,5	10,3	9,3
Excedente operacional bruto	41,5	41,0	40,6	40,0	39,0	38,5
Impostos líq s/ produção e import.	1,4	1,4	1,3	1,4	1,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados do SCN/IBGE.

Tabela 2.7: Índices de variação por fonte segundo os componentes da renda – 2005/09

Fonte \ ano	2005	2006	2007	2008	2009
PNAD					
SCV	1,130	1,149	1,132	1,151	1,096
SSC	1,118	1,093	1,093	1,121	1,056
RCP	1,085	1,087	1,191	0,998	1,071
PME					
SCV	1,121	1,127	1,118	1,168	1,092
SSC	1,120	1,023	1,069	1,060	1,055
RCP	1,073	1,077	1,145	1,126	1,091
RAIS					
SCV	1,137	1,147	1,135	1,147	1,125

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados do SCN, Pnad, PME e Rais.

Com base nos resultados defasados em dois anos do SCN (Tabela 2.6), nos índices de variação das pesquisas disponíveis (Tabela 2.7) usados de maneira combinada de acordo com as opções de 1 a 3 elencadas acima, e ainda, nas informações de VAB do SCNT (Tabela 2.5), foram estimados os resultados em valor corrente para cada componente no período de 2006 a 2009. Estes resultados, para cada uma das três opções metodológicas, encontram-se reproduzidos na Tabela 2.8, a seguir. A última coluna indica a origem dos dados. No caso dos valores estimados, as fontes que forneceram os índices de variação encontram-se entre parêntesis respectivamente para o ano $t-1$ e t .

Tabela 2.8: Resultados estimados dos componentes no VAB para o ano *t* segundo as três opções metodológicas – 2006/09

Componentes (R\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	origem
Opção 1					
Valor adicionado bruto	1.999.627	2.190.906	2.441.054	2.702.101	SCNT
Remunerações	929.305	1.052.537	1.221.224	1.320.241	soma
Salários com vínculo	638.373	728.820	862.900	923.940	(Rais, PME)
Salários sem vínculo	88.755	101.733	105.741	118.489	(Pnad, PME)
Contribuições sociais	202.176	221.984	252.584	277.812	(Pnad, PME)
Rendimento misto bruto	212.862	240.682	274.989	252.124	(Pnad, PME)
Excedente operacional bruto	829.179	866.256	910.332	1.090.643	saldo
Outros imp. liq. s/a produção	28.281	31.431	34.508	39.093	(Pnad, PME)
Opção 2					
Valor adicionado bruto	1.999.627	2.190.906	2.441.054	2.702.101	SCNT
Remunerações	926.577	1.053.626	1.219.588	1.322.031	soma
Salários com vínculo	634.370	730.385	860.584	926.497	(Pnad, PME)
Salários sem vínculo	88.755	101.733	105.741	118.489	(Pnad, PME)
Contribuições sociais	203.452	221.509	253.263	277.045	(Rais, PME)
Rendimento misto bruto	210.504	238.593	264.398	284.618	(PME, PME)
Excedente operacional bruto	834.086	867.324	922.467	1.056.467	saldo
Outros imp. liq. s/a produção	28.460	31.364	34.601	38.985	(Rais, PME)
Opção 3					
Valor adicionado bruto	1.999.627	2.190.906	2.441.054	2.702.101	SCNT
Remunerações	930.747	1.045.607	1.219.612	1.313.077	soma
Salários com vínculo	638.373	728.820	862.900	923.940	(Rais, PME)
Salários sem vínculo	88.921	95.279	103.449	112.092	(PME, PME)
Contribuições sociais	203.452	221.509	253.263	277.045	(Rais, PME)
Rendimento misto bruto	210.504	238.593	264.398	284.618	(PME, PME)
Excedente operacional bruto	829.670	875.666	922.056	1.066.192	saldo
Outros imp. liq. s/a produção	28.706	31.041	34.988	38.214	(Rais, PME)

Fonte: Elaboração do autor.

De maneira geral pode-se notar que os resultados obtidos pelas três opções apresentaram resultados bastante semelhantes e também próximos aos registrados pelo SCN (estes na Tabela 2.6), o que denota uma boa qualidade tanto do princípio geral da metodologia quanto das fontes que forneceram os índices usados nas extrapolações. No que concerne ao peso dos componentes no VAB os resultados das três opções metodológicas situaram-se ainda mais próximos aos observados no SCN por conta do fator de ajuste que os tornam mais compatíveis com o SCNT, conforme indica a Tabela 2.9, a seguir.

Tabela 2.9: Participação relativa dos componentes no VAB: resultados do SCN e calculados segundo as três opções de estimação – 2006/09

(%)				
Componentes (% no VAB)	2006	2007	2008	2009
SCN				
Remunerações	47,6	48,1	49,1	50,6
Rendimento misto bruto	10,5	10,5	10,3	9,3
Excedente operacional bruto	40,6	40,0	39,0	38,5
Outros imp. liq. s/a produção	1,3	1,4	1,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Opção 1				
Remunerações	46,5	48,0	50,0	48,9
Rendimento misto bruto	10,6	11,0	11,3	9,3
Excedente operacional bruto	41,5	39,5	37,3	40,4
Outros imp. liq. s/a produção	1,4	1,4	1,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Opção 2				
Remunerações	46,3	48,1	50,0	48,9
Rendimento misto bruto	10,5	10,9	10,8	10,5
Excedente operacional bruto	41,7	39,6	37,8	39,1
Outros imp. liq. s/a produção	1,4	1,4	1,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Opção 3				
Remunerações	46,5	47,7	50,0	48,6
Rendimento misto bruto	10,5	10,9	10,8	10,5
Excedente operacional bruto	41,5	40,0	37,8	39,5
Outros imp. liq. s/a produção	1,4	1,4	1,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor.

A diferença em p.p. encontrada entre o peso relativo estimado de cada componente em cada uma das alternativas metodológicas e o registrado pelo SCN nos anos disponíveis seguem apresentados na Tabela 2.10. Nesta representação torna-se patente que os desvios em relação ao dado registrado pelo SCN, nas três opções, situaram-se em torno de zero. O maior desvio encontrado ocorreu na estimativa da participação relativa da remuneração na opção 3, distante 2,0 p.p. dos 50,6% verificados em 2009. O EOB da opção 1, neste mesmo ano de 2009, registrou a segunda maior diferença, situando-se 1,9 p.p. acima dos 38,5% de participação observada no SCN.

Tabela 2.10: Diferença da participação relativa no SCN e estimada segundo a opção metodológica – 2006/09

(em p.p.)

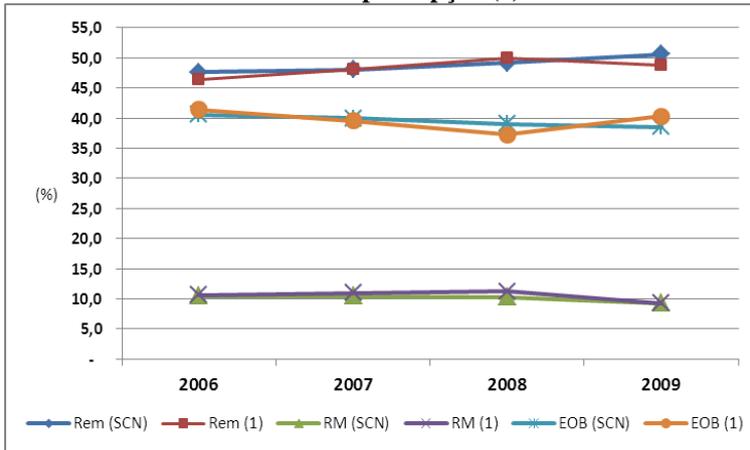
Opção / Componente	2006	2007	2008	2009	média	desv méd abs
Opção 1						
Remunerações	-1,2	0,0	0,9	-1,7	-0,5	1,0
Rendimento misto bruto	0,2	0,5	1,0	0,0	0,4	0,4
Excedente operacional bruto	0,9	-0,5	-1,7	1,9	0,1	1,2
Outros imp. liq. s/a produção	0,1	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	0,1
					soma	2,7
Opção 2						
Remunerações	-1,3	0,0	0,8	-1,6	-0,5	0,9
Rendimento misto bruto	0,1	0,4	0,5	1,2	0,5	0,5
Excedente operacional bruto	1,2	-0,4	-1,2	0,6	0,0	0,8
Outros imp. liq. s/a produção	0,1	0,0	-0,1	-0,2	0,0	0,1
					soma	2,4
Opção 3						
Remunerações	-1,1	-0,4	0,8	-2,0	-0,6	1,1
Rendimento misto bruto	0,1	0,4	0,5	1,2	0,5	0,5
Excedente operacional bruto	0,9	0,0	-1,2	1,0	0,2	0,8
Outros imp. liq. s/a produção	0,1	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	0,1
					soma	2,5

Fonte: Elaboração do autor.

Ainda em relação à Tabela 2.10, a somas dos desvios médios anuais absolutos dos quatro componentes indicaram que as três opções apresentaram resultados bastante semelhantes, em torno de 2,5 p.p. As maiores diferenças médias absolutas ficaram a cargo da remuneração, onde o desvio situou-se próximo de 1,0 p.p. nas três opções, o que atesta a qualidade das estimativas, sobretudo porque este componente possui o maior peso no VAB.

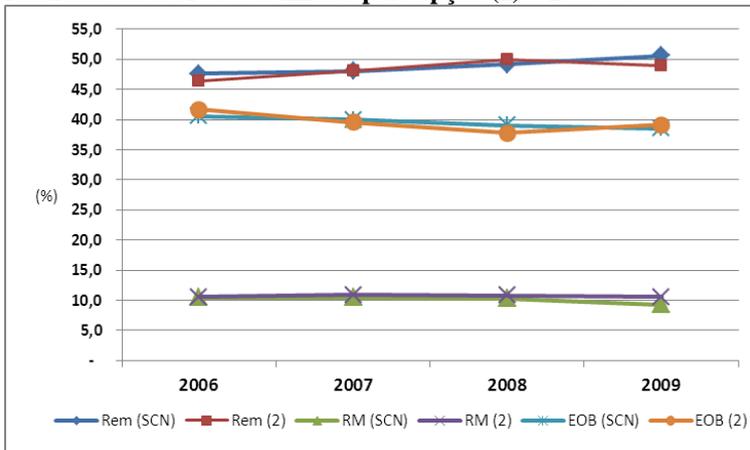
Os Gráficos 2.8 a 2.10, a seguir, mostram a comparação dos resultados de cada opção, com os observados no SCN. Esta forma de representação auxilia na percepção de como as estimativas dos componentes da renda, exibidos na Tabela 2.9, se ajustaram aos resultados observados nos quatro anos disponíveis para a comparação.

Gráfico 2.8: Comparação da participação do componente no VAB entre o resultado do SCN e o estimado pela opção (1) – 2006/09



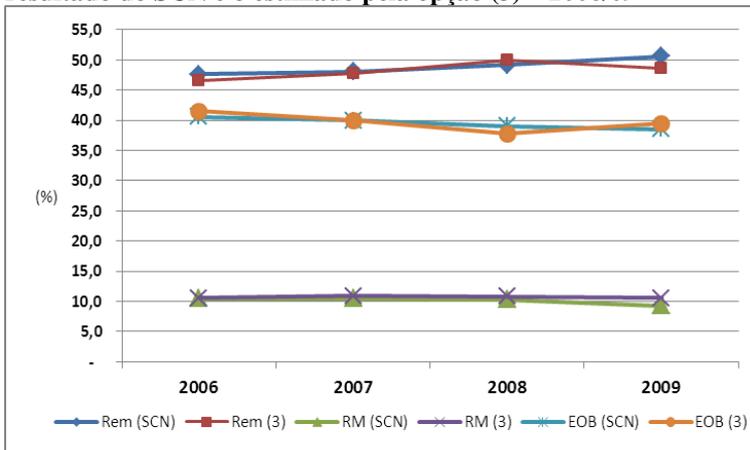
Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 2.9: Comparação da participação do componente no VAB entre o resultado do SCN e o estimado pela opção (2) – 2006/09



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 2.10: Comparação da participação do componente no VAB entre o resultado do SCN e o estimado pela opção (3) – 2006/09



Fonte: Elaboração do autor.

Embora as três opções tenham apresentado bons resultados no que se refere ao tamanho do desvio encontrado entre as estimativas e os dados do SCN, a combinação de fontes que revelou o menor desvio absoluto médio na comparação entre os pesos dos quatro componentes da renda foi a representada pela opção 2, com 2,4 p.p.. Esta alternativa considerou, para a extrapolação dos componentes da renda, o menor desvio absoluto entre os índices de variação das fontes disponíveis em relação aos resultados do SCN, para cada componente. No caso foi utilizada a Pnad para os SCV e SSC, a PME para o RMB e a Rais para as CS e os OIP, no período $t-1$.

Pode-se afirmar, no entanto, que as duas outras opções também apresentaram resultados acurados para as estimações, sendo que o erro médio absoluto obtido com a opção 3 (2,5 p.p.) foi quase idêntico ao da opção preferível, o que trouxe uma grande semelhança nas curvas dos componentes, conforme mostrado nos Gráficos 2.9 e 2.10. Sendo assim, devido à ausência da Pnad para a obtenção dos índices anuais de variação dos componentes da renda nos anos de 2010 e de 2011, a opção 3, que considera a PME e a Rais, será utilizada para as estimações nestes dois anos que ainda não possuem resultados oficiais pelo SCN definitivo do IBGE.

2.4.6. Resultados estimados dos anos 2010 e 2011

A estimação dos valores correntes dos componentes da renda é realizada, portanto, aplicando-se as fórmulas gerais II.a e II.b, para cada um dos cinco componentes com os parâmetros específicos definidos pela opção escolhida. Sendo assim, tem-se:

- **Salário com vínculo (SCV)**

$$\begin{aligned} \text{SCV}_{2010}^{\text{est}} &= \text{SCV}_{2009} * I_{2010}^{\text{Rais}} * \text{FA} \\ &= 999.162 * 1,163 * 0,963 \\ &= 1.111.351 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{SCV}_{2011}^{\text{est}} &= \text{SCV}_{2010}^{\text{est}} * I_{2011}^{\text{Pme}} \\ &= 1.111.351 * 1,151 \\ &= 1.279.158 \end{aligned}$$

- **Salário sem carteira (SSC)**

$$\begin{aligned} \text{SSC}^{\text{est}}_{2010} &= \text{SSC}_{2009} * I^{\text{Pme}}_{2010} * \text{FA} \\ &= 120.933 * 1,158 * 0,963 \\ &= 134.808 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{SSC}^{\text{est}}_{2011} &= \text{SSC}^{\text{est}}_{2010} * I^{\text{Pme}}_{2011} \\ &= 134.808 * 1,046 \\ &= 141.067 \end{aligned}$$

- **Contribuição Social (CS)**

$$\begin{aligned} \text{CS}^{\text{est}}_{2010} &= \text{CS}_{2009} * I^{\text{Rais}}_{2010} * \text{FA} \\ &= 298.904 * 1,163 * 0,963 \\ &= 334.474 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{CS}^{\text{est}}_{2011} &= \text{CS}^{\text{est}}_{2010} * I^{\text{Pme}}_{2011} \\ &= 334.474 * 1,151 \\ &= 384.978 \end{aligned}$$

- **Rendimento misto bruto (RMB)**

$$\begin{aligned} \text{RMB}^{\text{est}}_{2010} &= \text{RMB}_{2009} * I^{\text{Pme}}_{2010} * \text{FA} \\ &= 260.424 * 1,112 * 0,963 \\ &= 278.711 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{RMB}^{\text{est}}_{2011} &= \text{RMB}^{\text{est}}_{2010} * I^{\text{Pme}}_{2011} \\ &= 278.711 * 1,099 \\ &= 306.171 \end{aligned}$$

- **Outros impostos líquidos sobre a produção (OIP):**

$$\begin{aligned} \text{OIP}^{\text{est}}_{2010} &= \text{OIP}_{2009} * I^{\text{Rais}}_{2010} * \text{FA} \\ &= 45.112 * 1,163 * 0,963 \\ &= 50.480 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{OIP}^{\text{est}}_{2011} &= \text{OIP}^{\text{est}}_{2010} * I^{\text{Pme}}_{2011} \\ &= 50.480 * 1,151 \\ &= 58.103 \end{aligned}$$

Conforme definido pela metodologia os resultados de VAB, PIB e ILP são oriundos do SCNT; o EOB é o saldo restante do VAB menos os componentes estimados e as

remunerações equivalem à soma dos salários com as contribuições sociais. A Tabela 2.11, a seguir, apresenta os valores estimados dos componentes da renda para os anos 2010 e 2011, bem como a origem das estimativas realizadas.

Tabela 2.11: Resultados estimados e origem dos componentes do PIB pela ótica da renda – 2010 e 2011

(valores correntes em R\$ milhões)

Componentes	2010	2011	origem
1. Produto Interno Bruto (PIB)	3.674.964	4.143.013	SCNT
2. Valor adicionado bruto (VAB)	3.135.643	3.530.871	SCNT
3. Remunerações (Rem)	1.580.632	1.805.203	(3.1) + (3.2)
3.1. Salários (Sal)	1.246.158	1.420.225	(3.1.1) + (3.1.2)
3.1.1. Salários com vínculo (SCV)	1.111.351	1.279.158	variação SCV (Rais, PME)
3.1.2. Salários sem vínculo (SSC)	134.807	141.067	variação SSC (PME, PME)
3.2. Contribuições sociais (CS)	334.474	384.978	variação SCV (Rais, PME)
4. Rendimento misto bruto (RMB)	278.711	306.171	variação RCP (PME, PME)
5. Excedente operacional bruto (EOB)	1.225.820	1.361.394	(2) - (3) - (4) - (6)
6. Impostos líq. de subs. s/ a prod. e a import. (ILPI)	589.801	670.245	(6.1) + (6.2)
6.1. Impostos líq. s/ produtos (ILP)	539.321	612.142	SCNT
6.2. Outros impostos líq. s/ a produção (OIP)	50.480	58.103	variação SCV (Rais, PME)

Fonte: Elaboração do autor.

As participações relativas dos componentes estimados no VAB e no PIB nos dois anos considerados são mostradas na Tabela 2.12, a seguir. O Gráfico 2.11 exibe a série completa das participações relativas no PIB, desde 1995 até 2011, ou seja, a série já conhecida com os resultados definitivos obtidos pelo SCN acrescida com a projeção realizada para os dois anos finais.

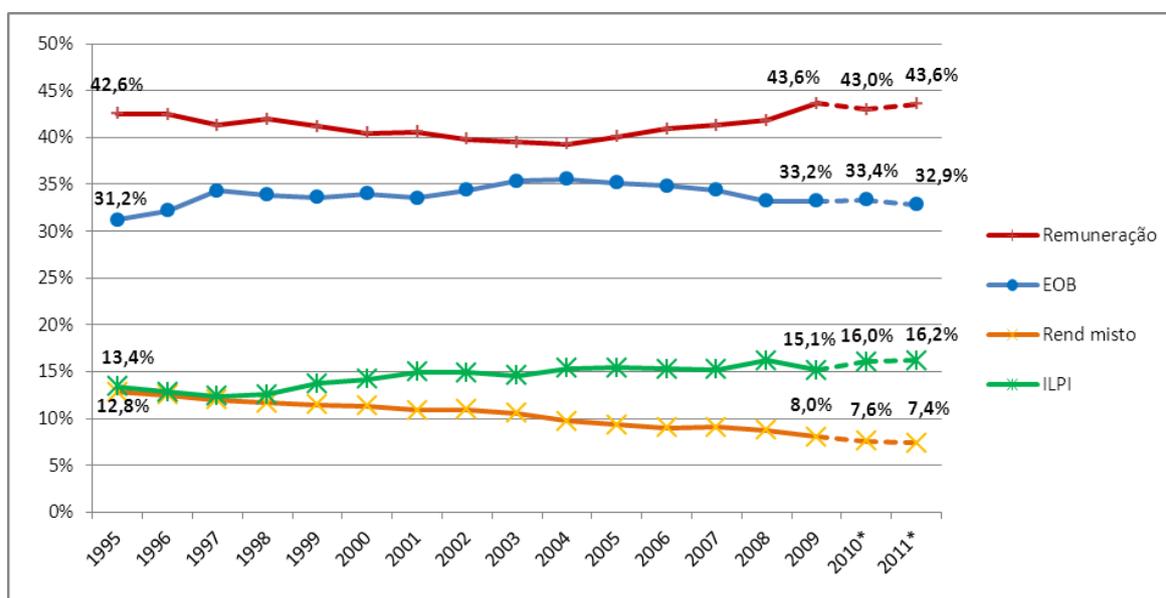
Tabela 2.12: Participação relativa estimada dos componentes do PIB pela ótica da renda no VAB e no PIB – 2010 e 2011

(em %)

Componentes	2010	2011
(em relação ao VAB)		
Remunerações (Rem)	50,4	51,1
Rendimento misto bruto (RMB)	8,9	8,7
Excedente operacional bruto (EOB)	39,1	38,6
Outros impostos líq. s/ a produção (OIP)	1,6	1,6
Total (VAB)	100,0	100,0
(em relação ao PIB)		
Remunerações (Rem)	43,0	43,6
Rendimento misto bruto (RMB)	7,6	7,4
Excedente operacional bruto (EOB)	33,4	32,9
Impostos líq. de subs. s/ a prod. e a import. (ILPI)	16,0	16,2
Total (PIB)	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 2.11: Participação relativa dos componentes do PIB pela ótica da renda – 1995/2011



* Dados estimados.

Fonte: SCN/IBGE de 1995 a 2009. Estimativas do autor em 2010 e 2011.

Com o acréscimo dos resultados estimados à série histórica oficial apresentada na seção 2.3, nota-se a indicação de estabilidade em relação aos dois principais componentes, situando-os em níveis muito próximos aos registrados em 2009, após leve alteração em 2010. Enquanto a participação das remunerações sofreu pequeno recuo em 2010 para voltar a se recuperar em 2011, com o EOB ocorreu o inverso.

Em 2010, ano em que a taxa de crescimento do PIB alcançou 7,5%, a mais alta desde 1986, pode-se dizer que todos os agentes econômicos ganharam em termos absolutos. As participações relativas mais altas do EOB e dos ILPI, em relação ao ano anterior, atestam esta conclusão para empresas e governo. O EOB recupera parte de sua participação, perdida com a redução da lucratividade verificada em 2009, e os ILPI, após a retirada das isenções fiscais, voltam a ganhar peso e retornam ao nível mais alto da série, registrado em 2008.

Apesar da oscilação negativa do peso das remunerações em 2010, os índices favoráveis do mercado de trabalho brasileiro mostram que não houve perdas para os trabalhadores naquele ano. Segundo a Rais, a massa salarial dos empregos formais cresceu 9,7% em termos reais em 2010. Dados mais recentes da PME indicam que a taxa de

desemprego continuou a declinar, atingindo, primeiramente em 2010 e depois em 2011, os níveis mais baixos da série histórica iniciada em 2002.⁸⁰ O rendimento médio, ainda segundo a PME, manteve trajetória ascendente, acumulando 7,5% de crescimento real em 2010 e 2011, percentual muito próximo ao ganho real do salário mínimo (7,4%) no biênio. Outras evidências que reforçam o momento favorável do mercado de trabalho foram os aumentos consecutivos do percentual de empregos formalizados⁸¹ e os elevados percentuais de trabalhadores sindicalizados que conseguiram reajustes acima da inflação nos dois anos em que a projeção foi realizada⁸².

O modesto crescimento do PIB registrado em 2011 (2,7%), aliado à continuidade do aquecimento no mercado de trabalho e à consequente manutenção dos ganhos salariais, a exemplo do que ocorrera em 2009, explicam a redução da participação relativa do EOB em 2011. Esta maior atratividade do mercado de trabalho e o dinamismo do setor formal podem ser apontados também como causa para a redução relativa de postos ocupados por trabalhadores autônomos e a consequente manutenção da trajetória declinante do RMB, movimento que vem ocorrendo desde 2005.

Conclusões do capítulo

Este capítulo tratou de alguns aspectos relacionados à DFR, que se refere à parcela da renda gerada destinada a recompensar os agentes econômicos de acordo com suas funções no processo produtivo. O exame da literatura recente mostra que, no Brasil, o enfoque funcional da questão distributiva é pouco explorado, sobretudo se comparado à produção que prioriza o ponto de vista pessoal da distribuição dos rendimentos. As razões apontadas para este fenômeno vão desde uma falta de interesse teórico de parte dos pesquisadores à dificuldade de se encontrar séries longas coerentes e/ou atualizadas para estudos empíricos.

Após a apresentação conceitual dos componentes do PIB pela ótica da renda procedeu-se a análise da evolução histórica de suas participações na economia brasileira no período de

⁸⁰ Após registrar 8,1% em 2009, a taxa de desocupação recuou para 6,7% em 2010 e 6,0% em 2011.

⁸¹ Utilizando-se a razão entre empregados com carteira assinada e trabalhadores do setor público sobre a população ocupada da PME, o percentual foi de 60,2%, em 2009, para 61,8%, em 2010, e 63,8%, em 2011.

⁸² Equivalente a 88,2% em 2010 e a 86,8% em 2011. Para a série completa ver Gráfico A1 no apêndice estatístico.

1995 a 2009. As remunerações e o EOB, os dois componentes de maior peso apresentaram comportamentos opostos em duas fases distintas. Em um primeiro momento, de 1995 a 2004, verificou-se a redução da participação das remunerações, ao passo que a parcela de EOB se elevou. Posteriormente, de 2005 a 2009, as remunerações elevaram-se 4,3 p.p. alcançando 43,6% do PIB, enquanto o EOB recuou 2,4 p.p., atingindo 32,9%. Os seguidos anos de crescimento econômico a partir de 2004 e a ascensão qualitativa do mercado de trabalho explicam tal comportamento. Em relação aos demais componentes, a participação dos ILPI sobre a renda assumiu, em geral, trajetória ascendente de 1995 a 2008, reduzindo-se no ano de 2009, quando os efeitos da crise internacional impactaram mais fortemente a economia brasileira. Já o RMB apresentou constante declínio ao longo do período analisado, também influenciado pela melhoria do mercado de trabalho, sobretudo a partir de 2004.

Embora a participação das remunerações tenha se recuperado nos anos finais da série e atingido seu ponto mais alto em 2009, último ano disponível pelo IBGE; em termos mundiais esta ainda pode ser considerada baixa. Em um ranking de 33 países da OECD, que inclui também Rússia, Índia e África do Sul, o Brasil ficou na 29ª posição, bem distante dos primeiros colocados – Suíça, Dinamarca e EUA – cujas participações das remunerações situaram-se em torno de 60% da renda, em 2009.

A fim de prover dados atualizados compatíveis com o SCN brasileiro, desenvolveu-se também neste capítulo uma metodologia de estimação dos componentes do PIB pela ótica da renda. Tal metodologia permite que se elimine a atual defasagem de dois anos existente entre estes e os resultados anuais das óticas da produção e da despesa obtidos pelo SCNT, disponíveis 60 dias após o término do ano de referência. Para tanto, utilizaram-se os últimos resultados oficiais da versão definitiva do SCN, resultados de PIB, VAB e ILP oriundos do SCNT e indicadores anuais das principais bases de dados que fornecem informações sobre o mundo do trabalho: Pnad, PME e Rais.

Considerando a coerência conceitual entre os indicadores e os componentes que são projetados pela metodologia, três opções de cálculo foram testadas e qualitativamente bem avaliadas, uma vez que seus resultados ficaram bastante próximos quando comparados aos registros oficiais de anos anteriores. Como a Pnad não foi a campo em 2010, para estimar este ano e o seguinte utilizaram-se indicadores originários exclusivamente da Rais e da PME, de forma a completar as séries de componentes da renda até 2011. Os resultados mostraram manutenção da tendência de recuperação das remunerações, que voltou ao ponto mais elevado

de 2009; pequena queda, em termos relativos, do EOB; continuidade do declínio do RMB; e recuperação dos ILPI, devido à suspensão das desonerações tributárias concedidas em 2009.

A análise dos resultados oficiais complementados com as projeções dos dois anos finais confirmou que, a partir de 2004, a melhora no mercado de trabalho brasileiro ainda que não acompanhada de crescimento relevante do PIB – como em 2009 e 2011 – permitiu que a participação das remunerações se mantivesse elevada (para os padrões do país). As condições da economia brasileira nestes anos, em que se destacaram aumento contínuo do crédito, redução das taxas de juros, expansão do ganho real do salário mínimo e dos rendimentos médios do trabalho, aumento da formalização das ocupações e declínio da taxa de desemprego foram determinantes para estes resultados.

Neste contexto, o EOB ganhou participação no ano de maior crescimento do PIB (7,5%, em 2010) e os menores crescimentos relativos deste agregado nos anos de 2009 (-0,3%) e 2011 (2,7%) afetaram negativamente a parcela destinada ao rendimento do capital. A perda relativa de lucratividade com a redução da demanda por bens e serviços produzidos internamente contribuiu para este declínio. Os ILSP voltaram a ganhar participação com a retirada das isenções fiscais em 2010. O RMB, por sua vez, continuou a perder participação por conta do dinamismo do mercado de trabalho e do aumento das ocupações com vínculo formal de trabalho, assunto tratado com mais detalhes no próximo capítulo.

Apêndice estatístico

Tabela A1: Componentes do PIB pela ótica da renda em valor corrente - 1995/2009

(em R\$ milhões)					
Componentes	PIB	Rem	RMB	EOB	ILPI
1995	705.641	300.381	90.379	220.222	94.658
1996	843.966	358.726	105.322	271.811	108.107
1997	939.147	387.699	112.801	322.321	116.326
1998	979.276	411.005	114.036	331.377	122.858
1999	1.065.000	438.501	122.368	358.217	145.913
2000	1.179.482	477.334	133.998	401.180	166.970
2001	1.302.136	528.389	142.038	436.974	194.735
2002	1.477.822	588.474	161.528	507.824	219.996
2003	1.699.948	671.872	180.060	600.576	247.440
2004	1.941.498	763.237	189.254	690.690	298.317
2005	2.147.239	860.886	200.859	755.082	330.412
2006	2.369.484	969.391	212.919	824.998	362.176
2007	2.661.344	1.099.903	240.717	914.913	405.811
2008	3.031.864	1.267.673	265.652	1.006.738	491.801
2009	3.239.404	1.412.999	260.424	1.075.844	490.137

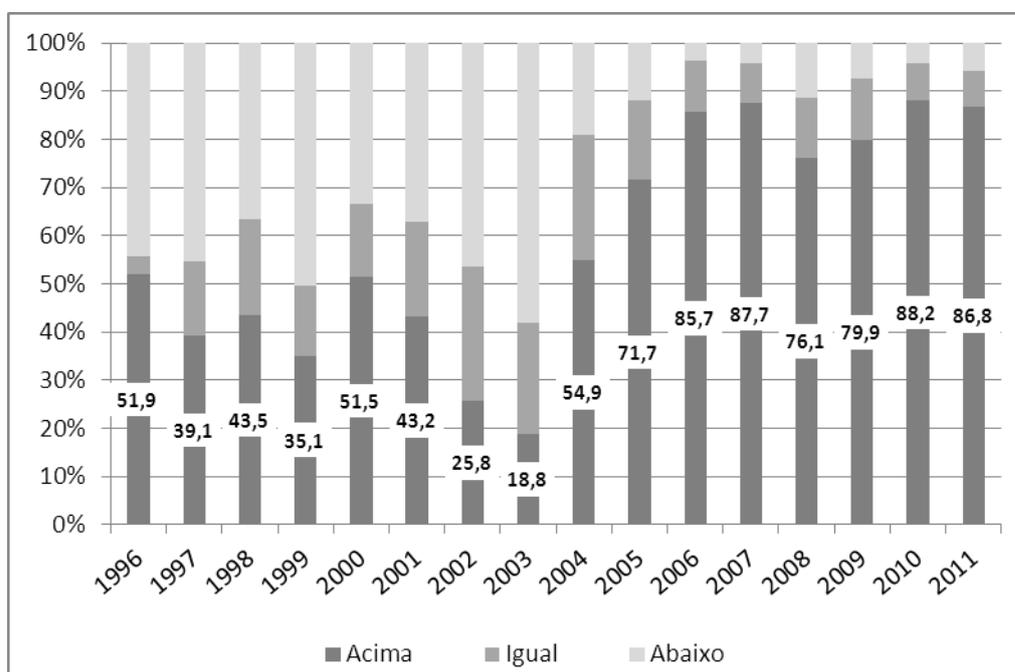
Fonte: SCN/IBGE.

Tabela A2: Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda - 1995/2009

(em %)					
Componentes	Total	Rem	RMB	EOB	ILPI
1995	100	42,6	12,8	31,2	13,4
1996	100	42,5	12,5	32,2	12,8
1997	100	41,3	12,0	34,3	12,4
1998	100	42,0	11,6	33,8	12,5
1999	100	41,2	11,5	33,6	13,7
2000	100	40,5	11,4	34,0	14,2
2001	100	40,6	10,9	33,6	15,0
2002	100	39,8	10,9	34,4	14,9
2003	100	39,5	10,6	35,3	14,6
2004	100	39,3	9,7	35,6	15,4
2005	100	40,1	9,4	35,2	15,4
2006	100	40,9	9,0	34,8	15,3
2007	100	41,3	9,0	34,4	15,2
2008	100	41,8	8,8	33,2	16,2
2009	100	43,6	8,0	33,2	15,1

Fonte: SCN/IBGE.

Gráfico A1: Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC/IBGE - Brasil, 1996-2011



Fonte: SAS/DIEESE (Sistema de Acompanhamento de Salários).

Tabela A3: Participação do valor corrente das exportações e das importações no PIB - 1995/2009

(em % do PIB)

Ano \ compon.	Exportação	Importação
1995	7,3	8,8
1996	6,6	8,4
1997	6,8	9,0
1998	6,9	8,9
1999	9,4	10,8
2000	10,0	11,7
2001	12,2	13,5
2002	14,1	12,6
2003	15,0	12,1
2004	16,4	12,5
2005	15,1	11,5
2006	14,4	11,5
2007	13,4	11,8
2008	13,7	13,5
2009	11,0	11,1

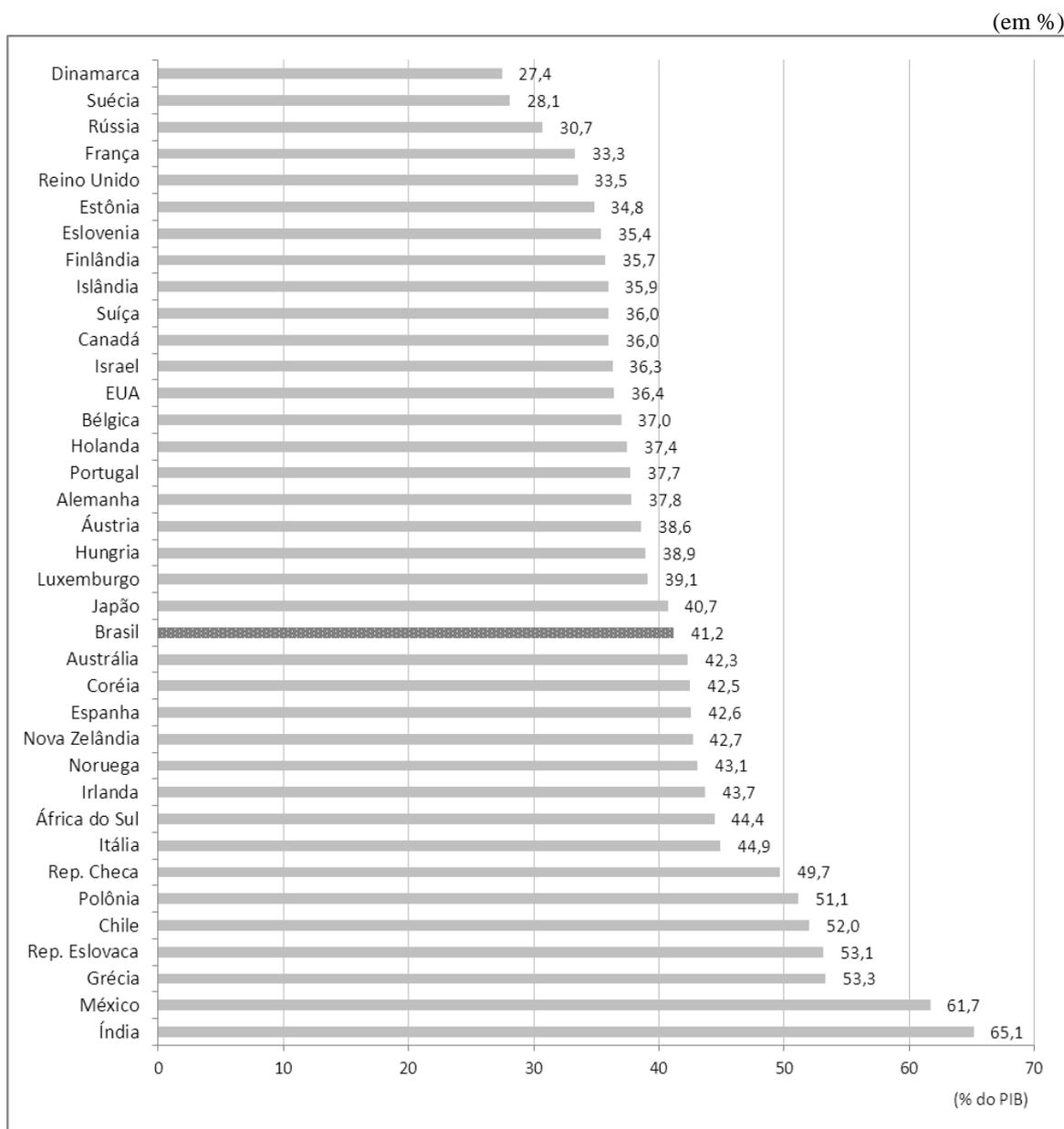
Fonte: SCN/IBGE.

Tabela A4: Participação dos tributos que compõem os ILPI no PIB – 2000/2009

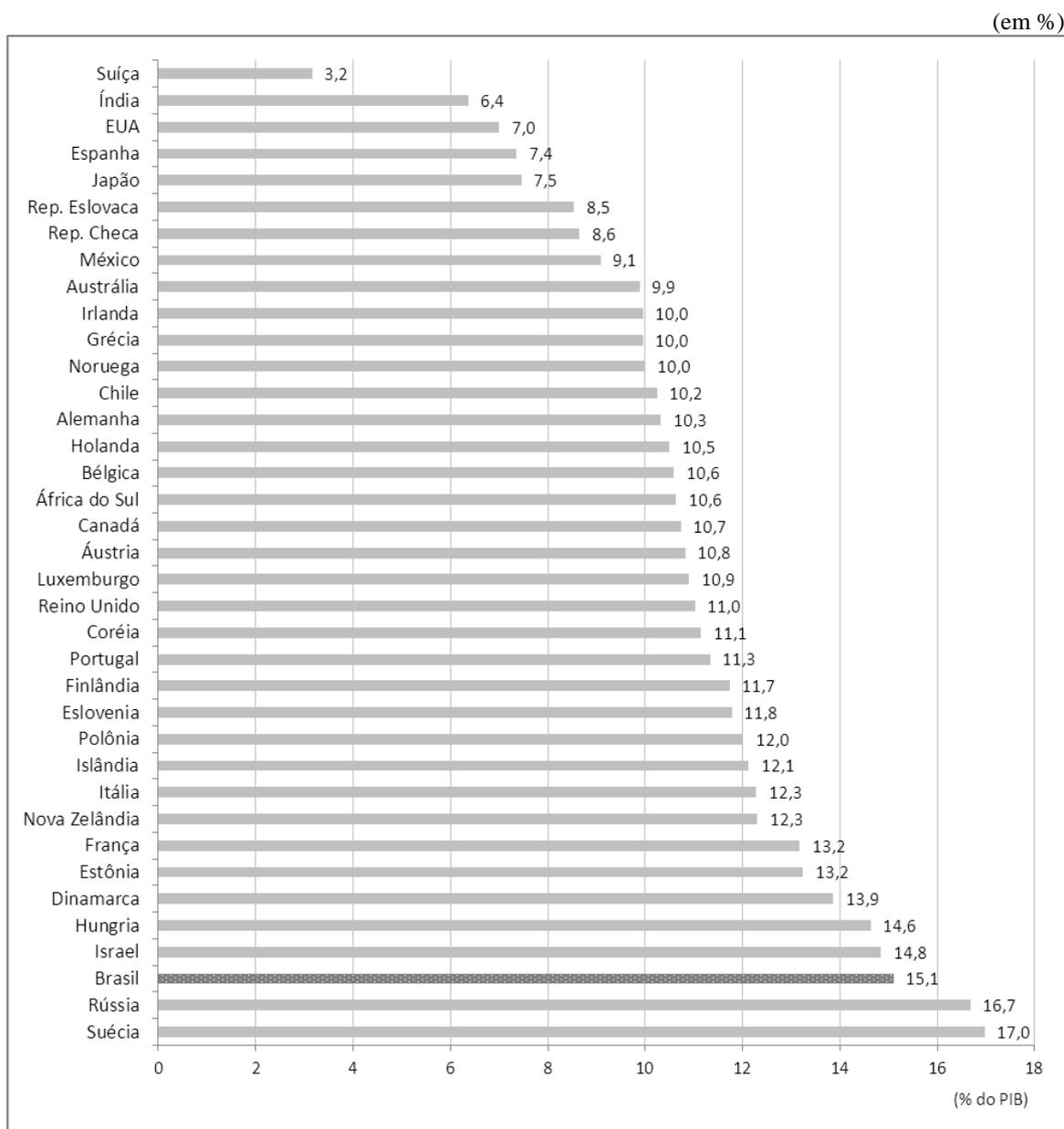
(em %)

Tributo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Impostos sobre produtos (ILP)	13,7	14,3	13,9	13,5	14,2	14,3	14,2	14,1	14,9	13,8
Impostos sobre o valor adicionado	8,4	8,6	8,3	8,0	8,2	8,3	8,4	8,1	8,4	7,9
IPI	1,5	1,5	1,3	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	0,9
ICMS	6,9	7,2	7,0	7,0	7,1	7,2	7,2	6,9	7,2	7,0
Imposto sobre importação	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,6	0,5
Outros impostos sobre produtos	4,6	5,0	5,1	5,0	5,6	5,6	5,4	5,5	5,9	5,5
Imp. s/ oper. de crédito, câmbio e seguro - IOF	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,7	0,6
Imposto sobre serviços	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
Contr. para financ. da seg. social - COFINS	3,3	3,5	3,5	3,4	4,0	4,0	3,8	3,8	3,9	3,6
Contr. relativa a ativ. de import. e comercial.	0,3	0,3	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2
Demais	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3
Outros impostos ligados à produção (OIP)	1,0	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5
Impostos sobre a folha de pagamento	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Contribuição do salário-educação	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Contribuição para Sesi, Sesc, Senai e Senac	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
Demais	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros impostos e taxas sobre a produção	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,9
Taxa de fiscalização das telecomunicações	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxa de vigilância sanitária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa fiscal. de serviço de energia elétrica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa de poder de polícia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxa de prestação de serviços	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Outras contribuições sociais	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Outras contribuições econômicas	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Total (ILPI)	14,8	15,4	15,1	14,8	15,5	15,6	15,5	15,5	16,3	15,3

Fonte: SCN/IBGE.

Gráfico A2: Participação no PIB da soma EOB e RMB em países selecionados – 2009

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE e da OECD.

Gráfico A3: Participação dos ILPI no PIB em países selecionados – 2009

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE e da OECD.

Tabela A5: Pnad: Valor corrente e variação mensal da massa de rendimento médio por posição na ocupação - 2001/10

ano	Massa de rendimento nominal (em R\$ milhões)			Variação anual (em not. unit.)		
	c/ vinc.	s/ cart.	conta propr.	c/ vinc.	s/ cart.	conta propr.
2001	18.608	4.747	7.968			
2002	20.704	5.307	8.526	1,113	1,118	1,070
2003	23.211	5.501	9.542	1,121	1,036	1,119
2004	26.167	6.414	10.361	1,127	1,166	1,086
2005	29.557	7.169	11.237	1,130	1,118	1,085
2006	33.961	7.832	12.212	1,149	1,093	1,087
2007	38.433	8.561	14.549	1,132	1,093	1,191
2008	44.222	9.595	14.515	1,151	1,121	0,998
2009	48.473	10.129	15.542	1,096	1,056	1,071

Fonte: Pnad/IBGE.

Comentário: A massa de rendimento equivale ao valor do rendimento médio mensal vezes o número de empregados de 10 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência. A categoria “com vínculo” inclui os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares e os funcionários públicos. Dados obtidos do Sidra/IBGE, disponível em: www.ibge.gov.br. Tabelas 1907 e 1917.

Tabela A6: PME: Valor e variação anual da massa de rendimento efetivo nominal por posição na ocupação - 2003/11

ano	Massa de rendimento nominal (em R\$ milhões)			Variação anual (em not. unit.)		
	c/ vinc.	s/ cart.	conta propr.	c/ vinc.	s/ cart.	conta propr.
2003	99.518	18.287	28.745			
2004	107.393	20.572	32.308	1,079	1,125	1,124
2005	120.350	23.036	34.652	1,121	1,120	1,073
2006	135.652	23.570	37.334	1,127	1,023	1,077
2007	151.622	25.204	42.763	1,118	1,069	1,145
2008	177.156	26.725	48.163	1,168	1,060	1,126
2009	193.450	28.196	52.529	1,092	1,055	1,091
2010	221.119	32.654	58.404	1,143	1,158	1,112
2011	254.506	34.170	64.159	1,151	1,046	1,099

Fonte: PME/IBGE.

Comentário: A massa de rendimento equivale ao valor do rendimento médio nominal efetivamente recebido vezes o número de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade no trabalho principal no mês de referência, de jan. a dez. A categoria “com vínculo” inclui os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares e os funcionários públicos. Dados obtidos da série histórica da PME, disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm; Tabelas 46, 94, 96, 101, 118, 119, 120, 121.

Tabela A7: Rais: Valor corrente da massa salarial mensal média no ano e variação anual das ocupações com vínculo - 2000/10

ano	valor corrente (em R\$ milhões)	Varição anual (em %)
2000	19.161	
2001	21.544	1,124
2002	24.294	1,128
2003	27.332	1,125
2004	31.549	1,154
2005	35.862	1,137
2006	41.117	1,147
2007	46.657	1,135
2008	53.535	1,147
2009	60.213	1,125
2010	69.999	1,163

Fonte: Rais/MTE.

Comentário: A massa de remuneração equivale ao valor da remuneração nominal média mensal vezes o número vínculos empregatícios ativos no ano de referência. As ocupações com vínculo incluem os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares e os funcionários públicos. Dados obtidos do anuário estatístico da Rais/MTE, disponível em www.mte.gov.br.

Capítulo 3 - A economia não observada e o setor informal no âmbito do SCN do Brasil

Introdução

A cobertura completa da produção econômica em um país é extremamente importante para assegurar uma boa qualidade das informações prestadas pelo SCN e, conseqüentemente, para que este cumpra sua função de representar quantitativamente a atividade econômica de uma determinada realidade histórica, configurando-se em um dos principais instrumentos para o planejamento econômico. Para garantir esta cobertura completa, ou exaustiva – termo utilizado na literatura, um trabalho específico é requerido devido às dificuldades de se contabilizar certos tipos de atividades que não podem ser captadas diretamente pelo sistema regular de estatística. A este grupo de atividades convencionou-se chamar de Economia Não Observada (ENO).

A ENO é composta por atividades produtivas realizadas pelas famílias informalmente ou para o uso próprio, atividades que são deliberadamente subdeclaradas pelos produtores, atividades ilegais, e ainda, as estatisticamente subcobertas. O propósito de um sistema estatístico nacional é assegurar, tanto quanto possível, que as atividades produtivas, observadas ou não, sejam apropriadamente contabilizadas e incluídas nos resultados das contas nacionais. Assim, no âmbito do SCN, a economia *não observada* não deve ser confundida com a economia *não mensurada*.

Além da discussão conceitual em relação à ENO e da apresentação geral dos principais métodos utilizados para se buscar a exaustividade da cobertura econômica, também é objetivo deste capítulo tratar especificamente da produção das famílias e da economia informal, uma vez que as atividades produtivas desempenhadas por estes setores possuem larga interseção com a ENO. A relevância de se tratar deste tema deve-se também ao fato destas atividades constituírem-se importante fonte de trabalho e de rendimentos para um grande número de pessoas nas economias dos países em desenvolvimento.

A obtenção e a análise de componentes da produção das famílias, como a produção informal e a produção para o próprio uso, tornou-se possível para o caso brasileiro devido aos

avanços no sistema estatístico do país, que culminou com a divulgação da nova série do SCN. Conforme tratado no Capítulo 1 desta tese⁸³, a série 2000 permitiu o aperfeiçoamento de diversos indicadores como os índices de volume e de preço; a melhora na contabilização do fator trabalho, com o uso do número de ocupações em vez de pessoas ocupadas; e, principalmente, para o tema deste capítulo, a melhor delimitação do setor institucional famílias.

As melhorias obtidas na mensuração do setor famílias, com a identificação e a desagregação das ISFLSF e a transferência da agricultura empresarial e das microempresas para o setor institucional empresas tornaram possível aperfeiçoar a análise de suas subdivisões, como a produção para o próprio uso e a produção informal. Assim, além da já existente separação conceitual entre estes setores, também se tornou viável a separação de seus resultados na base de dados do SCN do Brasil, para o período disponível desta série, que vigora de 2000 a 2009.

O capítulo encontra-se dividido em mais três seções além desta introdução. A seção 3.1 trata das causas da existência da ENO, seu significado e os métodos de estimação utilizados para que ela seja incorporada ao SCN. Ao final desta primeira seção elabora-se uma estimativa de seus resultados para o Brasil. Na seção 3.2, são apresentadas as concepções teóricas do setor informal e do emprego informal no âmbito das discussões na OIT, e como os conceitos de setor de produção e emprego podem ser tratados utilizando o SCN do Brasil. Fundamentando-se nesta construção, a seção 3.3 apresenta a análise dos resultados referentes ao valor adicionado e ao emprego para a economia brasileira. O resumo e as conclusões constam da última seção.

3.1. A Economia não Observada (ENO)

O sistema estatístico nacional é composto por todas as organizações e unidades de um país que conjuntamente coletam, processam e disseminam as estatísticas oficiais.⁸⁴ As distintas instituições fornecem dados econômicos básicos de diversas fontes, como pesquisas econômicas ou domiciliares, censos populacionais, registros administrativos, registros fiscais,

⁸³ Seção 1.3.1: A série atual do SCN – referência 2000.

⁸⁴ A principal instituição deste conjunto é o instituto oficial de estatística. No caso do Brasil cabe ao IBGE este papel.

balanços contábeis, entre outros. Esta infraestrutura estatística e os procedimentos de pesquisa que coletam e processam estes dados são denominados “programa de compilação de dados básicos”⁸⁵. Posteriormente estas informações são fornecidas à área de contas nacionais para serem apropriadamente transformadas nos conceitos do SCN e em seguida utilizadas em seus cálculos.⁸⁶

Embora em geral bastante numerosas e de diversas naturezas (social, econômica ou administrativa) e variando também de acordo com a unidade de investigação (empresa, estabelecimento, unidade local ou domicílio), as fontes de dados regulares que alimentam o sistema estatístico nacional estão sujeitas, em maior ou menor grau, ao que ficou denominado na literatura como estatística subterrânea, ou seja, às deficiências no programa de compilação de dados básicos⁸⁷, constituindo-se nas razões para a existência da ENO nos SCN dos países. Estas deficiências estão associadas a três tipos de natureza:

- i) a subcobertura de unidades de interesse – quando unidades produtivas, ou partes delas, não estão incluídas no programa de compilação de dados básicos;
- ii) a não-resposta por parte das unidades informantes – as unidades estão representadas no universo da pesquisa mas não há dados coletados para elas e a imputação de resultados para as observações ausentes não é adequadamente realizada;
- iii) a subdeclaração por parte das unidades informantes – os dados são obtidos a partir das unidades produtivas, mas a informação foi ocultada, ou declarada parcialmente, de maneira deliberada pelo entrevistado; ou ainda, os dados recebidos foram corretos mas registrados ou ponderados equivocadamente pelo órgão compilador.

Tais deficiências, passíveis de ocorrerem em qualquer sistema nacional de estatística, mostram a necessidade de melhorias contínuas nos programas de compilação de dados básicos, que, entre outras vantagens, objetivam reduzir a ocorrência da ENO, garantindo a inclusão das informações na maior extensão possível.

⁸⁵ Do inglês, *basic data collection programme* (OECD, 2002).

⁸⁶ Sobre o sistema estatístico nacional e as diversas fontes que formam as estatísticas econômicas integradas, bem como a centralidade do SCN como elemento organizador deste processo ver Unece (2011).

⁸⁷ Em inglês, *deficiencies in the basic data collection programme (statistical underground)* Eurostat, (2010, p. 99).

O tema da ENO, de desenvolvimento recente, tem recebido atenção de organismos internacionais, dos quais se destacam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o FMI e a Comissão de Estatísticas Econômicas para a União Europeia (Unece). Tais instituições têm desenvolvido ações no sentido de promover uma harmonização conceitual em torno do tema e de apresentar métodos padronizados de mensuração para serem aplicados pelos diversos países.

Em 1993, a Unece divulgou um trabalho pioneiro⁸⁸ em que tratou da contribuição de nove países sobre práticas de estimação de atividades da economia informal e subdeclarada para as Contas Nacionais. Este debate prosseguiu e um segundo levantamento foi realizado em 2001 pela mesma entidade, desta vez com 29 países membros.⁸⁹ Tal publicação contribuiu para a elaboração do Manual da OECD para a ENO⁹⁰, que teve como principal objetivo prover um guia padronizado com a convergência de opinião entre estatísticos e especialistas no tema sobre quais se constituem as melhores práticas para a completa estimação do PIB considerando as atividades não observadas coerentemente com o enfoque das contas nacionais.

Após a difusão de parte do conhecimento registrado no Manual da OECD, a Unece realizou, em 2008, um terceiro levantamento sobre as práticas de 43 países em relação ao tratamento da ENO.⁹¹ Neste trabalho, os objetivos foram apresentar um inventário das práticas correntes de estimação da ENO nos distintos países, prover uma plataforma para a comparação das diferentes abordagens utilizadas e apresentar uma referência para os países que desejam ampliar seus esforços para a estimação exaustiva do PIB, levando em conta as atividades observadas e não observadas em seu cálculo.⁹²

Este investimento contínuo na investigação e na disseminação do conhecimento em relação ao tratamento da ENO endossa a necessidade de se reconhecer a existência deste fenômeno nas economias nacionais. Embora não declarada, a ENO deve ser mensurada e incorporada ao SCN com a finalidade de agregar qualidade e utilidade às contas nacionais em geral, e a seus principais agregados, como o PIB e a renda nacional, em particular. Ademais, a relevância de se estudar o tema está também no fato deste se constituir uma fonte de

⁸⁸ UNECE (1993).

⁸⁹ UNECE (2003).

⁹⁰ OECD (2002).

⁹¹ UNECE (2008a).

⁹² UNECE (2008a, p.1).

oportunidades de trabalho e renda para um grande número de pessoas conforme denota o alto peso da economia informal em um conjunto de países, sobretudo nas economias em desenvolvimento.

A busca pela completa mensuração da renda nacional é de extrema importância, sobretudo quando são consideradas as importantes decisões derivadas deste indicador. Uma subavaliação da renda nacional implica em dificuldades para usuários e também para os responsáveis pela elaboração das contas nacionais. Para estes, a avaliação equivocada causa desequilíbrios internos na consistência do sistema, uma vez que algumas transações econômicas podem estar sendo mensuradas enquanto outras não.

Para os usuários do SCN, a deficiência na cobertura econômica causa problemas não só em termos de valor – um PIB subestimado, por exemplo; mas também de tendência, que reflete em imprecisas taxas de crescimento da economia. Isto ocorre porque o segmento não observado usualmente apresenta variação distinta, quando não inversa, do segmento observado. Por exemplo, é razoável supor que a produção realizada pelas famílias tenha uma variação inversa à evolução do restante da economia. Em períodos de crescimento, a produção informal e de bens para o próprio uso tenderiam a aumentar menos rapidamente que a produção formal, pois a força de trabalho encontra melhores oportunidades de emprego nas unidades formais da economia, que apresentam crescimento. Tal fenômeno ocorreu no Brasil após o ciclo de crescimento econômico iniciado em 2004 que tornou o perfil da economia nacional mais formalizado nos anos seguintes. Por sua vez, na década de 1990, em que se registrou um baixo crescimento do PIB e uma maior taxa de desemprego, o setor informal ganhou participação na economia brasileira.⁹³

Além dos efeitos do dinamismo econômico, as alterações no arcabouço legal/institucional vigente no país também devem implicar em consequências sobre a ENO. Por exemplo, uma alteração na legislação tributária ou nas condições de acesso ao crédito para as microempresas deverá exercer um impacto significativo na inclusão das unidades produtivas no setor formal. Assim, é seguro afirmar que os resultados, a extensão e a estrutura da parte não observada da economia variem consideravelmente entre os países e sejam dependentes, não só de aspectos como o alcance do sistema nacional de estatística, mas

⁹³ A seção 3.3 deste capítulo, a seguir, trata destes resultados nos anos 2000.

também, do estágio de desenvolvimento da economia, da legislação vigente e da organização da sociedade.

No contexto internacional é natural que a ENO apresente maior peso nos países em desenvolvimento em relação aos países mais desenvolvidos por causa da maior informalidade e da menor fiscalização relativas. A cobertura do sistema nacional de estatística, que tende a ser maior nos países mais desenvolvidos, também explica a menor parcela de ENO verificada nestes.

3.1.1. A articulação entre a Fronteira de Produção e a ENO

Conforme apresentado no Capítulo 1, a origem do circuito econômico representado pelo SCN fundamenta-se no conceito de atividade produtiva⁹⁴. As regras que determinam o que deve ser incluído ou não como produção definem a *fronteira de produção* do SCN. Esta, por sua vez, determina o escopo da maioria das transações nas contas nacionais, a começar pelo que deve ser considerado como produto. Como para o SCN, somente são reconhecidos os usos de bens e serviços produzidos, a fronteira da produção determina também o âmbito do consumo intermediário, e, portanto, do valor adicionado – que é a diferença entre a produção e o consumo intermediário. Pela mesma razão, a fronteira da produção define também o que deve ser incluído como consumo das famílias e outros usos finais. Ademais, como o SCN reconhece apenas as rendas geradas no processo produtivo, a fronteira da produção também atribui o que deve ser incluído como rendimento, e conseqüentemente como poupança, a diferença entre a renda disponível e o consumo final, e a capacidade ou a necessidade de financiamento, o saldo das contas correntes e de capital no SCN.

Dessa forma, para o entendimento da ENO parte-se do pressuposto de que toda a produção de bens e serviços que esteja dentro da fronteira da produção deve ser considerada para os cálculos das variáveis das contas nacionais. Esta tem seus limites definidos, segundo o SNA-2008, como toda a produção destinada ao mercado, quer à venda ou à permuta. Inclui ainda os bens e serviços fornecidos gratuitamente às famílias ou à comunidade pelos serviços da administração pública ou pelas ISFLSF; bem como algumas atividades realizadas pelas famílias para o próprio uso. (UN, 2009, par. 1.40).

⁹⁴ Seção 1.2.1: A lógica do SCN – o circuito econômico.

De tempos em tempos as definições conceituais para a elaboração dos SCN sofrem modificações referendadas no âmbito de organismos internacionais por representantes dos diversos países em comitês estatísticos ou de contas nacionais. Estas alterações representam, na medida do possível, as mudanças nas economias e nas sociedades e são também influenciadas pelas ideologias que assumem posições hegemônicas em determinados períodos históricos, passando a incorporar as metodologias do SCN. Para mencionar o período mais recente, a definição do escopo da fronteira de produção registrou, com a publicação do SNA-1993, uma pequena alteração em relação à versão de 1968⁹⁵, ampliando o limite de produção para as atividades de produção familiar, que incluiu a produção de todos os serviços, exceto os considerados para o uso final, que não os serviços de proprietários residentes (aluguel imputado) e aqueles produzidos pelo emprego de pessoal doméstico remunerado.

Em que pese este aumento dos limites da produção em relação à versão de 1968, a produção de serviços pelas famílias para consumo final próprio, tais como preparo de refeições, educação e cuidados com crianças, limpeza, reparação e manutenção dos bens duráveis de consumo e da habitação, permaneceu fora do SCN desde a sua primeira edição até hoje. A explicação para a exclusão dos serviços domésticos e pessoais não remunerados é que estas modalidades de produção dentro das famílias são atividades autônomas, de difícil atribuição de valor e de impacto muito restrito na economia. Sendo assim, no quadro central do sistema, nenhum valor é registrado para estes serviços. Diferentemente da produção de bens para o próprio consumo, não há preços de mercado que poderiam ser satisfatoriamente utilizados para valorar tais serviços. Ademais haveria uma repercussão limitada no resto da economia que traria mais desvantagens do que benefícios ao utilizar este conjunto de dados para fins analíticos ou de proposições políticas. Segundo o SNA-1993:

The 1993 SNA explains that in the central framework no values are recorded for unpaid domestic or personal services produced within households because the production of such services within households is a self-contained activity with limited repercussions on the rest of the economy, there are typically no prices that can be satisfactorily used to value such services, and the estimated values would not be equivalent to monetary values for analytic or policy purposes. (UN, 1993, p. 653).

⁹⁵ UN (1993, p. 653).

Outro argumento que reforça a exclusão dos serviços pessoais e domésticos não remunerados é que, de acordo com diretivas da OIT, as pessoas economicamente ativas são aquelas que estão envolvidas em atividades produtivas, tal como estas são entendidas pelo SCN. Se os limites desta produção fossem alargados de forma a incluir a produção dos serviços pessoais e domésticos pelos membros das famílias para consumo próprio, o desemprego seria, por definição, virtualmente inexistente, tornando o uso deste conceito sem relevância para a maioria dos usuários (UN, 1993, p.6):

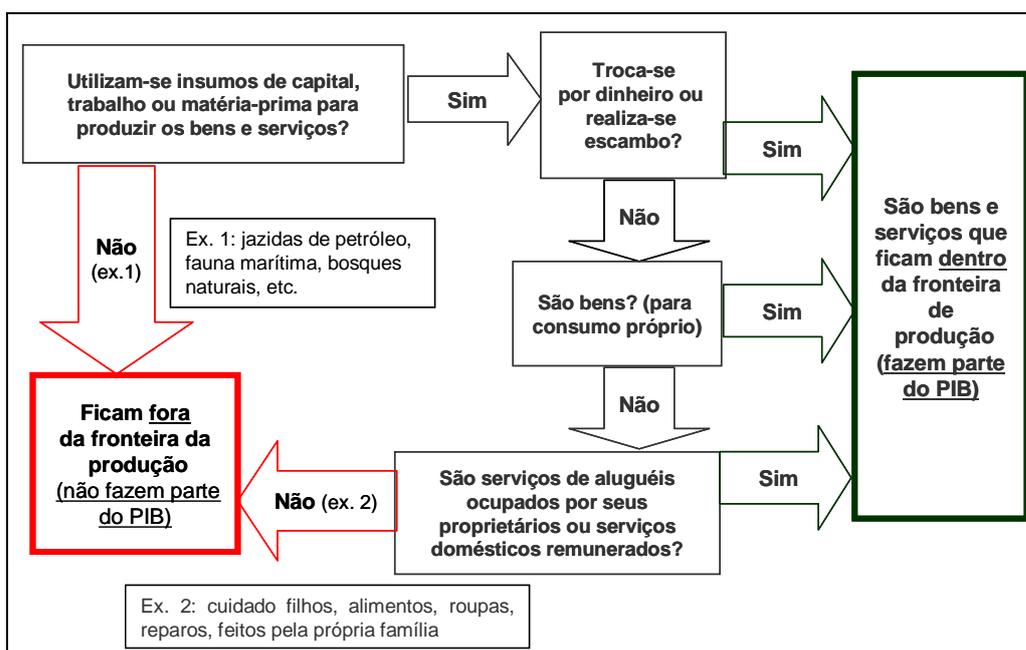
The location of the production boundary in the System is a compromise, but a deliberate one that takes account of the needs of most users. In this context it may be noted that in labour force statistics economically active persons are defined as those engaged in productive activities as defined in the SNA. **If the production boundary were extended to include the production of personal and domestic services by members of households for their own final consumption, all persons engaged in such activities would become self-employed, making unemployment virtually impossible by definition.** This illustrates the need to confine the production boundary in the SNA and other related statistical systems to market activities or fairly close substitutes for market activities (UN, 1993, p.6 – grifo do autor).

Entretanto, o SNA-93 admite e até sugere que em contas satélites um conceito alternativo de PIB possa ser elaborado tendo como base um limite de produção ampliado, que inclua as estimativas para a produção doméstica de serviços para uso próprio.⁹⁶

A Figura 3.1, abaixo, mostra um fluxograma que por meio de quatro perguntas diretas (sim ou não) e alguns exemplos esclarece se as atividades desempenhadas estão ou não presentes na fronteira da produção do SCN, sob os critérios definidos no SNA-93 e mantidos na revisão do manual, o SNA-2008. Como será mostrado na seção seguinte, as atividades que formam a ENO estão consideradas na fronteira de produção do sistema.

⁹⁶ Um estudo neste sentido envolvendo a economia brasileira é Melo *et alli* (2005).

Figura 3.1: Fronteira de Produção segundo o SCN



Fonte: Elaboração do autor baseada no SNA-2008 e Blades *and* Roberts (2002).

Embora tenha se mantido praticamente a mesma desde o SNA-93, a definição de fronteira de produção sofreu algumas pequenas modificações na versão de 2008 do manual. Tais modificações dizem respeito a itens pontuais, como em relação à mudança de classificação da atividade de Pesquisa e desenvolvimento (P&D), que deixou de ser considerada auxiliar e passou à principal, ao refinamento no método de cálculo dos Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (Sifim) e, à definição mais clara da produção dos bancos centrais. Ainda em relação às atividades financeiras, houve também modificações no âmbito do registro da produção de serviços de seguros e da atividade de resseguro.⁹⁷

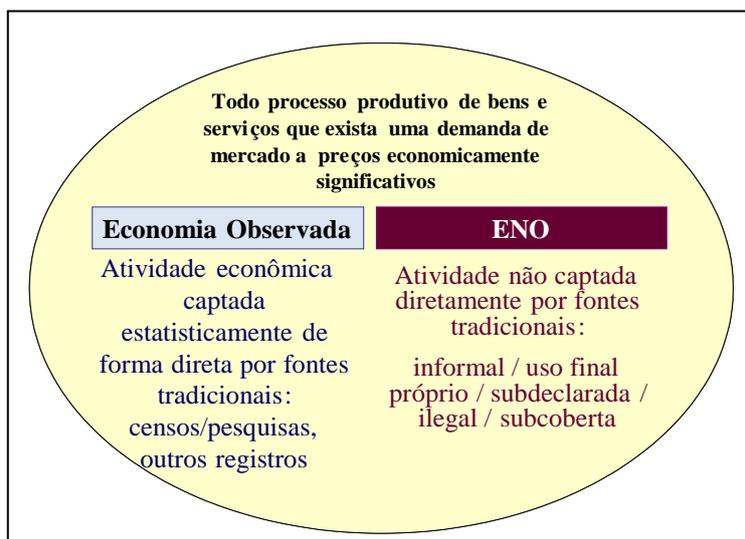
3.1.2. A ENO e seus componentes

Conforme explicado na seção anterior, todo e qualquer tipo de atividade produtiva considerada na fronteira da produção, deve ter sua produção contabilizada no SCN. Assim como as atividades que integram a economia observada, as atividades que fazem parte da

⁹⁷ O anexo III do SNA-2008 (UN, 2009, pp. 581-602) é dedicado às alterações entre uma versão e outra, não só em relação à fronteira de produção mas também no que concerne a outros tópicos.

ENO estão também ali incluídas e, por isso, devem ser incorporadas ao sistema. A Figura 3.2 ilustra esta ideia.

Figura 3.2: Espaço da fronteira da produção total da Economia - Economia Observada e ENO



Fonte: Elaboração própria a partir das definições de OECD (2002).

As cinco categorias que potencialmente integram a ENO ilustradas na figura acima foram apresentadas originalmente no Manual de ENO (OECD, 2002, pp. 13-14) e posteriormente em outras publicações, já mencionadas, que tratam do tema. A descrição de cada uma delas é a seguinte:

a) Produção do setor informal:

Consiste na atividade de um conjunto de unidades produtivas não-agrícolas, que se caracterizam por um baixo nível de organização, sem possuir uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores de produção e cuja produção é destinada prioritariamente ao mercado.⁹⁸ Tal produção situa-se no setor institucional famílias. Em geral, a produção informal possui maior peso nas atividades econômicas de serviços, comércio e construção civil.

⁹⁸ Esta definição foi apresentada originalmente na 15ª CIET e incorporada também no SNA 1993 e em sua revisão, o SNA 2008. (ILO, 2000; UN, 1993 e UN, 2009).

b) Produção das famílias para o próprio uso:

Compreende a produção de bens para o próprio consumo ou de serviços para o próprio uso. Inclui a produção de alimentos ou de outros bens para consumo próprio, a própria construção ou a própria formação de capital fixo, o aluguel imputado e o serviço doméstico remunerado. Deve-se incluir também nesta categoria a produção de outros empreendimentos familiares que não sejam classificados como informais, como as atividades de aluguel efetivo e da agropecuária familiar voltada para o mercado. Segundo o Manual de ENO (OECD, 2002, p. 41):

For complete consistency this problem area should be defined as production performed by enterprises that are not classified as formal or informal, thereby including any other enterprise that falls outside the formal/informal distinction in addition to those producing for their own final use. (OECD, 2002, p. 41)

Com a inclusão destes outros empreendimentos familiares, esta área da ENO passa a se constituir no complemento ao setor informal do setor de produção famílias. Na apresentação dos resultados na seção 3.3, tal categoria será designada como “outras unidades familiares”.

c) Produção ilegal:

Definida como atividades produtivas que geram bens e serviços proibidos pela lei. Inclui também atividades produtivas que são geralmente legais, mas que se tornam ilegais quando produzidas por agentes não autorizados. Exemplos comuns de atividades ilegais são a produção e o tráfico de drogas ilícitas, a prostituição (em países onde ela é proibida), a venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade, ou a realização de algum serviço profissional sem o registro legal da profissão. Atos criminosos como sequestro, roubo ou furto não geram produtos ou valor adicionado na economia – não são atividades produtivas – e, por definição, são excluídos da fronteira de produção e, conseqüentemente, da ENO.

d) Produção subdeclarada:

Refere-se às atividades produtivas que não são declaradas, integralmente ou parcialmente, às autoridades públicas a fim de evitar o pagamento de impostos e contribuições; o cumprimento de normas legais relacionadas ao trabalho, segurança ou saúde; o cumprimento de

procedimentos administrativos, tais como, questionários estatísticos ou registros administrativos. A produção subdeclarada pode ou não ser legal, do ponto de vista jurídico, e ocorrer em qualquer atividade econômica nos setores empresariais ou nas famílias.

e) Produção subcoberta por deficiência da estatística:

Consiste em parte da produção que não é captada devido às deficiências do sistema estatístico. Tais deficiências podem ocorrer porque novas empresas ainda não foram incluídas nos cadastros estatísticos e, por isto, não foram investigadas. Outra razão pode ser a não resposta dos questionários devido ao não recebimento pelo destinatário, por exemplo, por causa de uma falta de atualização no endereço cadastral.

A categorização acima objetiva esclarecer que os processos de produção não registrados oficialmente possuem naturezas distintas, sendo este conhecimento o primeiro passo para se viabilizarem propostas e métodos para a correta estimação da ENO no âmbito das contas nacionais. Cabe ressaltar que a categorização apresentada não exclui a possibilidade de sobreposição entre os tipos de produção integrantes da ENO. A seguir, alguns exemplos elucidam esta questão:

- Caso parte da receita de um estabelecimento que esteja presente em um cadastro oficial não seja declarada, esta produção encontrar-se-á subdeclarada, fazendo parte da ENO;
- A atividade do comércio ambulante de produtos legais, como por exemplo, a venda de frutas nas ruas, será considerada informal e classificada como ENO. Caso o comerciante não declare a totalidade de seus rendimentos à pesquisa domiciliar, sua atividade, além de informal, será também subdeclarada.
- Se um comerciante transacionar drogas ilícitas e, ainda assim, declarar os rendimentos de sua atividade na pesquisa domiciliar, será classificado como informal e ilegal;
- Se este mesmo comerciante ocultar parte de sua renda à pesquisa domiciliar, sua produção além de informal e ilegal será também subdeclarada;

- Pequenos agricultores podem declarar ao censo agropecuário sua produção de leite ou de ovos para o próprio consumo. Neste caso, embora seja uma produção das famílias para o próprio uso, esta atividade será considerada parte da economia observada;
- Caso os rendimentos de uma empregada doméstica estejam corretamente auferidos na pesquisa domiciliar, esta produção familiar será considerada parte da economia observada. Entretanto, se os rendimentos não forem completamente declarados, haverá um componente de subdeclaração, que fará parte da ENO.

As definições das cinco categorias que integram a ENO e os exemplos acima revelam que algumas destas atividades podem estar relacionadas também à economia observada. Assim, devido aos problemas e às dificuldades empíricas inerentes à questão, as recomendações internacionais não exigem que se distingam cada uma das cinco categorias, ou mesmo a ENO isoladamente. O que realmente é crucial ao SCN é que o espaço da economia observada e não observada sejam incorporados à fronteira de produção do sistema – o conceito de cobertura exaustiva – segundo as possibilidades de estimação ou imputação que cada país tenha a partir das estatísticas disponíveis e que sejam consideradas em seu conjunto como a produção total da economia.⁹⁹

Os métodos de estimação da ENO, tratados a seguir, aliados às particularidades da arquitetura do SCN, que considera o cruzamento de informações da ótica da produção, da despesa e da renda, permitem que a ENO seja estimada e agregada ao SCN, ainda que seus componentes não sejam identificados separadamente.

3.1.3. Principais métodos para a contabilização da ENO

Como a ENO tem sua origem nas deficiências dos programas de compilação de dados básicos, a maneira ideal para sua incorporação é o fortalecimento do sistema estatístico a fim de que a economia observada seja tão exaustiva quanto possível, minimizando o fenômeno

⁹⁹ “As the techniques in the handbook make clear, a specific measure of the NOE is not important in itself. Attention focuses on ensuring that the measurement of total activity is complete or exhaustive” SNA (2008, p. 471).

não observado. Entretanto, além de dispendiosos em termos de recursos financeiros, tais esforços devem ser contínuos e, ainda assim, os dados básicos poderão não alcançar toda a produção definida na fronteira do SCN. Haverá sempre algumas atividades produtivas que não serão diretamente observadas.¹⁰⁰

Para sanar estas insuficiências dos programas de compilação com a finalidade de alcançar a exaustividade na cobertura do SCN, alguns métodos são indicados. Tais métodos podem variar consideravelmente entre os países.

Algumas fontes são bastante comuns para este fim tais como censos demográficos ou econômicos, estatísticas de empresas, pesquisas domiciliares, pesquisas de força de trabalho, registros administrativos de empregos, fiscais e tributários, cadastros de seguridade social, registros policiais e estatísticas de comércio exterior. As pesquisas de força de trabalho, as pesquisas de orçamento familiar e os registros fiscais são também amplamente aplicados para uma variedade de atividades em diversos países. Outras fontes são utilizadas para levantamentos específicos de determinadas atividades em poucos países, como por exemplo, o contrabando de cigarros, a produção ilegal de bebidas, a produção e comercialização de drogas ilícitas ou a incidência da prostituição¹⁰¹.

Os principais métodos utilizados para se agregar a ENO ao SCN podem ser classificados em dois tipos: i) métodos baseados na compilação estatística; e ii) métodos baseados em técnicas de modelagem. Por uma série de razões, explicitadas a seguir, o uso dos primeiros é recomendado, enquanto a aplicação de métodos baseados em técnicas de modelagem é desaconselhada.

Os métodos baseados na compilação estatística, por sua vez, se dividem em *estimativas diretas*, que consiste na busca da informação por levantamentos diretos como, por exemplo, pesquisas sobre produção informal, orçamento familiar ou uso do tempo; ou em *estimativas indiretas*. Estes resultam de estimações indiretas resultantes da combinação com outras informações disponíveis no SCN. Em resumo, os principais métodos de captação indireta são:¹⁰²

¹⁰⁰ OECD (2002, par. 5.1).

¹⁰¹ Um exemplo pode ser encontrado em UNECE (2008b), que apresenta um resumo da experiência de mensuração da economia ilegal nas contas nacionais da Ucrânia.

¹⁰² Uma exposição completa dos métodos indiretos de estimação é apresentada no capítulo 5 do Manual da ENO (OECD, 2002), referência para esta síntese.

a) Métodos baseados na oferta:

Baseia-se em dados sobre o fornecimento de insumos que são usados para a produção de bens e serviços. Estes podem ser, por exemplo, a quantidade de trabalhadores, matérias-primas, terra, estoque de capital fixo, entre outros. Por este método, a produção e o valor adicionado são calculados a partir dos dados de entrada em associação aos coeficientes técnicos de produção (p.ex.: relação CI/VP, relação VA/VP, produtividade). O mais significativo método baseado na oferta é o que utiliza o fator trabalho como insumo, que pode ser aplicado em diversas atividades.¹⁰³ Grande parte das estimativas realizadas pelo SCN do Brasil utiliza esta técnica de mensuração.

b) Métodos baseados na demanda:

Têm o propósito de estimar a produção utilizando indicadores quantitativos de usos de bens e serviços específicos que suficientemente indicam a produção, tais como: materiais de construção, despesas domésticas de consumo final, utilização de matérias-primas para o processamento de produtos agrícolas, exportação de produtos; ou ainda, dados administrativos que indicam a demanda por um produto específico, como o registro de veículos ou licenças de construção, entre outros;

c) Métodos baseados no fluxo de produtos:

Fundamentam-se no equilíbrio entre recursos e usos de grupos de produtos por meio de equações contábeis, que levam em conta a oferta e a demanda dos produtos. Registros de demanda superior à oferta de determinado produto indicam que houve falhas na compilação dos dados básicos de produção por alguma razão (subdeclaração, subcobertura, não-resposta), havendo espaço para a estimação de uma produção não observada. Estes métodos têm efetividade somente se os dados referentes aos usos dos produtos são confiáveis a tal ponto de superarem a qualidade dos dados de oferta, que seria, então, acrescida. Exemplos internacionalmente comuns de imputação por este método ocorrem na construção civil e na

¹⁰³ OECD (2002, p. 72).

fabricação de produtos do fumo, quando as pesquisas de consumo registram demandas superiores às ofertas desses produtos.

d) Métodos baseados em técnicas de modelagem:

São constituídos por modelos macroeconômicos que fornecem estimativas da ENO e são utilizados, em geral, por pesquisadores independentes dos órgãos de contas nacionais, ou até mesmo dos institutos oficiais de estatísticas. Os modelos mais comuns são os modelos monetários e os de indicador global. Os primeiros assumem que a produção não contabilizada pode ser modelada por intermédio de uma função estatística em termos de estoque ou fluxos de moeda. O segundo tipo pressupõe que a produção não contabilizada seja modelada em termos de uma única variável a qual se acredita altamente correlacionada ao PIB, como por exemplo, o consumo de energia elétrica.

Tais métodos produzem estimativas para a ENO como um todo ou somente para um componente, denominado de “economia subterrânea” (*underground economy*). Diversas críticas são direcionadas aos métodos deste tipo no Manual da ENO (OECD, 2002, p. 187). Dentre elas destacam-se: i) a falta de clareza em relação à definição do que se procura medir – o que exatamente significa economia subterrânea sem considerar o marco teórico do SCN?¹⁰⁴; ii) a alta dependência dos modelos a pressupostos excessivamente simplistas; iii) a obtenção de diferentes resultados sob as mesmas circunstâncias, e; iv) à falta de plausibilidade de muitos destes resultados. As publicações especializadas¹⁰⁵ alertam que tais métodos devem ser evitados e que o uso dos dados básicos, seja pela estimação direta ou indireta, é sempre preferível às técnicas de modelagem. Tais dados, oriundos de diferentes fontes de pesquisa ou de registros oficiais, encontram-se disponíveis aos compiladores e demais pesquisadores na maioria dos países, constituindo-se uma riqueza estatística que não deve ser preterida por modelos simplistas e imprecisos.

¹⁰⁴ Para ilustrar esta falta de unidade em torno do conceito a ser mensurado nos modelos deste tipo, Van Eck (1987) *apud* OECD (2002, p. 141), apresenta quase trinta (!) diferentes termos utilizados por seus autores como sinônimos para *underground economy*: *Alternate, Autonomous, Black, Clandestine, Grey, Hidden, Invisible, Occult, Parallel, Shadow, Unofficial*, etc.

¹⁰⁵ OECD (2002), Unece (2008a) e Eurostat (2010), para citar algumas.

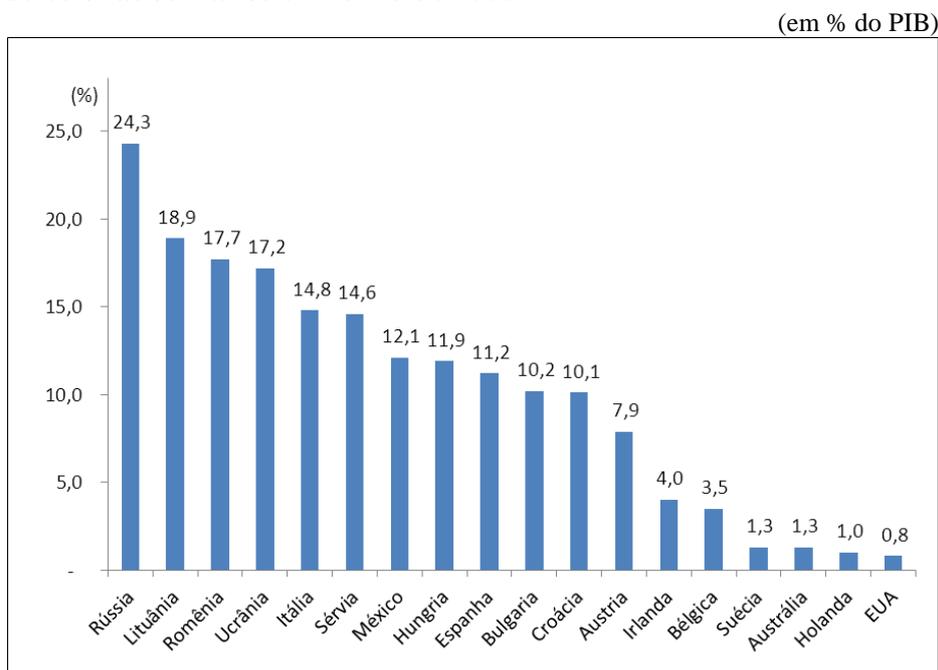
É importante ressaltar que não há um método único utilizado internacionalmente; vários métodos ou combinações de métodos são geralmente aplicados, dependendo das características e das possibilidades do sistema estatístico de cada país. Sendo assim, a comparação internacional dos resultados da ENO, por conta dos diferentes métodos utilizados, deve ser vista com ressalvas. Ademais, deve-se ter atenção também com a comparação em um mesmo país ao longo do tempo, pois, em certos países, a cobertura e a qualidade das fontes de dados melhora concomitantemente com o desenvolvimento dos sistemas estatísticos, implicando que atividades que podem ter sido anteriormente consideradas como não observadas serão cada vez mais estimadas no processo regular de compilação das contas nacionais, diminuindo, portanto, o peso da ENO. Assim, as variações na parcela da ENO no PIB podem ser tanto uma indicação de mudanças na economia real ou podem ocorrer por causa da evolução das fontes de informação estatísticas, ou ainda, pela combinação em qualquer grau de ambos os fatores.¹⁰⁶

O mais recente levantamento internacional¹⁰⁷ sobre as práticas correntes em relação à mensuração da ENO revelou que países como Rússia, Lituânia e Romênia estão dentre os que possuem a maior contribuição da ENO nas estimativas divulgadas de PIB, superando os 15%. Por outro lado, países como Suécia, Austrália, Holanda e EUA informaram que menos de 1,5% do PIB corresponde às estimações da ENO, conforme ilustra o gráfico 3.1, a seguir. Os valores apresentados no Gráfico 3.1 devem ser interpretados como a proporção do PIB resultante da estimação por métodos de compilação estatística indireta para se alcançar a completa cobertura das atividades produtivas no país.

¹⁰⁶ Unece (2008a, p. 8).

¹⁰⁷ Unece (2008a).

Gráfico 3.1: Atividades não observadas incluídas no PIB de países selecionados – anos em torno de 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de Unece (2008a, p. 10).

3.1.4. Uma estimativa da ENO no Brasil

Assim como na maioria dos países, no SCN do Brasil também são aplicados diferentes métodos de estimação indireta para se alcançar a exaustividade do PIB, levando-se em conta os setores institucionais e os conjuntos de atividades econômicas que possuem características semelhantes em relação à função de produção. Examinando-se a metodologia de construção e a base de dados das contas nacionais brasileiras, observa-se que os conjuntos de unidades que possuem características semelhantes são alocados em “modos de produção” próprios, definidos pelo sistema de compilação. Segundo a nota metodológica (IBGE, 2006e, p.2), os modos de produção são utilizados nas contas de produção e de geração da renda, por atividade econômica, com uma tripla finalidade:

- i) diferenciar as funções de produção dentro de cada atividade econômica;
- ii) isolar as atividades informais e/ou subterrâneas;**
- iii) facilitar a passagem das contas de atividades econômicas para as contas dos setores institucionais. (IBGE, 2006e, p.2 – grifo do autor).

Assim sendo, o segundo objetivo, destacado acima, evidencia justamente a preocupação de se separar as atividades econômicas que contribuem para a geração de valor adicionado e que são consideradas parte da ENO do país. Dos oito modos de produção

existentes, numerados de 1 a 8, dois deles são determinados para dar conta das estimativas de ENO – o nº 6, destinado às unidades produtivas familiares; e o nº 7, destinado à subdeclaração, que se refere “à produção não declarada pelas empresas” (IBGE, 2006e, p. 2).¹⁰⁸

Segundo a metodologia das contas nacionais brasileiras, as estimativas de valor da produção e de valor adicionado para diversas atividades no setor famílias são obtidas utilizando os métodos baseados na oferta, considerando o fator trabalho como principal referência. Por sua vez, os resultados das atividades produtivas que têm origem subdeclarada ou subcoberta são estimados com base nos métodos baseados no fluxo de produtos ou na demanda.¹⁰⁹

O principal método para as estimações de valor da produção e de valor adicionado no setor famílias considera como insumos a massa de rendimentos, por atividades econômicas, e como coeficiente técnico, a relação CI/VBP, também disponível para cada atividade. Os dados de emprego e rendimento por grupos de atividades econômicas têm como fonte a Pnad, e o coeficiente técnico de produção a Ecinf ou o subgrupo de microempresas das pesquisas econômicas, também do IBGE.¹¹⁰ Com base nestes parâmetros estima-se a produção e o valor adicionado de um largo conjunto de atividades familiares.¹¹¹

O método de aproximação pelo fluxo de produtos e, em menor escala, o método baseado na demanda são também aplicados em diversas atividades durante o processo de compilação das contas nacionais brasileiras, mas no setor institucional destinado às empresas. Tais métodos visam contornar as deficiências de informação tanto de empresas não incluídas nos levantamentos estatísticos (subcobertura) quanto de lacunas relacionadas à subdeclaração de receita por parte das unidades pesquisadas. Para cada grupo de produtos do SCN, quando os valores da demanda total (consumo intermediário e final, formação bruta de capital e exportação) superam os da oferta total (produção e importação), há uma indicação do

¹⁰⁸ Os demais modos de produção possuem uma estreita relação com os setores institucionais do SCN, sendo que alguns setores são alocados em mais de um modo por conta da natureza das fontes de dados. Por exemplo, se a fonte de informação da unidade for o estrato certo da pesquisa econômica do IBGE (empresas maiores), a alocação se realiza no modo de produção nº 1; caso as informações da unidade sejam fornecidas pelo estrato amostral da pesquisa (empresas menores), o destino é o modo nº 3. Para maiores informações, ver IBGE (2006e).

¹⁰⁹ IBGE (2008, p. 52).

¹¹⁰ IBGE (2008, p. 52).

¹¹¹ Este procedimento é conhecido como “expansão da produção” no SCN brasileiro. A nota metodológica IBGE (2008) traz os detalhes deste cálculo.

tamanho do hiato de produção que deverá ser imputado nos balanços de recursos e usos. Cabe ressaltar que a aplicação deste método nas contas nacionais brasileiras não possibilita a identificação das parcelas exclusivamente relacionadas à subcobertura ou à subdeclaração, mas à soma de ambas.

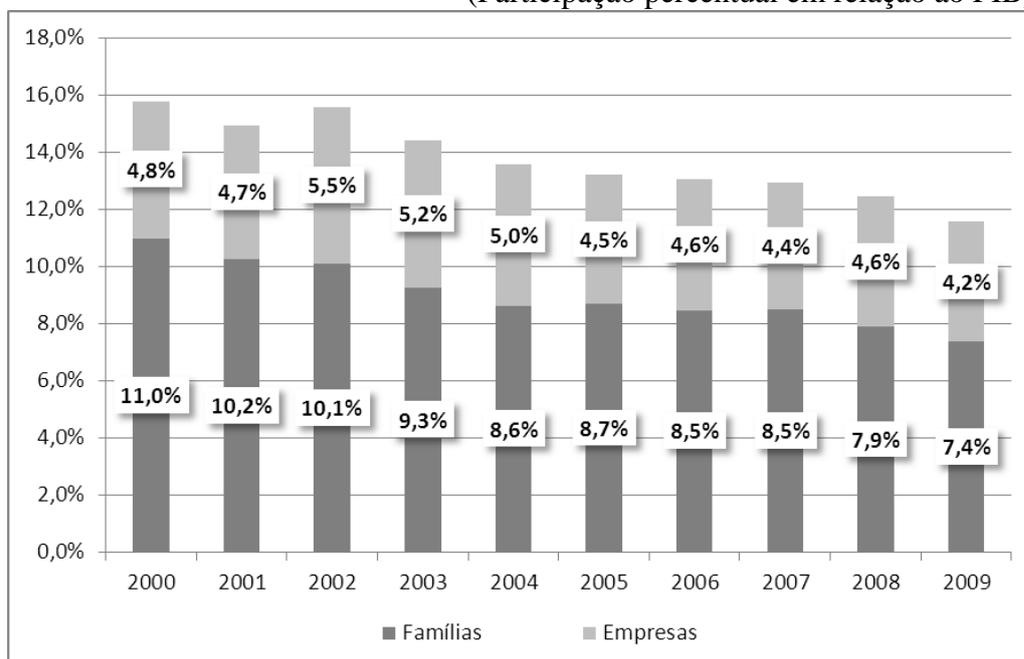
Assim sendo, a magnitude da ENO brasileira será caracterizada, neste capítulo, como a soma dos resultados dos métodos de estimativas indiretas utilizados no SCN do Brasil: a expansão da produção para a parte que cabe às atividades do setor famílias, que compreende principalmente a produção informal¹¹²; e, o ajuste entre oferta e demanda que tem como causas a subdeclaração ou a subcobertura no setor empresarial. O cálculo apresentado refere-se ao período da série 2000 do SCN, que vai até 2009. Convém destacar que estes resultados devem ser entendidos como a parcela do PIB, que é correntemente divulgado, oriunda de atividades não captadas diretamente pelo sistema estatístico e **não** que sejam devido às atividades não mensuradas que deveriam então ser adicionados ao PIB.

Os resultados apresentados no Gráfico 3.2, a seguir, estão, portanto, de acordo com marco teórico do SCN e com as recomendações internacionais para o cálculo da ENO. A soma das duas parcelas de estimação do VAB da economia brasileira pelos métodos descritos nesta seção alcançou 15,8% do PIB, no ano base, e 11,6%, no último ano da série. A redução da parcela da ENO de 4,2 p.p. ocorreu, principalmente, por conta da queda de 3,6 p.p. da estimativa da produção familiar, que continuamente perdeu peso desde o ano inicial da série. Enquanto o componente resultante da subdeclaração e da subcobertura nas empresas oscilou, em todo o período, entre 5,5% (2002) e 4,2% (2009), a estimativa para a atividade não observada familiar reduziu-se de 11,0%, em 2000, para 7,4%, em 2009.

¹¹² Embora a produção para o próprio uso seja um subgrupo da produção das famílias, seu peso na ENO brasileira é relativamente pequeno devido à origem de seus resultados. Tanto para a agropecuária, quanto para o serviço doméstico remunerado, os resultados são observados pelo sistema estatístico regular por intermédio do censo agropecuário e da Pnad, respectivamente.

Gráfico 3.2: Composição da ENO no Brasil obtida por métodos de estimação indireta segundo o setor institucional – 2000/09

(Participação percentual em relação ao PIB)



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE.

A relativa estabilidade na estimativa da ENO em percentual do PIB encontrada pelos métodos baseados no fluxo de produtos e na demanda para o setor empresas é de certa forma esperada, pois ao longo dos dez anos da série atual do SCN não houve modificações no sistema de coleta de informações estatísticas ou na compilação dos dados que justificassem sensíveis alterações em seus resultados. Tampouco este período foi marcado por instabilidades econômica, institucional ou jurídica que justificassem fortes variações nos percentuais de subdeclaração ou de não resposta pelas empresas ao sistema estatístico nacional. Ou seja, a manutenção da metodologia de obtenção dos dados e dos procedimentos de compilação nas fases seguintes, aliados a um ambiente institucional estável, implicou em uma limitada oscilação dos pesos da subcobertura e da subdeclaração no PIB brasileiro.

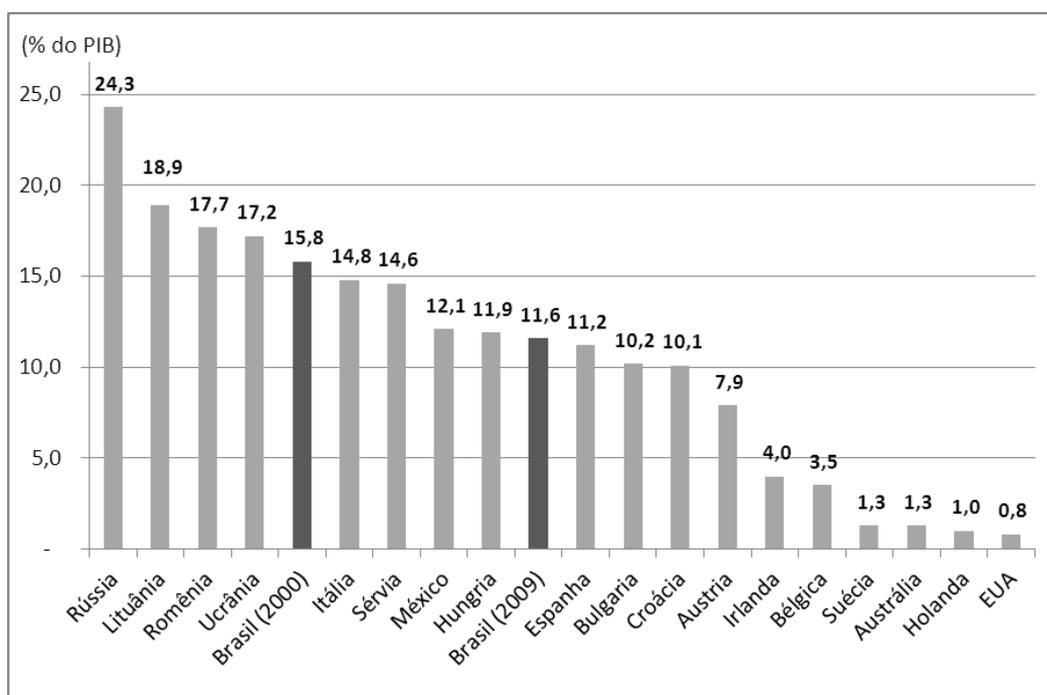
Em relação aos resultados das atividades realizadas pelas famílias, obtidos pelo método baseado na oferta, sua redução expressiva de peso pode ser atribuída às mudanças observadas na economia do país ao longo da década de 2000. Como tratado no Capítulo 2, neste período houve um forte ganho de participação relativa das ocupações formais em detrimento de ocupações exercidas por trabalhadores sem carteira assinada ou por autônomos no mercado de trabalho. Esta mudança na composição do emprego brasileiro refletiu-se na

redução de peso da atividade produtiva do setor informal, e, conseqüentemente, da ENO obtida pelo método de estimação baseado na oferta. A relação entre a maior formalização do emprego e a redução da ENO se justifica, pois as ocupações de trabalhadores autônomos são características do setor informal, enquanto que as ocupações formais, em sua grande maioria, situam-se no setor formal, fazendo parte da economia observada.¹¹³

Comparando o peso da ENO brasileira, no ano 2000, com os resultados dos dezoito países apresentados anteriormente (Gráfico 3.3), percebe-se que o Brasil situa-se na quinta posição dentre os países de maior taxa de PIB não observado, seguido por Itália (14,8%) e Sérvia (14,6%). Caso a comparação recaia sobre o resultado encontrado em 2009, o país passaria para a nona colocação, próximo ao México (12,1%), Hungria (11,9%) e Espanha (11,2%). Os valores registrados pelo Brasil, tanto no início quanto no fim da série, se devem fundamentalmente às características da economia brasileira que concentra ainda um peso significativo, embora decrescente, na produção familiar e informal, assunto tratado nas próximas seções.

¹¹³ Na seção 3.3 é apresentada uma análise detalhada sobre os resultados de emprego por setor de produção e sobre as possíveis causas para a redução do peso do setor informal na economia brasileira..

Gráfico 3.3: Posição relativa do Brasil segundo o peso da ENO no PIB
Brasil (2000 e 2009); demais países (anos em torno de 2000)



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN e de Unece (2008a).

3.2. A Concepção do setor informal e sua relação com o emprego informal¹¹⁴

Pode-se atribuir o início da investigação sobre a ENO aos primeiros estudos sobre um de seus principais componentes, a produção informal. Juntamente com a produção para o próprio uso, ambas as atividades são realizadas pelas unidades familiares e constituem-se parte significativa da ENO, embora não sejam totalmente contidas nela, pois parte da produção das famílias pode ser observada pelas estatísticas regulares.

O termo setor informal foi originalmente identificado nas pesquisas voltadas para o Programa Mundial de Emprego, realizadas pela OIT no início dos anos 1970. O relatório sobre emprego, renda e igualdade para o Quênia tornou-se um marco para a discussão a respeito do conceito de setor informal e teve grande influência sobre trabalhos realizados posteriormente pela OIT em países africanos e asiáticos (ILO, 1972). O debate prosseguiu com os trabalhos para o Programa Regional de Emprego à América Latina e ao Caribe e

¹¹⁴ Esta seção utiliza parte do artigo Hallak *et alli* (2009), publicado pelo autor em coautoria com Kátia Namir e Luciene Kozovitz.

outras missões, sendo que, a partir desse marco, uma vasta produção técnica e acadêmica passou a destacar o tema.

O relatório sobre emprego para o Quênia foi pioneiro ao reconhecer o setor informal como uma fonte de oportunidades de trabalho e rendimento para um grande número de pessoas, a despeito de ser considerado frequentemente como improdutivo e estagnado e de não obter o apoio governamental que tradicionalmente é dedicado a diversas firmas do setor formal. Levando em conta estes aspectos, o relatório propõe uma atitude propositiva do governo no sentido de prover políticas públicas direcionadas a este setor.¹¹⁵ Assim, a expressão setor informal esteve, pela primeira vez, vinculada ao modo de organização da unidade produtiva em um programa que teve entre seus principais objetivos a “proposta de estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável chave a criação de empregos, ao invés do crescimento rápido do produto” (Cacciamali, 1983).

Em 1993, durante a 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT adotou uma definição internacional de setor informal a partir do funcionamento e organização das unidades produtivas. A resolução sobre estatísticas de emprego no setor informal (ILO, 2000) recomendou que países onde tal setor cumprisse um papel importante como fonte de trabalho e renda e também como fator de desenvolvimento econômico e social deveriam estabelecer um sistema de informações de emprego no setor informal¹¹⁶. O aperfeiçoamento das estatísticas foi considerado estratégico para permitir o desenvolvimento de políticas públicas de maneira mais eficiente para o setor informal.

Além disso, a resolução incorporou a conceituação do setor informal como parte do setor institucional famílias no SCN e classificou as unidades produtivas do setor informal em dois componentes. O primeiro compreende os empreendimentos informais de pessoas que trabalham por conta própria. O segundo refere-se aos empreendimentos informais dos empregadores¹¹⁷. Posteriormente, este documento da OIT foi inserido no SNA-93, no capítulo sobre unidades e setores institucionais¹¹⁸. Segundo Husmanns (2004), a inclusão da definição

¹¹⁵ A este respeito, ver as recomendações para o alcance desta meta em ILO (1972).

¹¹⁶ Cabe destacar que a questão do emprego nessa resolução limitou-se à sua alocação no setor produtivo. Assim, o emprego no setor informal refere-se às pessoas que estavam ocupadas em unidades produtivas daquele setor.

¹¹⁷ Tais empreendimentos são unidades produtivas familiares que pertencem e são geridas por empregadores individuais ou em associação com outros membros, e empregam um ou mais trabalhadores de forma contínua. As unidades produtivas familiares, por seu turno, são reconhecidas pelo SCN como unidades distintas das empresas que se ocupam da produção de bens ou serviços e não se constituem como entidades jurídicas distintas e independentes dos agregados familiares ou de seus proprietários (ILO, 2000).

¹¹⁸ UN (1993, Cap. 4).

de setor informal no manual “foi considerada essencial porque tornou possível identificar separadamente o setor informal nas contas nacionais e, portanto, quantificar a contribuição deste no Produto Interno Bruto”.

A definição de setor informal da 15ª CIET admitiu duas dimensões consideradas na abordagem da estrutura produtiva, ao permitir que tanto o não registro quanto o tamanho do empreendimento pudessem ser utilizados como critério para distinguir os empreendimentos do setor informal dos demais.

Quanto às questões relacionadas especificamente ao mercado de trabalho, a resolução da OIT de 1993, ao se limitar ao emprego no setor informal, trouxe novas discussões a respeito da construção de uma categoria analítica para o tema da informalidade¹¹⁹, acarretando consequências nas investigações realizadas nos países. No Brasil, usualmente são utilizados diversos critérios para a definição do conceito de informalidade no mercado de trabalho por pesquisadores e instituições.

Por exemplo, Ramos e Ferreira (2005) analisaram a evolução do mercado de trabalho no período entre 1991 e 2003, apresentando um indicador denominado “grau de informalidade” para designar a proporção dos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada ou autônomos sobre o total dos trabalhadores, excluindo os não remunerados. Já, Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004), ao investigarem os diferenciais de salários entre os setores formal e informal, consideraram como critério para definir tais setores a contribuição à previdência social ou a posse de carteira de trabalho assinada. Saboia e Saboia (2004) também utilizaram uma definição semelhante para uma análise regional da população ocupada informal com base no Censo Demográfico 2000. O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) sintetiza estes conceitos e disponibiliza seus resultados, baseados nos microdados da Pnad, em três medidas denominadas Grau de Informalidade (GI) 1, 2 e 3.¹²⁰

Em 2003, durante a 17ª CIET, a OIT divulgou novas diretrizes que complementaram a resolução de 1993 sobre emprego no setor informal, com a inclusão da concepção de economia informal, entendida como o agrupamento dos conceitos de setor informal e trabalho

¹¹⁹ Ver a respeito: Mata Greenwood e Hoffmann (2002) e Hussmanns (2004).

¹²⁰ São elas: GI1: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria); GI2: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores); e GI3: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

informal, introduzidos pelos estatísticos do trabalho.¹²¹ Ficou estabelecido que, quando se trata do setor informal, parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto o emprego informal está associado a postos de trabalho.¹²²

De acordo com a 17ª CIET, as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal são as seguintes: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados sem a relação de trabalho sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social, membros de cooperativas de produtores informais e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso.

A definição do trabalho informal apresentada pela 17ª CIET representou um considerável avanço na medida em que passou a incluir como emprego informal todas as modalidades de inserção no trabalho acima descritas, independentemente do tipo de unidade produtiva a que estejam associadas, podendo ser, formal, informal ou outras unidades familiares (ILO, 2003). A Matriz de Emprego apresentada no SNA-2008, reproduzida a seguir, ilustra as possibilidades de emprego, formal ou informal, nos distintos setores de produção.¹²³

¹²¹ ILO (2003).

¹²² Diferentemente do enfoque sobre o emprego informal, poucos são os trabalhos desenvolvidos na literatura brasileira que tratam da informalidade no âmbito do setor de produção. Um exemplo é a proposta de Feijó *et alli*. (2009), de uma gradação de informalidade, segundo as condições de trabalho observadas nos diversos setores de atividade.

¹²³ Uma versão detalhada da matriz de emprego, com cinco categorias ocupacionais nas colunas, foi originalmente apresentada pela OIT na publicação *Decent Work and the Informal Economy*, de 2002 (ILO, 2002).

Figura 3.3: Matriz de empregos e setores – emprego informal e emprego no setor informal

Unidades de produção \ Tipo de emprego	ocupações formais	ocupações informais
unidades formais	A	B
unidades informais	C	D
outras unidades familiares	E	F

Obs.: Células B, D e F: emprego informal; células C e D: emprego no setor informal; Células B e F: emprego informal fora do setor informal; células A, C e E: emprego formal; células C e E: empregos formais fora do setor formal.

Fonte: Elaboração do autor baseada no SNA-2008 (UN, 2009, p.83).

Deste modo, de acordo com as determinações admitidas na 17ª CIET e seguidas pelo SNA-2008, o emprego no setor informal compreenderia as situações representadas nas células C e D, ou seja, na linha correspondente às unidades informais. O emprego informal, por sua vez, estaria presente na célula D e também nas células B e F, sendo que estas representam modalidades de trabalho informal em outras unidades produtivas que não as informais. São exemplos, para este caso, os empregos sem carteira de trabalho assinada nas empresas formais ou o trabalho doméstico remunerado sem o vínculo formal de trabalho, que ocorrem com certa frequência em determinados países.

3.3. O recorte do setor famílias: o tratamento adotado pelo SCN do Brasil

A metodologia adotada pelo SCN do Brasil incorpora as recomendações internacionais tanto no que diz respeito ao cálculo dos agregados por setor produtivo quanto ao de emprego. A classificação de setor relaciona-se à forma de organização da unidade de produção, enquanto a abordagem sobre o emprego refere-se à qualificação do vínculo empregatício ou da ocupação do trabalhador.

A obtenção do valor adicionado segundo os setores de produção (formal, informal e de outras unidades familiares) tem como fundamento a classificação do SCN por setor institucional, apresentada no Capítulo 1 desta tese (seção 1.2.1). O SNA-2008 define cada setor institucional como um conjunto de unidades institucionais que possuem objetivos, funções e fontes de recursos semelhantes. Estas, por sua vez, são qualificadas como unidades

capazes de possuir bens e ativos, de contrair responsabilidades e de se envolver em atividades econômicas e operações com outras unidades, por direito próprio. Para fins do SCN, tais unidades são agrupadas e organizadas em cinco grandes setores institucionais: empresas não financeiras, empresas financeiras, instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, administrações públicas e famílias.

Os quatro primeiros setores institucionais são entidades jurídicas ou sociais específicas cuja existência é reconhecida pela lei. No caso brasileiro, as unidades que compõem estes setores institucionais possuem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e podem ser consideradas constituintes do setor formal da economia. Embora o SNA não utilize a expressão “setor formal” não é difícil conceber que todas as unidades do setor empresarial, da administração pública e das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (ISFLSF) façam parte deste. O SNA-2008 apresenta esta interpretação e complementa mostrando o entendimento das duas categorias compostas no setor famílias.

The SNA does not use the expression formal sector but it is not difficult to conceive of all units in the corporations sectors, general government and NPISHs as being part of a formal sector as far as production is concerned. (...) However, this is not the same as saying that any unit that is not informal is formal, since households with unincorporated enterprises not included in the informal sector are divided between those that are treated as formal (because of size or registration) and the rest that are not treated as informal but are left simply in a group called households. (SNA, 2008, par. 25.3)

O setor institucional famílias abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras. Tanto o SNA-93 quanto o SNA-2008 definem família como um pequeno grupo de indivíduos que partilham o mesmo domicílio e reúnem parte ou a totalidade do seu rendimento e patrimônio consumindo coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente de habitação e alimentação. O setor inclui as unidades produtivas constituídas por trabalhadores por conta própria e por empregadores de empresas mercantis não constituídas em sociedade. A expressão “não constituída em sociedade” realça o fato de que a unidade de produção não é societária como unidade jurídica separada da própria família.

O titular da unidade produtiva familiar tem duplo papel, atuando como empresário responsável pela criação do empreendimento e como trabalhador, podendo desenvolver qualquer tipo de atividade econômica: agricultura, industrial extrativa ou de transformação, construção, comércio ou produção de outros tipos de serviços (UN, 1993, par. 4.144). Também contribuem para a produção do setor institucional famílias as unidades agrícolas que

produzem bens para o autoconsumo, o aluguel imputado aos imóveis residenciais ocupados por seus proprietários, o aluguel efetivo recebido por pessoas físicas e os serviços domésticos remunerados.

O setor informal da economia pode ser entendido assim como uma subdivisão do setor institucional famílias em que são classificadas as unidades produtivas não agrícolas que se caracterizam por um baixo nível de organização e por não possuírem uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores produtivos, e cuja produção é destinada prioritariamente ao mercado, conforme a definição da OIT (ILO, 2000) adotada pelo SCN (UN, 2009).

As demais unidades familiares produtoras - que desenvolvem atividades de agricultura mercantil ou para o próprio consumo, as famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados, bem como os aluguéis efetivo e imputado - complementam o setor institucional famílias e serão agrupadas no subgrupo denominado “outras unidades familiares”. Estas também são representadas por empreendimentos não constituídos em sociedade, a exemplo do que ocorre no setor informal. Diferenciam-se das unidades do setor informal, no entanto, pelo fato de que a sua produção não-agrícola não é voltada prioritariamente ao mercado, mas sim ao uso próprio, ou, no caso do aluguel, em que a produção é um rendimento predominantemente do capital.

No que se refere ao emprego, o SCN admite o conceito de ocupações ou postos de trabalho, o que, para uma pessoa ativa, consiste em ter uma colocação em uma unidade de produção. Isto significa que uma mesma pessoa pode possuir mais de uma ocupação, sendo uma delas considerada principal. Cada emprego ou ocupação no sistema está associado a uma categoria ocupacional ou tipo de inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que segundo o SNA uma pessoa será classificada como ocupada se exercer uma atividade dentro da fronteira de produção. Sendo assim, estão considerados os empregados e os trabalhadores autônomos e excluídos os indivíduos que estão desempregados e aqueles que não fazem parte da força de trabalho¹²⁴. A determinação da categoria de empregados pressupõe a existência de um acordo formal ou não, entre um indivíduo e uma unidade produtiva, que é normalmente voluntário para a prestação de trabalho em contrapartida de uma remuneração por um período definido. Por outro lado, o conceito de

¹²⁴ A força de trabalho de uma economia consiste naqueles que estão preparados para disponibilizar o seu trabalho durante um determinado período de referência para a produção de bens e serviços que estejam incluídos na fronteira de produção do SCN (UN, 2009, par. 19.17).

trabalhadores autônomos compreende aqueles que são proprietários, individuais ou em conjunto com outros, de empreendimentos não constituídos em sociedade nos quais trabalham. Esta classe de trabalhadores, como tratado no Cap. 2, recebe rendimento misto e não remuneração. Importa ainda lembrar que os empregados não remunerados, incluindo os que trabalham nas empresas não constituídas em sociedade, exercendo exclusiva ou parcialmente atividades de produção mercantil, são também entendidos como autônomos.

O SCN do Brasil divulga resultados de emprego desagregados em ocupações com e sem vínculo formal. Ocupações com vínculo reúnem os assalariados com carteira de trabalho assinada, os militares, funcionários públicos estatutários e empregadores de empresas formais, isto é, as constituídas em sociedade. Ocupações sem vínculo formal incluem os assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores autônomos os quais, por sua vez, agregam trabalhadores por conta própria e não remunerados além dos empregadores informais. Tendo como base as novas diretrizes adotadas pela OIT na 17^a CIET, o SCN considera que o emprego, seja ele formal ou informal, pode inserir-se nos diferentes setores de produção. De fato, de acordo com a matriz de emprego e setores de produção (Figura 3.3, acima) constata-se que as unidades do setor informal no SCN registram, além das ocupações informais (trabalhadores por conta própria, empregadores informais, trabalhadores não remunerados e empregados sem carteira – correspondentes à célula D), uma parcela do emprego formal (empregados com carteira de unidades não constituídas formalmente – célula C). Por outro lado, parcelas do emprego informal também são encontradas tanto no setor formal quanto nas outras unidades familiares.

Sob os marcos conceitual e metodológico abordados, são apresentados, a seguir, os resultados relativos aos setores de produção e aos tipos de emprego para a economia brasileira, em nível nacional, no período de 2000 a 2009.

3.4. Resultados: setor de produção e tipo de emprego no período 2000/2009

Esta seção apresenta resultados do valor adicionado, desagregados pelos setores de produção propostos, isto é, formal, informal e outras unidades familiares, bem como a distribuição do trabalho no Brasil segundo o tipo de emprego, nos anos recentes.

Os resultados apresentados foram obtidos a partir da base de dados do SCN, que permite calcular a contribuição do setor informal no valor bruto da produção (VBP) e no VAB relativamente a outros setores da economia, bem como o emprego por tipo de inserção no mercado de trabalho. A mensuração do emprego informal também poderia ser obtida por intermédio de outras fontes como as pesquisas domiciliares. O uso do SCN, entretanto, além de apresentar uma série com periodicidade anual e cobertura geográfica nacional, viabiliza o cruzamento dos dados relativos ao setor e ao tipo de emprego conforme recomendação da OIT.¹²⁵

A análise do setor informal da economia brasileira *vis à vis* os demais setores selecionados foi realizada, considerando-se o período entre 2000 e 2009. A evolução desses três setores indica que, desde o início da série atual do SCN, existe uma tendência de redução da proporção tanto do setor informal quanto de outras unidades familiares no valor adicionado da economia (Tabela 3.1). Tais setores, que representavam respectivamente 12,7% e 14,5% do valor adicionado em 2000, reduziram-se para 8,5% e 11,5%, em 2009. Assim, o setor institucional famílias sofreu uma redução de 27,2% para 20,0% na participação do valor adicionado bruto da economia. Como consequência, no mesmo período, houve crescimento da parcela do setor formal no valor adicionado, que passou de 72,8% para 80,0%.

Incentivos ao aumento da formalização como a expansão do crédito para micro e pequenas empresas formais e medidas de simplificação e redução de impostos aos pequenos empreendimentos contribuíram para o resultado obtido¹²⁶. Por outro lado, a perda de peso do valor da atividade de aluguel, causada fundamentalmente pela redução de seus preços no período, determinou a redução do setor outras unidades familiares na geração do valor adicionado¹²⁷.

¹²⁵ A Ecinf, que tem como objetivo delimitar o âmbito do setor informal utilizando como ponto de partida a unidade de produção, é realizada em intervalos irregulares, apenas para a região urbana do país. Já, a Pnad fornece dados de ocupação (emprego formal e informal), contudo não permite sua associação às unidades de produção.

¹²⁶ Como exemplos, podem ser citados a intensificação da oferta de microcrédito pelas instituições financeiras públicas e privadas aos empreendedores e a implantação de programas como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e de Empreendedores Individuais (Simples) pela Secretaria da Receita Federal, que reúne, em um pagamento único, seis tributos federais: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuição patronal para o INSS.

¹²⁷ As Tabelas 10, 11 e 12 da publicação do IBGE: SCN 2005-2009 (IBGE, 2011b) detalham respectivamente participação, variação de volume e variação de preço do valor adicionado para 56 atividades do SCN.

Tabela 3.1: Valor adicionado por setor de produção: valor absoluto e composição percentual – 2000 a 2009

Ano	Formal		Informal		Outras un. familiares		Total	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)
2000	744.169	72,8	129.543	12,7	147.936	14,5	1.021.648	100,0
2001	827.406	74,0	133.406	11,9	157.801	14,1	1.118.613	100,0
2002	947.905	74,5	148.972	11,7	176.252	13,8	1.273.129	100,0
2003	1.112.618	75,7	157.332	10,7	200.664	13,6	1.470.614	100,0
2004	1.283.453	77,0	167.387	10,0	215.418	12,9	1.666.258	100,0
2005	1.429.646	77,6	186.363	10,1	226.244	12,3	1.842.253	100,0
2006	1.595.792	78,4	200.682	9,9	238.260	11,7	2.034.734	100,0
2007	1.798.112	78,6	225.735	9,9	264.011	11,5	2.287.858	100,0
2008	2.046.550	79,3	238.967	9,3	294.932	11,4	2.580.449	100,0
2009	2.234.996	80,0	238.565	8,5	320.818	11,5	2.794.379	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE.

A Tabela 3.2 exibe os resultados do setor informal segundo os grupos de atividades econômicas nos dois anos limítrofes da série investigada. Ao longo destes dez anos percebeu-se que não houve alteração significativa na estrutura de distribuição do valor adicionado gerado pelas atividades, cabendo, tanto em 2000 quanto em 2009, ao grupamento Outros serviços o maior peso no setor informal (em torno de 34,5%)¹²⁸, seguida pelo Comércio (24,8% e 24,0%) e pela Construção civil (13,4% e 14,6%).

¹²⁸ Este grupamento compreende as atividades de serviços de manutenção e reparação, alojamento e alimentação, serviços prestados às empresas, serviços prestados às famílias, educação e saúde mercantil.

Tabela 3.2: Valor adicionado do setor informal por grupamento de atividade: valor absoluto e composição percentual – 2000 e 2009

Atividade econômica	2000		2009	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)
Indústria extrativa	221	0,2	372	0,2
Indústria de transformação	12.175	9,4	22.520	9,4
Construção civil	17.317	13,4	34.863	14,6
Comércio	32.099	24,8	57.161	24,0
Transporte, armazenagem e correio	13.766	10,6	24.183	10,1
Serviços de informação	5.681	4,4	12.750	5,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços	862	0,7	1.448	0,6
Atividades imobiliárias e aluguéis	2.717	2,1	3.187	1,3
Outros serviços*	44.705	34,5	82.081	34,4
Total	129.543	100,0	238.565	100,0

* compreende os serviços de manutenção e reparação, alojamento e alimentação, serviços prestados às empresas, serviços prestados às famílias, educação e saúde mercantil.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE.

A Tabela 3.3 reúne as estatísticas de trabalho por tipo de inserção no mesmo período. As categorias de assalariados com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores de empresas formais estão agregadas na ocupação com vínculo formal. A estimativa aqui definida como trabalho informal constitui-se do agrupamento dos resultados de assalariados sem carteira assinada e dos trabalhadores autônomos, estes últimos compostos de trabalhadores por conta própria, empregadores informais e trabalhadores não-remunerados.

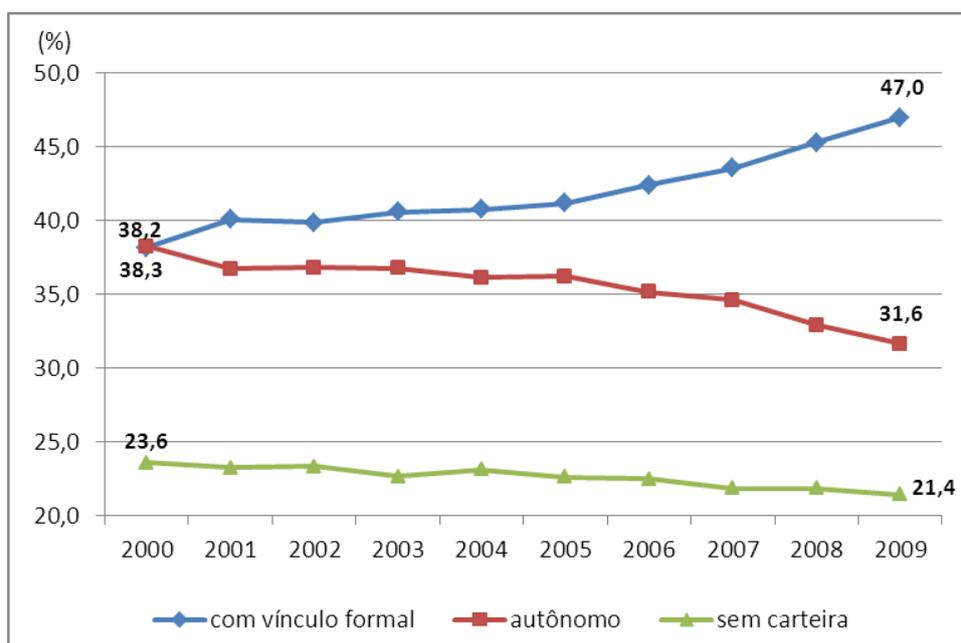
Tabela 3.3: Ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo versus sem vínculo formal – 2000 a 2009

Ano	com vínculo formal		sem vínculo formal				Total	
	milhares	(%)	sem carteira milhares	(%)	autônomo milhares	(%)	milhares	(%)
2000	30.128	38,2	18.633	23,6	30.211	38,3	78.972	100,0
2001	31.864	40,1	18.478	23,2	29.211	36,7	79.552	100,0
2002	32.931	39,9	19.275	23,3	30.423	36,8	82.629	100,0
2003	34.104	40,6	19.028	22,6	30.904	36,8	84.036	100,0
2004	35.965	40,8	20.402	23,1	31.886	36,1	88.252	100,0
2005	37.436	41,2	20.548	22,6	32.922	36,2	90.906	100,0
2006	39.543	42,4	20.940	22,5	32.764	35,1	93.247	100,0
2007	41.244	43,5	20.688	21,8	32.782	34,6	94.714	100,0
2008	43.551	45,3	21.013	21,8	31.669	32,9	96.233	100,0
2009	45.404	47,0	20.691	21,4	30.552	31,6	96.647	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do SCN/IBGE.

Os resultados indicam que o total de ocupações elevou-se em 17,7 milhões (de 78,9 milhões para 96,6 milhões) ao longo dos dez anos da série, o que equivale a um aumento de 22,4%. Este crescimento da ocupação apresentou comportamento distinto entre as categorias, sobretudo da metade para o final da série, quando o emprego formal obteve um ganho de participação em relação ao informal, isto é, frente às ocupações sem vínculo. Com efeito, entre 2000 e 2009 o crescimento apurado para o emprego formal foi de significativos 50,7%, enquanto a expansão do emprego informal de apenas 4,9%. O Gráfico 3.4, a seguir, revela claramente as evoluções contrárias das séries de emprego formal, autônomos e assalariado sem carteira de trabalho assinada no período estudado.

Gráfico 3.4: Participação relativa da ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo formal, autônoma e sem carteira – 2000/09



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SCN/IBGE.

A crescente formalização no mercado de trabalho nos anos recentes reverteu o movimento anterior de deterioração da qualidade do trabalho, percebido pela queda do rendimento real médio do trabalho e pelo considerável aumento da participação das formas de inserção mais precárias - assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria, característico da década de 1990¹²⁹. Tal fenômeno que, juntamente com os elevados níveis absolutos e relativos de desemprego, sustentaram fortes pressões políticas pela desregulação trabalhista como condição para elevação do emprego formal no Brasil. Nesta direção, as propostas de flexibilização das leis do trabalho ganharam, sobretudo nos anos 1990, uma grande repercussão na produção acadêmica brasileira ligada ao tema.¹³⁰

Contrariando essa suposição, a trajetória ascendente assumida pelo emprego formal e a queda relativa da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, intensificada a partir de

¹²⁹ Segundo Dieese (2001), a década de 1990 foi marcada pela redução dos postos de trabalhos formais, pela desvalorização da renda do trabalhador e pela significativa queda do poder de negociação dos sindicatos. Entre outras referências que tratam da precarização do trabalho da década de 1990, podem ser citadas Baltar (1996), Mattoso e Baltar (1996), Pochmann (2001) e Fligenspan (2005).

¹³⁰ Mundialmente desde os anos 1980 foram produzidos estudos neste sentido. Para uma resenha da literatura internacional, ver Mattos (2009, cap. 2). Para o caso brasileiro ver, por exemplo, Pastore (1997) e Camargo (1996). Um exemplo de visão contrária à proposta de flexibilização do mercado de trabalho encontra-se em Salm (2005).

2004, deve ser associada à evolução positiva da atividade econômica, uma vez que a taxa de crescimento do PIB em volume atingiu a média anual de 3,9% no intervalo 2004/09, contra 2,3% no quadriênio 2000/03. De fato, nos anos finais da série, a geração de empregos e em particular de empregos com carteira assinada foi significativa¹³¹, a despeito da ausência de mudanças relevantes na legislação trabalhista.

Diante de tais evidências, o argumento em favor da desregulação do mercado de trabalho com vistas à redução da informalidade perdeu peso no debate econômico atual. Ainda assim, este tipo de associação vez ou outra é identificado em distintas formas de abordagens, como em recente artigo apresentado na Conferência Internacional sobre Economia Informal¹³². Analisando dados do mercado de trabalho em regiões da Itália e do Brasil os autores sustentam que modelos econométricos indicam implicações políticas, sendo *“The most important is quite simple: in order to reduce shadow employment, it is necessary to deregulate the labor market. Deregulation reduces unemployment, and shadow employment is reduced as a by-product.”* (Boeri e Garibaldi, 2009, p. 31 – grifo original). O artigo defende a idéia de que a desregulação trabalhista reduziria tanto o desemprego quanto o emprego informal (*shadow employment*), uma afirmação comum embora controversa.¹³³

Os últimos resultados positivos, expressos nos indicadores de emprego do país no período pesquisado, sugerem novas explicações para o comportamento do mercado de trabalho brasileiro. Na realidade, a regulação e a garantia de direitos trabalhistas, bem como o crescimento do salário mínimo e seu efeito sobre massa salarial, entre outros, devem ser considerados como determinantes do aumento do emprego formal.¹³⁴ A primeira hipótese a amparar esta proposição é que o crescimento econômico oferece a alternativa de um emprego de melhor qualidade ao trabalhador sem carteira ou ao trabalhador autônomo, qualificado

¹³¹ A expansão do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) entre 2004 e 2009 foi de 31,2%. Pela Pnad, o número de ocupados no trabalho principal nas categorias de empregados com carteira de trabalho assinada e militares e estatutários cresceu 25,1% entre 2004 e 2009.

¹³² IARIW (2009). Os artigos apresentados na conferência estão disponíveis no site do evento: <http://www.iariw.org/c2009.php>.

¹³³ Mattos (2009), por exemplo, evidencia que o processo de flexibilização do mercado de trabalho nos países europeus não promoveu queda do desemprego já desde as duas últimas décadas do século XX. Além do mais, o desmonte do “modelo social” europeu foi o responsável pela ampliação do desemprego no Velho Continente. Essas conclusões contestam o discurso dos defensores da flexibilização dos mercados de trabalho como solução para a crise do desemprego (Mattos, 2009, p. 24).

¹³⁴ Para se ter uma ideia a média anual do salário mínimo elevou-se, em termos reais, 43,0% entre 2004 e 2009. Convém destacar o impacto deste crescimento não só sobre a massa salarial, mas também sobre os benefícios previdenciários, uma vez que o piso destes tem o salário mínimo como referência. Sobre o tema, ver Saboia (2007).

neste tipo de inserção por necessidade, afastando-os das condições do trabalho informal. As elevações da massa salarial real e da demanda interna permitem, por outro lado, a geração de oportunidades de trabalho, que criam um efeito multiplicador de renda decisivo para a dinâmica econômica e para a sustentação do emprego formal.

Este entendimento é o mesmo observado em outros estudos, como o trabalho empírico de Feijó *et alli.* (2009). Para os autores, a “persistência de um setor informal com peso expressivo na economia é entendida como resultado de uma estratégia de sobrevivência por parte de trabalhadores que não encontram colocação no mercado formal de trabalho” e assim, as políticas de emprego devem estar associadas a políticas macroeconômicas que promovam o crescimento econômico (Feijó *et alli.*, 2009, p. 348). Segundo Dedecca e Rosandiski (2006, p. 176), “são claros os sinais de relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho, que, por consequência, desfazem o mito da impossibilidade do país restabelecer capacidade de crescimento e de geração ponderável de novas ocupações.” Salm (2005) também alerta para os efeitos positivos da aplicação de medidas de política econômica expansionistas com o objetivo de promover o crescimento econômico como uma estratégia de combate à informalidade e ao subdesenvolvimento.

Outro fator que deve ser considerado para a redução da participação do emprego informal nos anos finais da série é relacionado às consequências das políticas governamentais distributivas e de proteção social.¹³⁵ Por meio delas, integrantes de famílias dos estratos de renda mais baixos passaram a obter maior rendimento com a ampliação dos benefícios sociais e puderam preterir as formas mais precárias de ingresso no mercado de trabalho, reduzindo a parcela do emprego informal em relação ao formal.¹³⁶

A Tabela 3.4 relaciona os resultados de valor adicionado e de emprego segundo os setores de produção. O exame simultâneo destes dados indica que o setor informal contribuiu com 8,5% da geração do valor adicionado e respondeu pelo uso de 25,5% das ocupações da

¹³⁵ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o número de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), principal programa social em termos de transferência de renda do governo federal, cresceu de 6,6 milhões beneficiários em 2004, para 12,4 milhões em 2009.

¹³⁶ Teixeira (2008, p. 13) conclui que o PBF possui um impacto redutor na oferta de trabalho, especificamente para ocupações com características mais precárias. Outro trabalho que destaca a importância da elevação do gasto público social para a expansão do emprego formal é Cardoso Jr. (2007). Neste estudo são identificados ainda quatro outros fatores determinantes para a recuperação do emprego formal: a ampliação da oferta de crédito para pessoas físicas e jurídicas, o aumento e a diversificação do saldo exportador, a ampliação do regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas e a melhoria das ações de intermediação de mão de obra e de fiscalização do MTE. O autor ressalta que todas estas medidas são “passíveis de algum tipo de atuação conscientemente direcionada por parte do Estado” (Cardoso Jr. 2007, p. 43).

economia - evidenciando a sua relevância em termos de absorção de mão-de-obra, característica dos países em desenvolvimento. No setor outras unidades familiares, a participação no valor adicionado foi de 11,5% e na ocupação, de 20,5%. Coube ao setor formal, que apresentou um peso bem mais significativo na geração do valor adicionado total (80,0%), a utilização de mais da metade dos postos de trabalho existentes no país (54,0%).

Tabela 3.4: Valor adicionado e ocupação segundo o setor de produção – 2009

Setor de produção	VAB (1)		Ocupações (2)		(1) / (2) R\$ mil/ocup.
	R\$ milhões	(%)	em milhares	(%)	
formal	2.234.996	80,0	52.203	54,0	42,8
informal	238.565	8,5	24.660	25,5	9,7
outras un. familiares	320.818	11,5	19.785	20,5	16,2
total	2.794.379	100,0	96.647	100,0	28,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SCN/IBGE.

A explicação para expressiva participação do setor formal no valor adicionado com menor utilização em termos relativos de postos de trabalho está relacionada à predominância de fatores – capital e trabalho – mais produtivos em tais unidades. As atividades industriais mais dinâmicas que empregam trabalhadores com maior qualificação tais como extrativa mineral, indústria química, siderurgia e serviços industriais de utilidade pública, estão totalmente ou em sua maior parte inseridas naquele setor. A distribuição do valor adicionado pelo número de ocupações, uma opção de indicador de produtividade (terceira coluna da Tabela 3.4), mostra que o resultado do setor formal é mais de quatro vezes superior ao do setor informal (R\$ 42,8 mil contra R\$ 9,7 mil por ocupação). Este resultado inferior para as unidades informais não causa surpresa, pois, além das diferenças no tocante às características das atividades econômicas em que atuam, seus responsáveis possuem, de maneira geral, baixa escolaridade e restrito acesso aos mercados financeiros, o que reduz potencialmente os ganhos de produção.¹³⁷

A Tabela 3.5, a seguir, corresponde à elaboração da matriz de emprego proposta pela 17ª CIET e incluída no SNA-2008, apresentada na seção 3.2 deste capítulo, que permite

¹³⁷ Para uma caracterização do setor informal urbano no Brasil, incluindo a desagregação por atividade econômica, ver IBGE (2005b). Para uma análise dos determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil, ver Fontes e Pero (2009).

melhor visualização das relações entre as categorias de análise, constituindo-se assim em um interessante recurso para a compreensão das diferenças de abordagem por setor produtivo e emprego. O cruzamento adotado ocorre entre os três setores de produção e as três categorias ocupacionais consideradas: com vínculo formal, empregados sem carteira e autônomos, essas duas últimas, correspondendo às ocupações sem vínculo formal. O ano escolhido para a apresentação foi o de 2009 por ser o último disponível na série do SCN¹³⁸.

Tabela 3.5: Distribuição da ocupação por tipo de ocupação segundo as origens das unidades de produção SCN – 2009

tipo de emprego \ unidades de produção	com vínculo formal		sem vínculo formal				total	
	em milhares	(%)	em milhares	(%)	em milhares	(%)	em milhares	(%)
setor formal	42.264	81,0	8.748	16,8	1.191	2,3	52.203	100,0
setor informal	781	3,2	5.526	22,4	18.353	74,4	24.660	100,0
outras un. familiares	2.359	11,9	6.417	32,4	11.008	55,6	19.785	100,0
total	45.404	47,0	20.691	21,4	30.552	31,6	96.647	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SCN/ IBGE.

Os dados da última linha da Tabela 3.5 evidenciam que do total de 96,6 milhões de ocupações, em 2009, 47,0% eram formais, 21,4% referiam-se aos empregos sem carteira de trabalho assinada e 31,6%, aos trabalhadores autônomos. A desagregação destas categorias ocupacionais entre os setores de produção revela que a quase totalidade dos 24,7 milhões de empregos no setor informal (96,8%) não possuía o vínculo formal de trabalho¹³⁹, cabendo apenas a 3,2% desse grupo o vínculo formal. Esta reduzida parcela é representada pelo contingente de empregados com carteira assinada, composto principalmente por trabalhadores das atividades relacionadas à saúde e à construção civil.

Contrário ao setor informal em que a absoluta maioria de trabalhadores tradicionalmente se insere em ocupações informais, a distribuição do emprego por tipo de inserção no setor formal assinalou proporções distintas. Nesse setor, 19,1% dos empregos eram informais e, em sua maioria, constituíram-se de trabalho sem carteira assinada e pequena

¹³⁸ Para a análise dos setores de produção, como a realizada neste estudo, é necessária a abertura da conta de produção pela ótica da renda e das contas econômicas integradas por setores institucionais, o que ocorre somente quando é divulgada a versão definitiva do SCN do Brasil.

¹³⁹ A maioria destas ocupações faz parte das atividades de comércio (24,8%), construção (17,8%), serviços de alimentação (7,6%), serviços pessoais (5,8%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (4,5%) (IBGE, 2011b).

parcela de trabalho autônomo, especificamente, de ajudantes e membros da família não remunerados que exerceram suas atividades em empresas constituídas de maneira formal. O subsetor outras unidades familiares, que, por sua vez, emprega o menor número de ocupações, registrou 11,9% de ocupações com vínculo formal, sendo a maioria delas compostas por trabalhadores domésticos remunerados que possuem carteira de trabalho assinada.

Conclusões do capítulo

Este capítulo tratou inicialmente da discussão conceitual em torno da ENO, da apresentação dos métodos recomendados internacionalmente para sua estimação e dos resultados obtidos para o Brasil. No que concerne especificamente à produção das famílias, que em grande parte integra a ENO, foram analisados os resultados por setor de produção e tipo de emprego no período que vai de 2000 a 2009. O tema da ENO tem sua origem no marco teórico do SCN, uma vez que está atrelado à questão da necessidade de se realizar uma cobertura econômica completa de todas as atividades produtivas no âmbito das Contas Nacionais.

Apesar do contínuo investimento dos sistemas estatísticos nacionais para se coletar as informações da economia de maneira universal, algumas atividades, por sua natureza, ou pela forma do método de investigação, escapam das estatísticas regulares. Assim, as fontes de dados que alimentam o sistema estatístico nacional estão sujeitas, em maior ou menor grau, ao que ficou denominado na literatura como estatística subterrânea, que acarretam deficiências nos programas de compilação de dados básicos. Estas deficiências, que dão origem à ENO, estão comumente associadas à subcobertura de unidades produtivas, à não-resposta por parte das unidades ou à subdeclaração deliberada por parte de empreendimentos que foram investigados pelas fontes de informação.

Qualquer atividade que esteja sob os limites da fronteira da produção deve ser contabilizada nos cálculos do SCN para efeitos de coerência interna, qualidade das estatísticas e, conseqüentemente, para sua maior utilidade qualquer que seja sua aplicação. As atividades que compõe a ENO estão consideradas na fronteira de produção e, por isso, devem ser incorporadas às contas nacionais para que sua cobertura seja exaustiva. O conteúdo da ENO compreende a produção informal e a produção para o próprio uso nas famílias, a produção ilegal, a produção subdeclarada e a produção subcoberta por deficiência da estatística.

Os principais métodos usados para se atingir a exaustividade da cobertura econômica são os métodos baseados na compilação estatística, que pode ser alcançada diretamente ou indiretamente. Os primeiros buscam, por meio de novas fontes de informação ou de melhorias em fontes já existentes, reduzir a parcela de ENO na economia total, ampliando a participação da economia observada. Os métodos apoiados na compilação estatística indireta resultam de estimações, baseadas na oferta, na demanda ou no fluxo de produtos específicos, combinadas com outras informações disponíveis, para estimar a ENO e agregá-la ao SCN. Os métodos derivados de técnicas de modelagem também produzem estimativas de economia subterrânea. Entretanto devido à falta de clareza conceitual do que se pretende mensurar, à excessiva simplicidade de seus pressupostos e à baixa qualidade de seus resultados, não são recomendados pelas publicações especializadas.

A estimativa da ENO para o Brasil, fundamentadas em estimações indiretas, resultou em proporções do PIB de 15,8%, em 2000, e 11,6%, em 2009. A trajetória declinante desta proporção se deveu principalmente à queda da produção relativa das famílias na economia brasileira no período. Sem deixar de considerar as dificuldades de se realizar comparações internacionais em relação à ENO, tal resultado situa o Brasil entre os países de maior taxa de PIB não observado, fundamentalmente por causa das características da economia brasileira que concentra ainda um peso significativo na produção familiar e informal.

O segundo passo da investigação no capítulo foi dirigido justamente à análise das duas subdivisões das atividades produtivas do setor famílias: a produção informal e a produção para o próprio uso, durante a vigência da série-2000 do SCN. Neste enfoque foi dedicada especial consideração ao setor informal e às diferenças entre setor de produção e tipo de emprego, a partir das abordagens conceituais e metodológicas promovidas pela OIT e incorporadas na revisão internacional de 2008 do SCN.

Entende-se que a classificação de setor está voltada para a forma de organização das unidades produtivas (*enterprise approach*) enquanto o conceito de emprego refere-se ao tipo de vínculo empregatício do trabalhador (*labor approach*). A compreensão destas distinções conceituais viabilizou o dimensionamento destes agregados para o país a partir da base de dados da série atual do SCN no período entre 2000 e 2009.

Os resultados anuais da participação do setor informal no valor adicionado foram comparados com os obtidos para o setor formal da economia e para o restante do setor institucional famílias. Os dados de emprego, por sua vez, foram desagregados por tipo de

inserção no mercado de trabalho no mesmo período. As relações entre setores de produção e emprego, no entanto, foram apresentadas apenas para o último ano disponível, a partir de um modelo simplificado da matriz de emprego proposto pela OIT, que consta na nova versão do SNA, tendo em vista a ausência de mudanças significativas em sua composição ao longo da série.

Concluiu-se primeiramente que, no período observado, o setor informal teve uma perda gradual de participação no valor adicionado da economia, passando de 12,7% para 8,5% entre 2000 e 2009. O movimento inverso foi observado para o setor formal, que passou a ter presença mais expressiva no mesmo período (de 72,8% para 80,0% do VAB), motivado em particular pelos efeitos do crescimento econômico e de medidas específicas como a redução e a simplificação de impostos, a expansão do crédito para microempreendedores e o aumento da fiscalização.

Do ponto de vista do emprego, confirmou-se o avanço da formalização no mercado de trabalho em detrimento das ocupações sem vínculo formal. Os resultados mostraram que foram criados 15,3 milhões de postos de trabalho com o vínculo formal entre 2000 e 2009, elevando de 38,2% para 47,0% a proporção desta categoria no total de ocupações. Entre os fatores determinantes para esta expansão, que ganha fôlego a partir de 2004, encontram-se a elevação da massa salarial real e o maior dinamismo do mercado consumidor doméstico que impulsionaram o processo de crescimento econômico nos anos subsequentes. Adicionalmente, destacam-se os impactos da ampliação de políticas sociais distributivas e de proteção social que, além do efeito direto sobre a demanda interna, contribuem indiretamente para reduzir a inserção de forma precária no mercado de trabalho.

A análise das relações entre produção e emprego segundo os setores selecionados para o ano de 2009, como esperado, mostrou a reduzida eficiência do setor informal, denotada por sua pequena contribuição na geração do valor adicionado (8,5%) em relação ao significativo número de ocupações (24,7 milhões), ou seja, 25,5% dos postos de trabalho do país. Verificou-se ainda que 96,8% do total de empregos do setor informal é composto por assalariados sem carteira de trabalho ou por autônomos (ocupações informais). De outro lado, o setor formal, que responde por cerca de 52,2 milhões de postos de trabalho, apresentou uma distribuição do emprego por tipo de inserção menos concentrada, registrando uma frequência expressiva de emprego informal, equivalente a 9,9 milhões, ou 19,0% dos empregos no setor.

Conclusão

A intenção de contribuir para o provimento de informações complementares e compatíveis com o SCN vigente no país norteou a elaboração desta tese. Com este objetivo foram desenvolvidos dois estudos relacionados ao SCN, voltados especificamente à sua conta da renda: um sobre sua distribuição funcional e outro sobre as atividades produtivas não captadas regularmente pelas estatísticas oficiais. Em ambos os casos as pesquisas apresentadas procuraram não só oferecer contribuições que possam ser aproveitadas complementando as informações fornecidas pelo SCN brasileiro, como também, examinar a evolução dos principais resultados associados a estes dois temas nos anos recentes, preenchendo algumas lacunas existentes na literatura acadêmica brasileira.

A fim de alcançar estes objetivos buscou-se, no primeiro capítulo, descrever a origem, os principais conceitos e o funcionamento do SCN, remontando os antecedentes para o cálculo da renda nacional. Em seguida, foram elencadas as principais contribuições que levaram os primeiros modelos econômicos, com base em dados estatísticos, a originarem o moderno SCN. Partindo do quadro contábil com a representação da interdependência dos resultados econômicos, elaborada por Keynes em 1939, Meade e Stone fundamentaram as bases para a primeira versão do manual de Contas Nacionais publicado pela ONU, em 1947. A disseminação do uso do manual por um grande grupo de países, a dinâmica inerente às economias e às sociedades e a necessidade contínua de incorporar aperfeiçoamentos diversos levaram a distintas revisões do manual, que foram publicadas em 1953, 1968, 1993 e 2008.

Ainda no Capítulo 1 foram apresentados o conjunto integrado de contas macroeconômicas que formam o SCN e os principais conceitos, operações e saldos que formam as TRU e as CEI, pilares da estrutura atual do sistema. O histórico e a evolução do SCN do Brasil, incluídos os aperfeiçoamentos mais recentes que, entre outras vantagens, permitem a análise mais refinada da produção familiar e da produção informal foram também descritos.

O segundo capítulo tratou de aspectos relacionados à questão da distribuição da renda sob o ponto de vista funcional, ou seja, em relação à parcela da renda gerada que é destinada a recompensar os agentes econômicos de acordo com suas funções no processo produtivo. Embora indubitavelmente a questão da distribuição dos resultados econômicos tenha grande importância, sobretudo em um país historicamente marcado pela desigualdade de renda, a

pesquisa bibliográfica revelou que este enfoque da questão distributiva é pouco explorado pela academia brasileira, sobretudo quando comparado à produção que prioriza a distribuição pessoal dos rendimentos. As razões apontadas para este fenômeno vão desde a falta de interesse teórico da corrente majoritária de pensamento econômico à dificuldade de se encontrar dados coerentes e atualizados para estudos empíricos. Anteriormente à análise dos resultados e à elaboração da metodologia para o provimento de informações em anos para os quais os dados não estão disponíveis por conta da defasagem temporal para sua divulgação, realizou-se a apresentação dos componentes do PIB que integram a conta da renda no SCN.

A metodologia de estimação desenvolvida teve como finalidade fornecer informações mais atualizadas para os componentes do PIB que formam a ótica da renda, a fim de eliminar o atraso de pelo menos dois anos existentes entre a disponibilidade deste tipo de informação e as referentes às óticas da produção e da despesa, fornecidas pelo SCNT. Para tanto foram usados os últimos resultados oficiais da versão definitiva do SCN; resultados de PIB, VAB e ILP oriundos do SCNT; e indicadores anuais das principais bases de dados que produzem informações atualizadas sobre o mercado de trabalho brasileiro: Pnad, PME e Rais. As simulações realizadas para aferir a qualidade das estimações baseadas em combinações específicas das fontes disponíveis apresentaram resultados bastante satisfatórios nos anos para os quais os dados estimados puderam ser comparados com os oficialmente divulgados.

No que concerne à DFR no período da série atual do SCN, disponível de 1995 a 2009, verificou-se como principais resultados uma perda gradual da participação das remunerações até 2004, revertida no ano seguinte e mantida em recuperação até o ano final da série, quando esta alcançou 43,6% do PIB. Com o rendimento destinado ao capital verificou-se o contrário em ambas as fases: após o acréscimo de 1995 a 2004, o EOB recuou para 33,2% do PIB, em 2009. A participação dos ILPI sobre a renda registrou tendência claramente ascendente de 1995 a 2008 (quando atingiu 16,2%), reduzindo-se somente no ano de 2009, devido às desonerações tributárias adotadas como resposta à crise internacional de 2008. Já o RMB (8,8% do PIB, em 2009) apresentou constante declínio ao longo do período analisado, influenciado pela melhoria persistente do mercado de trabalho, acentuada a partir de 2004.

Pode-se afirmar que a recuperação da remuneração de meados da década de 2000 em diante foi determinada pelas condições favoráveis observadas na economia do país neste período, em que se destacaram o aumento contínuo do crédito, a redução das taxas de juros, a expansão dos rendimentos médios do trabalho e do ganho real do salário mínimo, além do declínio da taxa de desemprego e da maior formalização das ocupações.

Embora a participação das remunerações tenha se recuperado nos anos finais da série e atingido seu ponto máximo na série histórica em 2009 (mesmo resultado estimado para 2011), o percentual observado no Brasil situou-se entre os mais baixos em termos mundiais. Em uma comparação com 36 países para os quais as estatísticas estão disponíveis o Brasil ocupa a 29ª posição, distante dos primeiros colocados cujas participações das remunerações situaram-se, em 2009, em torno de 60% da renda.

O acréscimo dos resultados estimados nos anos de 2010 e de 2011 à série oficial mostrou relativa estabilização da participação das remunerações em relação à renda no triênio final, indicando um possível limite para a continuidade de seu crescimento relativo. Contribui para esta hipótese a elevada e crescente participação dos ILPI na renda nacional nos anos finais, especificamente a partir de 2004, que reduz a margem para o crescimento dos outros componentes da renda.

Assim, além da continuidade do processo de formalização do emprego na economia brasileira que destina mais remuneração ao trabalhador *vis a vis* rendimento misto, uma alternativa para que se continue avançando em direção ao aumento do percentual da renda destinado ao trabalho poderá ser por meio da redução de parte dos ILPI. Estes possuem um peso relativo no PIB bastante elevado quando comparado ao percentual de outros países com melhor perfil distributivo, ou seja, com elevada participação das remunerações. Neste sentido, medidas como a redução do IPI, que voltou a ser praticada em 2012, ou como a redução dos impostos sobre a folha de pagamento para diversos setores industriais, introduzidas recentemente no início de 2013, atenderiam a esta finalidade. Por outro lado, para que se continue o processo de redução da desigualdade pessoal da renda, é necessário que haja serviços públicos de qualidade e capacidade de transferências e benefícios sociais, o que não se coaduna com a diminuição da arrecadação tributária. Para tanto a eventual perda de receita por conta da redução dos ILPI poderia ser compensada com o aumento de arrecadação de impostos sobre renda e/ou sobre patrimônio.

Uma alteração como esta na estrutura tributária aumentaria a competitividade da economia nacional, pois o preço dos bens e serviços tenderia a se reduzir, elevando o poder de consumo da maior parte da população e favorecendo as exportações, o que contribui para a maior geração de emprego e renda. Além do efeito positivo no crescimento relativo das remunerações (e, possivelmente, também no do EOB) com a redução relativa dos ILPI, o aumento de impostos sobre renda e patrimônio impactaria ainda a favor da redução da

desigualdade pessoal da renda, pois os ILPI são regressivos do ponto de vista distributivo devido aos encargos indiretos incidentes nos bens e serviços.

A primeira parte do Capítulo 3 foi dedicada às questões que envolvem conceitos, métodos de estimação e resultados em torno da ENO, tema que tem ganhado visibilidade recentemente a partir de organismos internacionais como OECD, FMI e Unece. Baseando-se em experiências pioneiramente desenvolvidas em alguns países, estas instituições têm promovido ações com o intuito de difundir uma metodologia padronizada para aplicação em diversos países.

A importância da ENO nas contas nacionais está atrelada à necessidade de se obter uma cobertura exaustiva das atividades produtivas a fim de garantir a qualidade do sistema. Para isso é necessário contabilizar algumas atividades que, embora estejam inseridas na fronteira da produção do SCN, fogem à captação direta pelo sistema regular de estatística – casos típicos de parte das atividades produtivas familiares informais ou para o próprio uso, subdeclaradas, subcobertas ou ilegais.

A base de dados disponível a partir da série atual do SCN do Brasil permite verificar o quanto da renda foi gerado pelo conjunto de atividades que integram a ENO, por meio de estimativas fundamentadas em métodos indiretos de cálculo, baseados na oferta, na demanda ou no fluxo de produtos. Os resultados somados alcançaram 15,8% do PIB, em 2000, e 11,6%, em 2009, o último ano da série brasileira. Ainda que em tendência claramente declinante, o país apresentou uma alta taxa de PIB não observado, devido ao significativo peso da produção familiar e informal.

Estimativas desta natureza respeitam o marco teórico do SCN e atendem às recomendações internacionais, ao contrário dos métodos baseados em técnicas de modelagem que, geralmente, apresentam resultados implausíveis. Cabe ressaltar que o resultado da ENO deve ser interpretado como a parcela do PIB correntemente divulgado que é oriunda de atividades não captadas diretamente pelo sistema estatístico; e não de atividades não mensuradas que deveriam ser adicionadas ao cálculo do PIB. Embora equivocada, esta segunda interpretação é usualmente realizada por alguns analistas que encontram considerável espaço nos meios de comunicação.

Ainda no Capítulo 3 foram também analisados os resultados por setor de produção e tipo de emprego para o setor institucional famílias, que em grande parte integra a ENO, levando-se em conta a subdivisão das atividades produtivas em produção informal e produção

para o próprio uso. Neste enfoque foi dedicada especial consideração ao setor informal e às diferenças entre setor de produção e tipo de emprego, a partir das abordagens conceituais e metodológicas promovidas pela OIT e incorporadas ao SNA-2008.

As estimativas revelaram que a participação do valor adicionado gerado pelo setor informal recuou de 12,7% para 8,5% entre o início e o final da série. Movimento inverso foi observado para o setor formal que alcançou 80,0% do VAB, em 2009, cabendo os 11,5% restantes à produção familiar para o próprio uso. Como fatores que influenciaram esta alteração da composição da renda gerada estão os efeitos do crescimento econômico, sobretudo no período 2004/2008, e de medidas específicas como redução e simplificação de impostos, expansão do crédito para microempreendedores e o aumento da fiscalização trabalhista.

Do ponto de vista do emprego, os resultados mostraram que 15,3 milhões de ocupações com vínculo formal foram criadas, entre 2000 e 2009, o que significou um acréscimo de 50,7% em termos relativos. Assim, a proporção desta categoria elevou-se significativamente, pois os empregos sem vínculo aumentaram apenas 4,9% no período. O crescimento econômico pode ser identificado como fator determinante para esta expansão, que se intensifica a partir de 2004, uma vez que este oferece alternativas de empregos de melhor qualidade em relação ao trabalho sem vínculo formal. Os consequentes aumentos da massa salarial e do consumo doméstico, por sua vez, permitem a criação de novas oportunidades de trabalho que sustentam a geração do emprego formal. Destacam-se também os impactos da ampliação de políticas sociais distributivas que, além do efeito positivo sobre a demanda interna, contribuem para reduzir a atratividade (e a necessidade) das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho. Os resultados indicaram ainda que o avanço da formalização no mercado de trabalho não teve relação direta com a flexibilização das leis trabalhistas, dado que não houve mudanças relevantes nesta legislação.

As análises desenvolvidas nos capítulos 2 e 3 evidenciaram que o aumento da participação das remunerações na renda gerada e a redução da ENO no país são fenômenos que ocorrem simultaneamente e estão relacionados, cujos resultados positivos nos últimos anos foram alcançados, principalmente, por conta da retomada do crescimento econômico e do aquecimento do mercado de trabalho. A tendência observada no Brasil a partir de 2004, determinante para os resultados observados, foi de aumentos reais do salário médio e das ocupações, sendo estas majoritariamente formais.

Para além das análises empíricas, os estudos produzidos em relação às estimações dos componentes do PIB pela ótica da renda e ao cálculo da ENO e do setor informal, procuram oferecer metodologias coerentes com o arcabouço teórico do SCN que agregam novos dados para serem aproveitados de forma a ampliar o entendimento sobre estes temas. Tais trabalhos tem o intuito de fornecer informações originais que sejam úteis para o acompanhamento das mudanças econômicas e sociais do país.

Como desdobramentos futuros a esta pesquisa pode-se pensar na investigação da DFR segundo o corte por setor institucional. Este tipo de análise poderá, por exemplo, mostrar como se comporta o EOB sob as formas juros, lucro e aluguel. A investigação por atividade econômica também pode ser relevante para avaliar como as modificações na estrutura produtiva influenciam na DFR.

Em relação à metodologia para a estimação nos anos ainda não disponíveis na conta da renda será necessário avaliar os resultados com a aplicação da nova pesquisa a ser divulgada pelo IBGE, que substituirá a Pnad e a PME integrando-as. Por suas características, abrangência nacional e periodicidade trimestral, a “Pnad contínua” tem potencial para produzir informações ainda mais precisas para a mensuração das participações dos componentes da renda. Estas poderão assim fazer parte das divulgações regulares do SCNT.

Por fim, em consideração à atividade produtiva familiar, em bases informais ou na produção para o próprio uso, seria desejável que houvesse novas bases informacionais, mais amplas e regulares, para a captação destas práticas em seus diversos aspectos. A atualização de pesquisas como a Ecinf, cuja última edição data de 2003, e a formulação de pesquisas de uso do tempo poderiam contribuir decisivamente para o melhor conhecimento de fenômenos tão heterogêneos.

Referências Bibliográficas

BALTAR, P. **Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil**. Economia e Sociedade, n. 6. Campinas: IE/Unicamp, 1996.

BARROS, R. P. de; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais**. Texto para discussão, nº 1263. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Volume 1. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Volume 2. Brasília: IPEA, 2008.

BASTOS, E. K. X. **Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral**. Texto para discussão, nº 1072. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

BLADES, D.; ROBERTS, D. **Measuring the non-observed economy**. Statistics Brief nº 5. OECD, Nov., 2002.

BOERI, T.; GARIBALDI, P. **Shadow Sorting**. Special Conference on “Measuring the Informal Economy in Developing Countries” Kathmandu, Nepal: Special IARIW-SAIM, Sep. 2009.

BRASIL. **Resultado da arrecadação**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal, dezembro, 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formais de participação na produção** (tese de doutorado). São Paulo: USP/IPE/FEA, 1983.

CAMARGO, J. M. **Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARDOSO Jr., J. C. **De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal**. Texto para Discussão, nº 1310. Brasília: IPEA, 2007.

CEPAL. **Una visita guiada a la contabilidad macroeconómica** (apresentação de slides). Rio de Janeiro: IBGE/CEPAL, 29 nov./3 dez. 2004.

CEPAL. **Las cuentas nacionales: lineamientos conceptuales, metodológicos y prácticos**. Serie Manuales nº 54. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

CONSIDERA, C. M; PESSOA, S. A. **A distribuição funcional da renda no Brasil: 1959-2009**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, set. 2011.

DEDECCA, C. S. **Anos 90: a estabilidade com desigualdade**. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2003.

DEDECCA, C. S. e ROSANDISKI, E. N. **Recuperação econômica e a geração de empregos formais**. Edição especial (Análise da Pnad 2004), n. 22. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006.

DEDECCA, C. S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C. J. B. M. **A queda recente da desigualdade: relevância e limites**. In: Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Anais ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211447120-.pdf>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2010.

DIEESE. **Mercado de trabalho no Brasil**. In: A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: Dieese, 2001.

EUROSTAT. **Essential SNA: Building the basics**. Methodologies & Working papers. Publications Office of the European Union. Luxembourg: Eurostat, 2010.

FEIJÓ, C. A.; NASCIMENTO E SILVA, D. B.; SOUZA, A. C. **Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf**. Revista de Economia Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 329-354. Rio de Janeiro: UFRJ, mai./ago. 2009.

FEIJÓ, C.; RAMOS, R. **Contabilidade Social – A nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FERREIRA, L. **Distribuição de Salários na Economia Brasileira: Um estudo a partir da matriz de contabilidade social para os anos de 2001, 2005 e 2008** (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

FGV. **Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento**. Revista de Economia Brasileira, v. 10, n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1956.

FLIGENSPAN, F. B. **Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação**. Revista de Economia Contemporânea, v. 9, n. 1, p. 187-210. Rio de Janeiro: UFRJ, jan./abr. 2005.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI). **Manual de cuentas nacionales trimestrales – conceptos, fuentes de datos y compilación**. Washington: FMI, 2001.

FONTES, A.; PERO, V. **Determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil** (seminário de pesquisa). Rio de Janeiro: IE/UFRJ, jun. 2009.

HALLAK NETO, J.; RAMOS, R.; KOZOVITS, L.; PEREIRA, S. **Trabalho e rendimentos na nova série do sistema de contas nacionais**. Revista de Economia Contemporânea, v. 12, n. 3, p. 571-592. Rio de Janeiro: UFRJ, set./dez. 2008.

HALLAK NETO, J.; KOZOVITS, L.; NAMIR, K. **Sector and Informal Employment in Brazil: Analysis of the System of National Accounts New Series Results (2000/2006)**.

Special Conference on “Measuring the Informal Economy in Developing Countries”
Kathmandu, Nepal: Special IARIW-SAIM, Sep. 2009.

HOFFMAN, R.; NEY, M. G. **A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da Pnad, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais.** Revista Econômica, v. 10, n. 1, p. 41-45. Rio de Janeiro: UFF, jun. 2008.

HUSSMANN, R. **Informal sector and informal employment: elements of a conceptual framework.** Paper presented at the Fifth Meeting of the Expert Group on Informal Sector Statistics (Delhi Group). New Delhi: UN, 19-21 Sep. 2001.

HUSSMANN, R. **Measuring the informal economy: from employment in the informal sector to informal employment.** Working paper n 53. Geneva: ILO, 2004.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR RESEARCH IN INCOME AND WEALTH (IARIW). **Special Conference on Measuring the Informal Economy in Developing Countries,** Kathmandu, Nepal: IARIW/SAIM, Sep. 23–26, 2009.

IBGE. **Sistema de contas nacionais consolidadas: Brasil.** Série relatórios metodológicos, v. 8. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 1990.

IBGE. **Pesquisa Anual do Comércio.** Séries Relatórios Metodológicos, v. 12. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa.** Séries Relatórios Metodológicos, v. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. **Pesquisa Anual de Serviços.** Séries Relatórios Metodológicos, v. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a.

IBGE. **Economia Informal Urbana 2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005b.

IBGE. **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Base de dados** (nota metodológica nº 3). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm> Acesso em: 10 de julho de 2012.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Apresentação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais, referência 2000** (nota metodológica nº 1). Rio de Janeiro: IBGE, 2006c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm> Acesso em: 10 de julho de 2012.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Revisão da Série 1995-1999 – retroposição** (nota metodológica nº 22). Rio de Janeiro: IBGE, 2006d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm> Acesso em: 19 de dezembro de 2012.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Modos de Produção** (nota metodológica nº 5). Rio de Janeiro: IBGE, 2006e. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais - Brasil 2000-2005** (comunicação social). Rio de Janeiro: IBGE, 21 de mar. de 2007, 2007a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=844> Acesso em 19 de dezembro de 2012.

IBGE. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**. Séries Relatórios Metodológicos, v. 36. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil**. Séries Relatórios Metodológicos, v. 24, 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Expansão da Produção** (nota metodológica nº 23, versão 2). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm>. Acesso em: 14 de março de 2012.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Tabelas Comparativas** (nota metodológica nº 24). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm. Acesso em: 19 de janeiro de 2013.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2004-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil - Conta Financeira e Conta de Patrimônio Financeiro: 2004-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2005-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

IBGE. **Projeto de revisão do sistema de contas nacionais pelo IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, set. 2012a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Nota_mudanca_de_base_SCN_set2012.pdf> Acesso em 05 de dezembro de 2012.

IBGE. **Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2012b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ECONOMIQUES (INSEE). **Iniciación a la Contabilidad Nacional** (apresentação de slides). Rio de Janeiro: INSEE; IBGE, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Distribuição Funcional da Renda no Brasil: situação recente** (comunicado do Ipea, nº 14). Brasília: Ipea, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Distribuição funcional da renda pré e pós crise internacional no Brasil**. (comunicado do Ipea nº 47). Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras**. (comunicado do Ipea nº 104). Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Evolução da parcela do rendimento do trabalho durante a recente estabilidade monetária.** (comunicado do Ipea n° 134). Brasília: Ipea, 2012.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Employment, incomes and equality in Kenya.** Geneva: ILO, 1972.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians (January 1993).** In: Current International Recommendations on Labour Statistics, 2000 Edition. Geneva: ILO, 2000.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Decent Work and the Informal Economy.** Report of the Director-General, International Labour Conference, 90th Session, Report VI. Geneva: ILO, 2002.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Guidelines concerning a statistical definition of informal employment, endorsed by the 17^a International Conference of Labour Statisticians.** In: 17^a International Conference of Labour Statisticians, Report of the Conference. Geneva: ILO, 24 Nov./3 Dec. 2003.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Balance of Payments Manual – BPM5.** Washington: FMI, 2011.

KALDOR, N. **The white paper on national income and expenditure.** The Economic Journal, v. 51, Jun./Sep. 1941.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Renda Nacional – Teoria** (tese de livre-docência). Rio de Janeiro: UFRJ, set. 1948.

LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MATA-GREENWOOD, A.; HOFFMANN, E. **Developing a conceptual framework for a typology of atypical forms of employment: Outline of a strategy.** Invited paper prepared for the Joint UNECE-Eurostat-ILO Seminar on Measurement of the Quality of Employment. Geneva: 27-29 May, 2002.

MATTOS, F. A. M. **Aspectos históricos e metodológicos da evolução recente do perfil distributivo brasileiro.** In: São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 2, p. 135-149. São Paulo: Fundação SEADE, abr./jun, 2005.

MATTOS, F. A. M. **Flexibilização do trabalho: sintomas da crise.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90.** Cadernos do Cesit, n. 21. Campinas: IE/Unicamp, 1996.

MEDEIROS, C.A. **Salário Mínimo e Desenvolvimento.** Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento. Campinas: IE/UNICAMP; CESIT, abr. 2005.

MEDEIROS, C. A. **Padrões de Crescimento, Distribuição de Renda e pobreza: Lições da experiência da América Latina.** In: XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo: SEP, 2007.

MEDEIROS, C. A. **A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da Pnad, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais por Rodolfo Hoffman e Marlon Gomes Ney.** Revista Econômica, v. 10, n. 1, p. 41-45. Niterói: UFF, jun. 2008.

MELO, H.; CONSIDERA, C.; DI SABBATO, A. **Os afazeres domésticos contam.** Texto para discussão, nº 177. Niterói: UFF, set, 2005.

MENEZES FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. **O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção?** Revista Brasileira de Economia, v. 58, nº 2. Rio de Janeiro: FGV, abr./jun. 2004.

MENEZES, A. C. **Matrizes insumo-produto brasileiras: 1970, 1975 e 1980 - classificações compatíveis de atividades e produtos** (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992.

NUNES, E. P. **Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil** (tese de doutorado). Campinas: Unicamp, mai. 1998.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Measuring the Non-observed Economy – a Handbook.** Paris: OECD, 2002.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social – uma introdução à macroeconomia.** 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

PASTORE, J. **Emprego, Competitividade e Lei Trabalhista.** Relações do Trabalho, nº 69. Rio de Janeiro: CNI, set./out, 1997.

POCHMANN, M. **Padrão de emprego e custo da mão-de-obra no Brasil.** Anais do V Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Rio de Janeiro, set. 1997.

POCHMANN, M. **A década dos mitos.** São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003.** Texto para Discussão, nº 1099. Brasília: IPEA, jun. 2005.

RAMOS, R. L. O. **Mudanças estruturais reais nas matrizes de insumo-produto: Brasil – 1980/85.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 1. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 1996.

SABOIA, J. **O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil.** In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Org). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, vol II. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2007.

SABOIA, J.; SABOIA, A. L. **Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000.** In: Política Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades, Brasília. Trabalho Decente. Brasília: OIT, 2004.

SALM, C. **Estagnação econômica, desemprego e exclusão social.** In: SICSU, J. de PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Coord): In: Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social. Barueri-SP: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

STUDENSKY, P. **The income of nations – theory, measurement, and analysis: past and present**. Nova York: New York University Press, 1958.

TEIXEIRA, C. G. **Análise do impacto do programa bolsa família na oferta de trabalho de homens e mulheres**. Prêmios de Gestão e Estudo do MDS. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/27P.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **A System of National Accounts and Supporting Tables 2008 [SNA-53]**. New York: UN, 1953. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA1953.pdf> Acesso em: 21 de julho de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **A System of National Accounts [SNA-68]**. New York: UN, 1968. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA1968.pdf> Acesso em: 14 de julho de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **System of National Accounts 1993 [SNA-93]**. New York: UN, 1993. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1993sna.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **System of National Accounts 2008 [SNA-2008]**. New York: UN, 2009. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **Historic Versions of the System of National Accounts**. New York: UN, 2012. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp>). Acesso em: 12 de maio de 2012.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). **Inventory of National Practices in Estimating Hidden and Informal Economic Activities for National Accounts**. Geneva: UNECE, 1993. Disponível em: <http://www.unece.org/stats/publications/NOE1993.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2012.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). **Non Observed Economy in National Accounts Survey of National Country Practices**. New York; Geneva: UNECE, 2003.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). **Non Observed Economy in National Accounts Survey of Country Practices**. New York and Geneva: UNECE, 2008a.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). **Estimating the illegal economic activities in the national accounts of Ukraine in 2005**. Conference of European statisticians: measuring the non-observed economy in national accounts - illegal activities. Geneva: UNECE, 21-24 Apr. 2008b. Disponível em: <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/ece/ces/ge.20/2008/8.e.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2012.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). **Draft Guidelines on Integrated Economic Statistics**. 42 Session, prepared by the Friends of the Chair on Integrated Economic Statistics, Geneva: UNECE, Feb. 2011.

VANOLI, A. **Une Histoire de la Comptabilité Nationale**. Paris: La Découverte, 2002.